

Sílvia Margarida Cascão de Oliveira

O PASSADO HISTÓRICO E O PRESENTE TURÍSTICO DO MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA

Um estudo de caso no âmbito do ensino das disciplinas de História e de Geografia

Relatório de Estágio em Ensino de História e de Geografia no 3.º Cido do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Doutora Adélia Jesus Nobre Nunes e coorientado pela Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

O PASSADO HISTÓRICO E O PRESENTE TURÍSTICO DO MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA

Um estudo de caso no âmbito do ensino das disciplinas de
História e de Geografia

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	O PASSADO HISTÓRICO E O PRESENTE TURÍSTICO DO MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA — Um estudo de caso no âmbito do ensino das disciplinas de História e de Geografia
Autor	Sílvia Margarida Cascão de Oliveira
Orientadora	Doutora Adélia Jesus Nobre Nunes
Coorientadora	Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro
Identificação do curso	Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário
Foto da capa	Sílvia Oliveira (2015)
Data	2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice Geral

Introdução	8
Primeira Parte	10
1. Apresentação e descrição das atividades desenvolvidas no decurso do estágio pedagógico.....	10
1.1 Metodologia de trabalho do núcleo de estágio na preparação e na concretização da prática letiva.....	11
1.2 Prática letiva.....	13
1.3 Dinamização e participação em atividades da componente prática não letiva	15
1.4 Balanço final do trabalho desenvolvido na prática pedagógica	17
Segunda Parte	18
2. Abordagem de uma temática de natureza científico-pedagógica	18
2.1 Enquadramento do território: Coimbra Medieval e Contemporânea.....	19
2.1.1 Município de Coimbra	23
2.1.2 Freguesia de Santa Clara.....	24
2.2 Abordagens historiográficas recentes – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e a comunidade franciscana.....	26
2.2.1 A comunidade franciscana.....	27
2.2.2 O acolhimento das novas ordens mendicantes em território nacional	31
2.2.3 Rainha Santa Isabel: da figura histórica ao culto	33
2.3 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: da fundação à contemporaneidade	36
2.3.1 A escolha do <i>locus</i> para a edificação do mosteiro	39
2.3.2 Aspetos do quotidiano de uma comunidade religiosa.....	40
2.3.3 Lendas	44
2.4 O Presente Turístico do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.....	45
2.4.1 Estado da Arte – Turismo	45
2.4.2 O Turismo	49
2.4.3 Turismo no mundo	51
2.4.4 Turismo em Portugal.....	52
2.4.5 Turismo em Coimbra	55
2.4.6 Lazer.....	58
2.5 O Perfil do Visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.....	60
2.5.1 Metodologia	60
2.5.2 Resultados obtidos	62
I – Dados Pessoais	62
II – Comunicação Externa	68
III – Perceções e representações	70

2.6	Aplicação didática no âmbito das disciplinas de História e Geografia – Visita de estudo	84
2.6.1	Definição	84
2.6.2	Planificação	84
2.6.3	Realização	85
2.6.4	Produtos e avaliação.....	86
2.6.5	No ensino das disciplinas de História e Geografia	86
2.6.6	Vantagens e condicionalismos	89
2.6.7	Visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha	90
2.6.8	Planificação e aula de apresentação da visita de estudo	91
2.6.9	Balanço final da realização da visita de estudo.....	92
	Conclusão.....	93
	Bibliografia	95
	<i>WebGrafia</i>	100
	Fontes	102
	Anexos	103

Índice de Figuras

Figura 1 – Cidade de Coimbra.	21
Figura 2 – Mapa do Baixo Mondego.	Erro! Marcador não definido.
Figura 3 – Mapa do Município de Coimbra.....	Erro! Marcador não definido. 3
Figura 4 – Localização geográfica da freguesia de Santa Clara.	Erro! Marcador não definido. 4
Figura 5 – Santa Clara recebe de S. Francisco a forma de vida.....	239
Figura 6 – Procissão da Rainha Santa dirigindo-se ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, durante as festas da cidade.	233
Figura 7 – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e rio Mondego.	Erro! Marcador não definido.
Figura 8 – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha ao entardecer.....	Erro! Marcador não definido. 7
Figura 9 – Turismo: uma atividade em expansão.	Erro! Marcador não definido. 1
Figura 10 – Qual a sua origem geográfica?	Erro! Marcador não definido. 4

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Sexo	62
Gráfico 2 - Faixa etária.....	62
Gráfico 3 - Nível de ensino	63
Gráfico 4 - Qual o seu papel?	67
Gráfico 5 - Como teve conhecimento do mosteiro?	68
Gráfico 6 - Qual o principal motivo da sua visita?	69
Gráfico 7 - É a primeira vez que visita este mosteiro?	70
Gráfico 8 - Acha que o mosteiro está bem conservado?	71
Gráfico 9 - Qual a melhor palavra para definir este espaço?	72
Gráfico 10 - Este é o único monumento que visitará na cidade de coimbra?.....	73
Gráfico 11 - Qual a sua opinião quanto à competência dos recursos humanos deste espaço? .	75
Gráfico 12 - Usará as novas tic para divulgar este mosteiro?.....	76
Gráfico 13 - Recomendaria a visita a este mosteiro?	77

Índice de Anexos

Anexo I - Caraterização do colégio são teotónio	104
Anexo II - Planificação a curto prazo: aula de geografia 7.º ano, turma x	106
Anexo III- Planificação a curto prazo: aula de história 8.º ano, turma y	116
Anexo IV - Teste de avaliação 7.º ano, turma x.....	123
Anexo V - Correção do teste de avaliação 7.º ano, turma x.....	127
Anexo VI - Caraterização das turmas	129
Anexo VII - Atividades desenvolvidas no colégio são teotónio	130
Anexo VIII – Fotografias do mosteiro de santa clara-a-velha	132
Anexo IX – Inquérito por questionário realizado no mosteiro de santa clara-a-velha	133
Anexo X – Itinerário da visita de estudo ao mosteiro de santa clara-a-velha.....	137
Anexo XI – Aula de apresentação da visita de estudo ao mosteiro de santa clara-a-velha	139
Anexo XII – Planificação da visita de estudo	141
Anexo XIII – Planificação da visita de estudo para os encarregados de educação	143
Anexo XIV – Guião da visita de estudo, ao mosteiro de santa clara-a-velha, para os alunos.....	145
Anexo XV – Guião para o trabalho de grupo a realizar pelos alunos.....	151
Anexo XVI – Avaliação da visita de estudo ao mosteiro de santa clara-a-velha (alunos)	153
Anexo XVII - Avaliação da visita de estudo ao mosteiro de santa clara-a-velha (professores).....	155

Resumo

Este trabalho pretende dar a conhecer a prática pedagógica desenvolvida no âmbito do estágio pedagógico, realizado no ano letivo 2014/2015, no Colégio São Teotónio, em Coimbra. De igual modo, será apresentado um estudo científico-pedagógico com o tema “O Passado Histórico e o Presente Turístico do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha”, como também, a estratégia pedagógica aplicada no processo ensino/aprendizagem, neste caso concreto, uma visita de estudo.

A visita de estudo realizada pretende, para além do aprofundamento de conteúdos programáticos de História do 7.º ano e da motivação para conteúdos programáticos de Geografia do 8.º ano, fomentar nos alunos o gosto pela História Local e que estes tomem consciência que o turismo é uma atividade muito importante, nos dias que correm.

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte do trabalho corresponde à apresentação e descrição das atividades desenvolvidas durante o estágio pedagógico e a segunda parte integra a apresentação do estudo científico-pedagógico abordado: relação entre o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o turismo - e a estratégia pedagógica aplicada: visita de estudo.

Palavras-Chave: Estágio pedagógico, História, Mosteiro, Geografia, Turismo, Visita de Estudo, Ensino Ativo.

Abstract

This work aims to divulge the pedagogical practice developed within the pedagogical apprenticeship, conducted in the academic year 2014/2015, at the school São Teotónio, in Coimbra. Similarly, a scientific pedagogical study will be presented with the theme “The Past History and the Tourist Gift of the Monastery of Santa Clara-a-Velha”, as well as the pedagogical strategy applied in the teaching/learning process, in this case, a study visit.

The study visit aims held in addition to the deepening of the syllabus of the 7th year History and motivation for syllabus of Geography of the 8th year, to foster in students a love of local history and that they are aware that the tourism is a very important activity, today.

This paper is divided into two parts. The first part of the work corresponds to the presentation and description of the activities developed during the teaching practice and the second part includes the presentation of scientific -pedagogical study addressed: the relationship between the Monastery of Santa Clara-a-Velha and tourism - and the pedagogical strategy applied: study visit.

Keywords: Teaching practice, History, Monastery, Geography, Tourism, Study Visit, Active Teaching.

Introdução

O presente Relatório de Estágio apresenta-se como a etapa final de um caminho percorrido, ao longo de dois anos letivos e insere-se no âmbito do Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Adélia Nunes e coorientação da Professora Dr.ª Ana Isabel Ribeiro.

Gostaria de começar por apresentar-vos as razões que justificam o facto de ter escolhido como tema a relação entre a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o turismo. Vivo no concelho de Montemor-o-Velho, pertencente ao distrito de Coimbra, muitas vezes, passei por este monumento, mas a verdade é que não conhecia a sua história. Sabia que tinha ligações fortes à padroeira da cidade – Rainha Santa Isabel – porém, desconhecia de todo a sua vida. Aos poucos fui começando a querer saber mais sobre a sua existência, mas, rapidamente, me apercebi que se tratava de uma história conturbada, cheia de sobressaltos, devido a uma série de adversidades, que foram acontecendo, ao longo do seu crescimento. Com a realização deste Relatório, surgiu, assim, a oportunidade de conhecer, ao pormenor, a sua biografia e retirar tantas dúvidas, que pairavam na minha mente, em relação ao mosteiro vizinho do rio Mondego. Depois, decidi, basicamente, juntar o útil ao agradável e, como já foram tantos os autores, que estudaram a relação conflituosa entre as águas do rio Mondego e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, quis inovar, abrir horizontes, conhecer novos rumos e, por isso, enveredei pelo estudo do perfil do visitante do mosteiro. Por outro lado, a escolha do turismo, como tema, prende-se com o facto de se tratar de uma atividade económica, social e cultural, cada vez mais, importante para várias cidades e Coimbra não é exceção, aliás, posso mesmo afirmar, com grande orgulho, que *a minha cidade está na moda*. Por fim, consegui articular a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o turismo com as Metas Curriculares estipuladas pelo Ministério da Educação e Ciência para o 7.º ano na disciplina de História e 8.º ano na disciplina de Geografia, respetivamente, pois encontrei forma de tornar a visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha como estratégia de consolidação de conhecimentos, assim como, estratégia de motivação para aquisição de novos conteúdos programáticos.

Este trabalho tem quatro objetivos principais: dar a conhecer aos seus leitores, a minha experiência, enquanto Professora Estagiária, no Colégio São Teotónio, a história do mosteiro, o perfil do seu visitante e alguns aspetos importantes relativos às visitas de estudo. Ora, o cumprimento do segundo e terceiro objetivos trouxe consigo a execução de outros, necessários para a sua compreensão. Numa primeira fase foi necessário: enquadrar o território, em estudo, a cidade de Coimbra, numa visão medievalista e contemporânea, caracterizar a freguesia de Santa Clara, onde o mosteiro se localiza, efetuar uma Abordagem Historiográfica, de modo a compreender que estudos já foram realizados, tendo como cerne o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, conhecer a vida de

Francisco de Assis e de Santa Clara, eles que foram fontes de inspiração para D. Mor Dias, na concretização deste projeto, compreender como foram acolhidas as ordens mendicantes em Portugal e, mais precisamente, em Coimbra, saber alguns detalhes da vida da segunda fundadora do mosteiro – Rainha Santa Isabel e conhecer a vida das monjas clarissas. Também, se tornou essencial: diferenciar turismo de lazer, caracterizar o turismo no mundo, conhecer o turismo português, compreender o turismo em Coimbra, caracterizar o perfil do visitante do mosteiro e, por fim, explicar a importância das visitas de estudo como estratégias pedagógicas eficientes para a concretização de um ensino mais ativo tanto na disciplina de História como de Geografia.

Este Relatório de Estágio encontra-se dividido em duas partes principais e é constituído por 8 capítulos. Iniciando-se com a “Introdução”, nela exponho as razões que justificam a escolha do tema, apresento os objetivos do trabalho e explico a sua estrutura; depois segue-se a Primeira Parte “Apresentação e descrição fundamentadas das atividades desenvolvidas no decurso do estágio pedagógico”, que se encontra subdividida em 4 subcapítulos e que corresponde à apresentação e reflexão da prática pedagógica desenvolvida ao longo do estágio, que teve duração de dez meses e que se realizou no Colégio São Teotónio, em Coimbra, orientado pela Professora Doutora Maria da Luz Campos a Geografia e Sara Trindade a História. Assim, a primeira parte deste relatório recai sobre a importância do estágio pedagógico na formação de um futuro professor nas disciplinas de História e de Geografia, sendo alvo de análise e de reflexão algumas das atividades desenvolvidas, no que concerne, essencialmente, à planificação, preparação e concretização de aulas, preparação e participação em várias atividades extracurriculares, como também, fazer referência à importância da relação estabelecida com a comunidade escolar. De seguida, vem a Segunda Parte “Abordagem de uma temática de natureza científico-pedagógica, através da aplicação de uma estratégia pedagógica no processo ensino/aprendizagem”, que se encontra subdividida em 7 subcapítulos e corresponde à apresentação do estudo de uma temática de carácter científico-pedagógico e validado didaticamente, através da aplicação de uma estratégia pedagógica no processo ensino/ensino, em que os dois trabalhos de seminário realizados, a História e a Geografia, constituíram o ponto de partida para a segunda parte deste trabalho. Igualmente, nesta parte será apresentada uma reflexão sobre a importância e utilidade das visitas de estudo no processo ensino/aprendizagem e o motivo da sua escolha enquanto estratégia pedagógica, no contexto do estudo efetuado à temática de carácter científico-pedagógica escolhida. No final deste Relatório de Estágio, será alvo de apresentação a “Conclusão”, a “Bibliografia”, a “*Webgrafia*” e as “Fontes” utilizadas, de carácter científico e didático, imprescindíveis para a realização deste trabalho. Por fim, seguem-se os “Anexos”, indispensáveis para demonstrar algum do trabalho desenvolvido no estágio pedagógico realizado no ano letivo 2014/2015, no Colégio São Teotónio, em Coimbra.

Primeira Parte

- 1. Apresentação e descrição das atividades desenvolvidas no decurso do estágio pedagógico**

O meu estágio pedagógico efetuou-se no Colégio São Teotónio (Anexo I - p.104), que se localiza na cidade de Coimbra e, após dez meses de trabalho, chegou o momento de fazer uma breve reflexão. Na minha opinião e tendo em conta a minha experiência pessoal enquanto professora estagiária, o estágio pedagógico apresenta-se como uma das mais pertinentes etapas a percorrer na formação de um professor, devido a uma série de razões, que de seguida, passo a explicar. Ao longo de dez meses tive a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos, enquanto aluna da Licenciatura em História (ramo História e Geografia), mas também, enquanto aluna do primeiro ano do Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No decorrer do estágio pedagógico, tomei consciência que ser professor não é apenas debitar matéria perante uma turma, exige muito mais de nós, enquanto professores e seres humanos. Aprendi, também, que a profissão docente é complexa e multifacetada e que ser professor exige um trabalho pessoal contínuo de aprendizagem e de aperfeiçoamento dos nossos conhecimentos e capacidades. Percebi, ainda, que a profissão docente exige vários requisitos, tais como: uma boa preparação científica, uma postura que transmita segurança e confiança no que se está a fazer, ter coragem para ultrapassar barreiras e medos, enfrentar uma sala de aula, saber estar e saber ser perante um grupo de alunos, saber impor respeito, saber educar e escutar as suas necessidades.

Assim, no ano letivo 2014/2015, mais concretamente, no mês de Setembro de 2014, teve início, no Colégio São Teotónio, o meu estágio pedagógico de História e Geografia. O núcleo de estágio de História e Geografia, da escola supracitada, era composto: por três professores estagiários Alina Saraiva, Pedro Martins e Sílvia Oliveira (eu); por duas professoras orientadoras de estágio Professora Dr.ª Sara Trindade na componente de História e Professora Dr.ª Maria da Luz na componente de Geografia; e, pelas orientadoras da Faculdade de Letras Professora Dr.ª Ana Isabel Ribeiro, a História e Professora Dr.ª Adélia Nunes, a Geografia.

De seguida, irão ser apresentadas e descritas as atividades desenvolvidas, ao longo do ano letivo 2014/2015, no estágio pedagógico realizado, segundo os Planos Anuais de Formação específicos de História e Geografia apresentados no início do estágio pedagógico.

1.1 Metodologia de trabalho do núcleo de estágio na preparação e na concretização da prática letiva

Foi num dos gabinetes existentes, no Colégio São Teotónio, que eu e os meus colegas estagiários passámos grande parte do nosso tempo, ao longo do estágio pedagógico, reunidos em grupo ou mesmo cada um trabalhando por si, a preparar as nossas aulas, bem como, a preparar e a dinamizar outras atividades, curriculares e extracurriculares, concretizadas ao longo da nossa prática pedagógica. Foi, igualmente, neste espaço, onde em reunião com as nossas respetivas orientadoras de

estágio do Colégio, se realizaram diferentes tarefas. Neste espaço, calendarizávamos as nossas aulas, definíamos as matérias a serem lecionadas por cada professor estagiário, planificávamos e discutíamos as planificações a curto prazos, discutíamos as melhores estratégias pedagógicas a serem aplicadas em sala de aula, partilhávamos ideias sobre os materiais didáticos a serem usados nas nossas aulas e trocávamos material entre nós.

No início do ano letivo, uma das nossas primeiras funções, além da assistência das aulas lecionadas pelas nossas orientadoras de estágio do Colégio, seria, talvez, elaborar e discutir as planificações anuais e a médio prazo, em ambas as áreas de ensino. Contudo, quando chegamos ao Colégio, estas já se encontravam feitas, apenas, nos foram dadas a conhecer. Ao longo do estágio, tomei verdadeira consciência da importância da planificação na profissão docente. Aprendi, por exemplo, que no caso do plano de aula podemos considerá-lo como um guião da nossa aula, onde são traçados os objetivos que se pretendem atingir num determinado período de tempo e perante uma turma. Porém, pode acontecer que, a qualquer momento, o plano de aula delineado pode sofrer uma alteração e seguir um novo rumo, bastando, por vezes, uma simples questão colocada por parte de um aluno. Nos casos dos planos de aula, o modelo de planificação adotado na disciplina de História era igual ao de Geografia. Na sua generalidade, em ambas as planificações, observava-se o seguinte: identificação do tema e da unidade didática a planificar, sumário previsto, esquema-concetual sobre o tema em questão, identificação das metas curriculares a serem cumpridas, pré-requisitos necessários para a compreensão do novo tema, novos conceitos a serem adquiridos, estratégias e atividades a serem aplicadas no decurso da aula, materiais e recursos utilizados, bibliografia consultada e, por fim, uma breve reflexão crítica sobre como correu a aula dada (Anexo II e III – pp. 106 e 116).

Paralelamente, à planificação e preparação de aulas, tive a oportunidade de elaborar testes de avaliação sumativa, critérios e grelhas de correção (Anexo IV e V - pp.123 e 127), fichas de trabalho, fichas de apoio, questões-aula. Já estávamos no 3.º Período, quando começaram a chegar os novos manuais, ao Colégio, para o ano letivo 2015/2016, eu e os meus colegas estagiários tivemos a oportunidade de analisá-los, no que respeitava às disciplinas de História e de Geografia, e inclusive retirar alguns documentos importantes, como textos, imagens e notícias para as nossas últimas aulas.

Na preparação das nossas aulas, o primeiro ponto obrigatório era a definição dos conteúdos programáticos a serem lecionados e, depois, era nossa obrigação consultar bibliografia científica, para aprofundamento dos conhecimentos relativos à matéria que ia ser lecionada. Após, esta primeira fase, podíamos dar início à planificação da aula que ia ser lecionada, em que tínhamos de ter em atenção o programa das disciplinas, as características das turmas, as Metas Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e Ciência. Igualmente, tínhamos que produzir os materiais didáticos a utilizar nas aulas e, neste aspeto, sempre procurei que fossem diversificados. A definição das estratégias pedagógicas, a aplicar no decurso da aula, era outro passo importante, pois estas tinham de ser bem

definidas e planejadas, para evitar *momentos mortos* nas aulas. Posteriormente, chegava o grande momento, o de enfrentar uma turma e lecionar a aula planejada anteriormente.

Tanto na disciplina de História como na de Geografia, tentei sempre que as minhas aulas compreendessem três momentos bem definidos: iniciar a aula com uma breve revisão da matéria lecionada na aula anterior e apresentação do sumário, lecionar os conteúdos programáticos planejados e terminar a aula com uma breve síntese da matéria lecionada. Para além disso, nas aulas por mim lecionadas, tentei estimular a participação de todos os alunos e de, igual modo, tentei fomentar-lhes o gosto pela História e pela Geografia e adequar o meu plano de aula às características próprias de cada turma. Após cada aula lecionada por mim e pelos meus colegas estagiários, reuníamos em grupo para discutir os aspetos negativos e positivos que se observavam ao longo da aula, em que procurávamos sempre formular críticas e autocríticas fundamentadas e sempre construtivas. O objetivo destas reuniões era aperfeiçoarmos a nossa prática pedagógica, no que dizia respeito à leção das aulas, como também, termos consciência dos nossos erros e lacunas, de modo a pudermos ultrapassá-los e aperfeiçoar o nosso desempenho em sala de aula, desde a postura em sala de aula, formulação de questões, estabelecimento do diálogo vertical, promoção de um diálogo horizontal, erros de linguagem, entre outros.

1.2 Prática letiva

A prática pedagógica supervisionada foi realizada em turmas que estavam sob a responsabilidade das orientadoras de estágio do Colégio, nas disciplinas de História e de Geografia.

Numa primeira fase, a nossa função pautou-se, essencialmente, pela assistência às aulas lecionadas pelas nossas orientadoras de estágio, o que permitiu um primeiro contato com as turmas, possibilitando conhecer melhor os alunos e tomar nota das características de cada turma, onde iríamos lecionar e desenvolver atividades curriculares e extracurriculares. De salientar que, enquanto professora estagiária ultrapassei os 75% de assistência das aulas lecionadas pelas orientadoras de estágio da escola, tanto ao nível da disciplina de História como de Geografia. Do mesmo modo, assisti às aulas lecionadas pelos meus colegas de estágio.

A partir do mês de novembro, deu-se início à leção de aulas nas turmas a que eu e os meus colegas estagiários estávamos afetos, onde nos foi dada a possibilidade de lecionar algumas aulas, o que foi sem dúvida enriquecedor para nós professores estagiários. No caso da História, tivemos a oportunidade de lecionar numa turma do 7.º ano, um bloco de 45 min., à terça, e outro de 90 min., à sexta-feira, e numa turma do 8.º ano, um bloco de 90 min. à segunda-feira. Respeitante à Geografia, tivemos a oportunidade de lecionar numa turma do 7.º ano, um bloco de 90 min., à sexta-feira, e numa turma do 9.º ano, um bloco de 90 min, à segunda, e outro de 45 min., à quarta-feira. De realçar, que dávamos aulas de História e de Geografia a uma mesma turma do 7.º ano, portanto, estávamos com

eles à terça e sexta-feira toda a manhã. Como se trata de uma Colégio semiprivado, optou-se pelo sistema rotativo de lecionação das aulas por parte dos professores estagiários, para que os alunos não ficassem muito tempo sem ter aulas com as nossas orientadoras. Na sua totalidade, lecionei 9 aulas de 90 min., a Geografia e 12 aulas de 90 min, a História, sempre sob a orientação das orientadoras do Colégio e dos colegas estagiários. Relativamente, à observação de aulas por parte das orientadoras da Faculdade, em duas aulas no 7.º ano e três no 9.º ano de Geografia, lecionadas por mim, esteve presente a Professora Dr.^a Adélia Nunes, sendo que na terceira aula assistida, do 9.º ano, esteve, igualmente, presente o Professor Dr.º Albano Figueiredo. Na disciplina de História, duas aulas no 7.º ano e em três no 8.º Ano, por mim lecionadas nesta disciplina, esteve presente a Professora Dr.^a Ana Isabel Ribeiro.

As turmas, com as quais tivemos a oportunidade de desenvolver a nossa prática pedagógica, foram as seguintes: turma X do 7.º ano, turma Y do 8.º ano e turma Z do 9.º ano. A primeira turma mencionada foi a qual tivemos mais contato, pois lecionamos nela História e Geografia. De seguida faço a sua caracterização: constituída por 27 alunos, sendo 13 do sexo masculino e 14 do sexo feminino. A média de idades da turma é de 12 anos e os alunos são residentes, na sua maioria, na cidade Coimbra, à exceção de 9, que residem nos concelhos de Soure, Mealhada, Sintra, Penacova, Porto de Mós, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova (3). Quanto à nacionalidade, todos os alunos são portugueses, apenas um é angolano. Dos 27 alunos, apenas 2 são internos, isto é, vivem na Residência do Colégio. Quanto à situação laboral dos pais/encarregados de educação: 1 está desempregado, 1 diz que está noutra situação, mas não especifica, 1 não responde e 51 estão empregados. No que respeita, às suas habilitações académicas: 1 tem o Ensino Básico (2.º Ciclo), 1 tem Mestrado, 4 têm o Ensino Básico (3.º Ciclo), 4 dizem que têm outras habilitações académicas, mas não referem quais, 5 têm Bacharelato, 13 têm o Secundário, 25 têm Licenciatura e, unicamente, uma pessoa não responde. As caracterizações, das restantes turmas, encontram-se no Anexo VI – p.129.

Nas turmas, onde tive a oportunidade de desenvolver a minha prática pedagógica, é de salientar o bom comportamento e atitudes positivas da maioria dos alunos, pois estes percebiam que estávamos, constantemente, a ser avaliados e estavam sempre preocupados em não nos atrapalhar. Todavia, é de salientar que na turma do 8.º ano, observaram-se alguns comportamentos menos bons, por parte de alguns alunos, na minha última aula assistida pela Professora Dr.^a Ana Isabel Ribeiro e tal ocorreu, devido ao facto de estarmos quase no final do ano letivo e metade da turma já saber que estava chumbada, portanto, não esteve, minimamente, interessada em colaborar comigo.

1.3 Dinamização e participação em atividades da componente prática não letiva

A par do trabalho desenvolvido na prática letiva, foi-me possível integrar na minha formação, enquanto professora estagiária de História e Geografia, outras atividades que permitiram aprofundar e completar o meu percurso enquanto formanda do Mestrado em Ensino de História e Geografia.

Assim, as sessões de orientação de estágio realizadas, semanalmente e, orientadas respetivamente, pelas orientadoras de estágio do Colégio, não se caracterizavam, apenas, pela preparação da prática letiva. Nessas sessões de orientação de estágio, preparámos e organizámos outras atividades, que de seguida passo a elencar.

No dia 24 de setembro, eu e os meus colegas estagiários tivemos a oportunidade de assistir a uma conferência intitulada “Como rentabilizar a prática dos métodos e técnicas de estudo dos alunos – estratégias para o sucesso” dada pela Psicóloga do Colégio a todos os professores. Esta conferência foi muito interessante, pois permitiu-nos conhecer alguns métodos e técnicas, que podemos utilizar para melhorar o rendimento dos alunos e contribuir para o sucesso escolar. Ainda no 1.º Período, alguns alunos, do Ensino Secundário, participaram num concurso realizado no Colégio, promovido pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, chamado “Olimpíadas da Economia”, no qual estive a vigiar os alunos que executavam as suas provas.

Ao longo do estágio pedagógico foi muito benéfico para a minha formação e dos meus colegas estagiários, enquanto futuros professores, termos tido a oportunidade de marcar presença, ainda que, apenas, com o estatuto de observadores, em algumas reuniões de avaliação das turmas a que estávamos afetos, pois apercebemo-nos da importância da realização e conhecimento da caracterização de uma turma, do balanço do seu comportamento, aproveitamento e desempenho.

No dia 10 de dezembro, comemorou-se o Dia dos Direitos Humanos, no Colégio. O núcleo de estágio pediu aos alunos de todas as turmas a que estávamos afetos, para que em casa escrevessem duas frases sobre os Direitos Humanos. Os alunos corresponderam e trouxeram-nas nos dias seguintes. Depois, nós professores estagiários escolhemos as melhores frases e colocamo-las em canudos, feitos por nós, e distribuímos-os por dois cestos que foram, devidamente, colocados no bar e na cantina, do Colégio, para que toda a comunidade escolar os pudessem levar para suas casas. Junto aos cestos encontravam-se dois cartazes, feitos, também, por nós com o seguinte *slogan*: “Se queres ver os direitos humanos respeitar, na sua divulgação poderás participar” (Anexo VII – p.130).

Para comemorar o dia de São Teotónio (padroeiro do Colégio), dia 21 de fevereiro, consolidar conteúdos programáticos e promover a interdisciplinaridade, realizaram-se várias atividades, entre elas, uma visita de estudo a Ganfei (terra natal de São Teotónio) para os alunos do 7.º ano e na qual, também, participamos. Esta visita de estudo teve a duração de dois dias e foi muito fascinante, tanto pelo contato mais livre com os alunos, bem como, pelo conhecimento adquirido a partir dos locais que visitamos. No primeiro dia, visitámos a Fundação de Serralves e o Museu dos Transportes e das

Comunicações depois, os alunos foram divididos, assim como, os professores e, uns pernoitaram na Pousada da Juventude do Porto e outros na Pousada da Juventude de Viana do Castelo. No dia seguinte, visitámos o Santuário de Santa Luzia e Ganfei. Nas semanas seguintes à visita, os professores estagiários pediram aos alunos participantes, algumas fotografias tiradas por eles, durante a viagem e, posteriormente, organizamos uma exposição, que colocámos num dos corredores do Colégio (Anexo VII – p.130).

No dia 25 de abril, o núcleo de estágio fez cravos, e colocou-os em dois cestos, no bar e na cantina do Colégio, para que todos aqueles que quisessem, levassem um cravo e espalhassem a mensagem que ia, anexa, a cada um. Mensagens como estas: “Viva o 25 de abril”, “O Povo unido já mais será vencido” ou “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Junto aos cestos, encontravam-se dois cartazes, feitos por nós, com o seguinte *slogan*: “*Keep calm and 25 de Abril*”. Esta atividade, juntamente, com a atividade de divulgação do dia dos Direitos Humanos, foram um sucesso, nem nós esperávamos tanto, pois os canudos e os cravos desapareceram, rapidamente, dos cestos e quando passávamos pelos corredores do Colégio toda a gente trazia um canudo/cravo consigo e davam-nos os parabéns pela dinamização destes dias (Anexo VII – p.130).

No dia 9 de maio comemorou-se o Dia da Europa no Colégio. Com a ajuda dos alunos inscritos no clube “vem descobrir PATRIMÓNIO” (o qual dinamizei, ao longo do ano letivo, com a minha colega Alina Saraiva) fizemos pequenos cartazes, que espalhámos pelos longos corredores do Colégio. Cada cartaz continha: o nome de um determinado país, ano da entrada na União Europeia, nome da sua capital, quantidade de população, uma curiosidade acerca desse país e uma imagem da sua bandeira (Anexo VII – p.130).

O clube de atividades “vem descobrir PATRIMÓNIO” tratava-se de uma atividade de enriquecimento curricular que consistia em desenvolver trabalhos acreditando que é, através de uma ação educativa comprometida, possível consciencializar os jovens para a preservação do património que nos cerca e nos pertence. Desta forma, ao longo do ano letivo, os alunos inscritos, neste Clube, criaram um *blog*, onde divulgaram alguns monumentos históricos da cidade de Coimbra, a título de exemplo, Sé Velha, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Igreja de Santa Cruz, Museu Nacional Machado de Castro, Arco de Almedina, Universidade, entre outros, dando a conhecer um pouco a sua história, a partir de texto e imagens. No decorrer do ano, realizámos alguns jogos manuais e digitais relacionados com a preservação do património, nomeadamente, o Jogo da Glória disponível na Internet. Mais para o fim do ano letivo, os alunos desenharam, a giz, alguns *monumentos coimbrenses* e estes trabalhos foram expostos na chamada Festa de Junho (atividade realizada no Colégio que encerra o ano letivo) (Anexo VII – p.130). Também, fiz questão de ajudar na montagem desta grande festa, que reúne cerca de 500 pessoas no recreio do Colégio, entre professores, alunos, familiares e funcionários.

Para além de tudo isto, ao longo do ano letivo, fui responsável por dar uma hora de apoio, às segundas-feiras, a alguns alunos do 8.º ano e, fui, ocasionalmente, responsável pelo funcionamento de uma sala de estudo das várias existentes no Colégio.

O núcleo de estágio fez todos os possíveis a que estava ao seu alcance para dinamizar e participar em diferentes atividades, de modo a que a sua prática pedagógica não se restringisse, somente, à planificação e lecionação de um certo número de aulas. Talvez pudéssemos ter feito mais, mas penso que, na sua generalidade, todas as atividades planificadas que constam nos Planos Individuais de Formação das disciplinas de História e Geografia, entregues na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no início do estágio pedagógico, foram, devidamente, cumpridas.

1.4 Balanço final do trabalho desenvolvido na prática pedagógica

O estágio pedagógico contribuiu, sem dúvida, para o meu desenvolvimento enquanto pessoa e futura docente. No seu decorrer, tomei consciência que cada turma é única e distinta entre si, por isso, as estratégias pedagógicas utilizadas na turma X podem não resultar na turma Z. Por outro lado, aprendi, que acima de tudo, uma boa preparação científica condiciona pela positiva a nossa prestação numa sala de aula, tornando-nos mais confiantes e seguros na nossa prática pedagógica. Ao longo do estágio, tive em atenção as críticas construtivas formuladas pelos meus colegas de estágio, pelas minhas orientadoras de estágio do Colégio e da Faculdade de Letras e, aprendi que tenho que potencializar certos aspetos e melhorar outros. Mas, confesso que tentei dar o meu melhor ao longo do estágio pedagógico.

Quanto ao Colégio em si, onde decorreu o estágio pedagógico, este oferece ótimas condições. É de realçar as boas relações que o núcleo de estágio de História e Geografia manteve com a comunidade escolar, que nos recebeu e acolheu bem e que nos auxiliou sempre que necessário. Este estágio pedagógico correspondeu a um ano de aprendizagem positivo e constitui o primeiro contato com a realidade escolar no papel de professora estagiária, após anos a fio como aluna. Futuramente, se tiver a oportunidade de lecionar, irei levar comigo a ter em conta na minha prática pedagógica, todos os ensinamentos, conselhos, orientações e aprendizagens que este estágio pedagógico me transmitiu. Só tenho pena de não termos tido a oportunidade de lecionar mais aulas.

Por fim, gostaria de fazer alguns agradecimentos por toda a orientação, amizade, disponibilidade, prestados quer pelos meus colegas estagiários, quer pelas professoras orientadoras de estágio do Colégio Professoras Doutoradas Maria da Luz Campos e Sara Trindade, como também, pelas Professoras Doutoradas Adélia Nunes e Ana Isabel Sampaio. Um agradecimento muito especial, também, aos meus pais, que me proporcionaram estes 5 anos de estudo, ao meu namorado, pela paciência e motivação e, por fim, aos meus queridos alunos, que se tornaram amigos e que nunca esquecerei.

Segunda Parte

2. Abordagem de uma temática de natureza científico-pedagógica

2.1 Enquadramento do território: Coimbra Medieval e Contemporânea

No início do século XIII, Coimbra era um dos mais importantes centros urbanos de Portugal, acompanhavam-na em crescimento demográfico e em desenvolvimento económico muito poucas outras cidades, a título de exemplo, “Lisboa e Santarém como aquelas que mais se integravam no pelotão urbano das primeiras e mais prósperas urbes do Reino” (Gomes, 1998, p.149). Todavia, Coimbra individualizava-se no tecido político global português pelo seu estatuto de centro residencial preferencial da realeza, pois, nas palavras de António Saúl Gomes (1998, p.150) foi nesta cidade, e a partir daqui, que o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques viu estimular-se a sua percepção de monarca herdeiro de espírito político de conquistador de cidades e praças militares aos muçulmanos que seu avô, D. Afonso VI, tanto impulsionara.

Transformada em cidade de corte e capital de Portugal, por Afonso Henriques, a partir de 1130 ou 1131, tornada cidade de residência real (e ainda episcopal) e centro de fronteira, a partir da qual se organizava a Reconquista, enormes foram as consequências para a cidade, desde o desencadear da arquitetura urbana com a construção ou reconstrução de palácios e igrejas, nomeadamente, os paços régio e episcopal, a Sé Velha, até outras significativas consequências a nível socioeconómico, cultural e ideológico (Ventura, 2002, p.26).

No século XIV, Coimbra era uma cidade em plena maturação. A velha *Aeminium*, depois Coimbra episcopal e, em seguida cidade muçulmana ou cristã consoante a força das armas, tinha bem desenhados, no início de Trezentos, os traços gerais da sua fisionomia, visto que, era nítida a oposição entre a Alta e a Baixa da cidade, o que segundo Maria Helena da Cruz Coelho (1992, p.335) correspondia, na topografia urbana, à dicotomia entre a parte amuralhada e a acastelada e a área extramuros, a do arrabalde.

Na segunda metade do século XIII e na primeira metade do século XIV, Coimbra era designada de *villa*. No entanto, a partir da segunda metade do século XIV, o termo *cidade* impõe-se para traduzir a realidade coimbrã, pois *villa* já é vocábulo empregado para outras realidades de menor dimensão que, embora gozando de plena autonomia jurídica, “se encontram em posição hierárquica inferior e, até, sob a influência política de Coimbra, como é o caso, por exemplo, de Penela, Miranda, Penacova, entre outras” (Ventura, 2002, p.36).

Do século X ao século XIV, os documentos traduzem a hierarquização topográfica, da cidade de Coimbra, pelas designações de (al) medina (recinto muralhado) e arrabalde, “Aquela era o espaço intramuros, em época romana presidida pelo fórum e, na medieval, pela alcáçova e pela Sé” (Alarcão, 2008, p.10). Façamos, então, a distinção entre o *intus* e o *foras* ou *extra civitatis* (o que está dentro e o que fica fora de muralhas). Em relação ao *intus*, com o qual, em termos topográficos, a *civitatis* se identifica, pode “precisar-se a localização do prédio ou bem em causa com a identificação da paróquia onde se encontra ou a referência a um ou a outro elemento arquitectónico (a alcáçova régia, uma torre,

uma igreja)” (Ventura, 2002, p.36). No que se refere ao fora ou extra *civitatis*, diz respeito a toda a área que rodeava o núcleo central de que se separava pela muralha.

No monte sobranceiro ao rio erguem-se, afrontadamente, a alcáçova, residência dos reis e da corte e o castelo. Num plano, ligeiramente, inferior, situava-se o paço episcopal, que acolhia o chefe espiritual do bispado que Coimbra encabeçava. Toda esta acrópole se via envolvida pela segurança de uma forte muralha. Com ela se fechava a cidade alta num circuito, que do castelo atingia o arrabalde, com contornos marcados, grosso modo, pela Couraça de Lisboa e a Couraça dos Apóstolos. Contudo, esse espaço tinha de se abrir para o exterior e fazia-o, através de “5 portas – a Porta da Almedina, a Porta de Belcouce, a Porta da Traição, a Porta do Sol e a Porta Nova” (Coelho, 1992, p.336).

O arrabalde (atual Baixa) que se foi criando à volta do núcleo central de que se separava pela muralha, tomando as portas desta como polos de extensão, reflete bem a revitalização do tecido urbano. Na opinião de Leontina Ventura (2002, p.38), provavelmente, os banhos régios foram um primeiro elemento de fixação do arrabalde, “a que um mercado na Rua ou burgo dos Francos terá dado um importante contributo, prolongando-se, depois, para Norte e Ocidente, à volta de igrejas...” dando origem à ocupação em conjuntos policêntricos em torno de um núcleo inicial. Jorge Alarcão (2008, p.10) corrobora, a opinião da autora citada anteriormente, ao afirmar que o arrabalde surgiu de manobras de povoamento em torno das igrejas de S. Bartolomeu, S. Tiago e Santa Justa – manchas que de diversa maneira foram alastrando. O arrabalde era espaço fervilhante de vida e trabalho. Na margem direita do rio Mondego, “atravessado por uma sólida ponte, e ao longo da rua dos Francos e de Coruche compravam-se e vendiam-se os produtos, num comércio agitado, fabril, vibrante no tilintar metálico das moedas” (Coelho, 1992, p.337).

A partir da terceira década do século XII instala-se, na confluência da rua de Coruche com a rua Direita, o mosteiro de Santa Cruz, dominando assim o principal eixo viário citadino que, partindo da Portagem e rua dos Francos e atingindo o Arnado, viabiliza a circulação entre o sul e o norte do país (Coelho, 1992, p.338). Desta forma, o mosteiro de Santa Cruz torna-se um polo dinamizador da cidade e no seu largo corre um vivo comércio. Mas, outras instituições monásticas se acrescentaram a este núcleo mercantil, no século XIII, como o Mosteiro de S. Domingos, junto do Arnado, o Convento de S. Francisco, na margem esquerda do Mondego, numa ilha no meio do rio, o Mosteiro de Santa Ana ou Celas da Ponte e, também, na margem esquerda do rio se foram juntando as religiosas que, nos finais do século XIII, deram origem ao Mosteiro de Santa Clara (Coelho, 1992, p.339). A Coimbra eclesiástica completava-se, ainda, com a presença do Mosteiro de Celas de Guimarães, num polo exterior a toda esta área inter-relacional intra e extramuros, impulsor também ele, na dinâmica polinuclear do tecido urbano, de mais um foco de povoamento.

A partir do séc. XIII, sobretudo, o rio foi, gravemente, assoreado, “não por culpa dos moradores da cidade, mas de quem, a montante, desbravava as encostas sobre o Mondego” (Alarcão, 2008, p.10). Ora, a ponte que ligava a cidade à outra margem, que os Romanos haviam construído, assoreada, teve de ser refeita por D. Afonso Henriques e, no séc. XVI, por D. Manuel. Os franciscanos, as freiras de Santa Clara e as monjas de Santo Agostinho viveram, tranquilamente, na margem esquerda do rio, até que as suas águas, sempre crescendo, condenaram suas santas casas (Alarcão, 2008, p.11).

A partir do século XIV, os termos *arrabalde* ou *suburbium* entram em desuso, passando o termo *cidade* a identificar tanto o intra como o extramuros. Com o declínio da capitalidade em favor de Lisboa (desde meados do século XIII) e o conseqüente desaparecimento da morada régia da cidade, a medina de Coimbra deixou de ser o centro de gravidade, dotado de supremacia política, religiosa e jurisdicional, perdendo o caráter hierarquizador do espaço (Ventura, 2002, p.39). Apesar de Afonso III ter preferido Lisboa, como sede de um reino, Coimbra, bem situada na rede viária, a meio da *espinha dorsal atlântica* que liga Lisboa a Braga e no cruzamento do litoral com o interior, não deixa de ser, frequentemente, visitada pelos diversos monarcas reinantes no século XIV (Coelho, 1992, p.340). É, nesta Coimbra, que o Estudo se implanta, em 1308, mais concretamente, na parte aristocrática da cidade e no passado como no presente Coimbra honra-se pela sua Universidade.

Coimbra dominava o espaço, atraindo homens e produtos, impondo ritmos de circulação, comercialização e distribuição de produtos. Sede episcopal, centro ordenador de toda a divisão eclesiástica do bispado, polo monástico, capital política até meados do século XIII, estância de uma corte de reis e senhores, plataforma geo-estratégica, pelo sítio e posição, na defesa, com o seu castelo erguido no alto da colina e no cruzamento de vias que ligavam o norte e o sul, o litoral e o interior, Coimbra cidade aristocrática, política, militar, mercantil, artesanal e laboriosa.

Coimbra é uma cidade portuguesa, capital do Distrito de Coimbra, localizada na Região Centro Litoral de Portugal, na sub-região do Baixo Mondego com cerca de 143 052 habitantes (Instituto Nacional de Estatística (INE), Censos 2011, *Web site*, em <http://www.ine.pt>).



Figura 1 – Cidade de Coimbra.

Fonte: *Internet*, 2015.

É considerada uma das mais importantes cidades portuguesas, devido às infraestruturas, organizações e empresas que nela se instalaram, para além, da sua importância histórica e privilegiada posição geográfica no centro da *espinha dorsal* do país. Banhada pelo rio Mondego, Coimbra possui uma localização estratégica “privilegiada no Centro do país, entre as duas áreas metropolitanas principais, Lisboa e Porto, numa posição de charneira entre ambas”

(Enquadramento no Território, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume B – Estudos de Caracterização*, 2012, p.4).

A cidade tem uma localização geográfica singular resultante da sua inserção na transição das duas grandes unidades geomorfológicas da região – a Orla Litoral e o Maciço Central, identificadas, grosso modo, como as bacias do Vouga e do Mondego e áreas de abrasão marinha (a primeira) e pelas áreas de planalto e serras do interior (a segunda). A estas unidades correspondem formas e dinâmicas de ocupação diferentes, verificando-se maiores densidades de ocupação e maior dinamismo demográfico e económico/empresarial no litoral do que no interior (Caraterização física, ambiente e paisagem, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume B – Estudos de Caracterização*, 2012, s.p.).

Coimbra integra a unidade de paisagem de Coimbra e Baixo Mondego e esta inclusão expressa “a forte relação entre a cidade e toda a paisagem do Mondego para jusante” (Enquadramento no Território, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume B – Estudos de Caracterização*, 2012, p.4). Em Coimbra, o Mondego conserva as suas margens, praticamente, não edificadas, à exceção da Baixa Rio. O rio

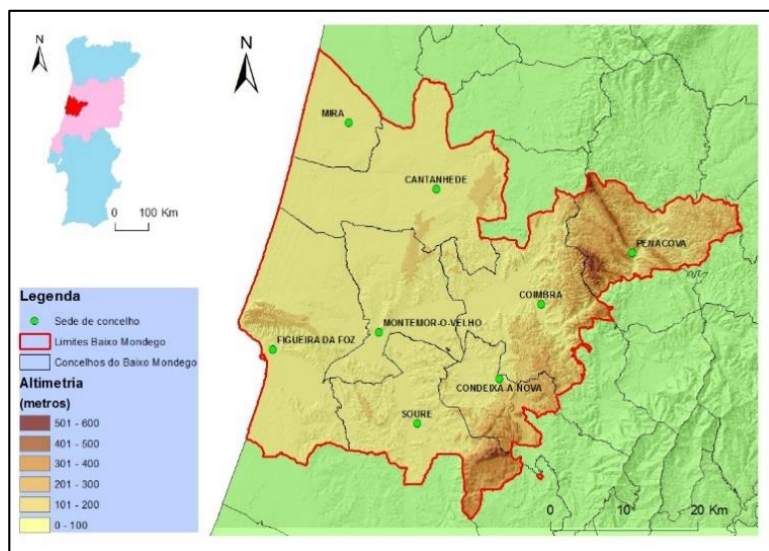


Figura 2 – Mapa do Baixo Mondego.

Fonte: Joaquim Patriarca, 2015.

configura, desde sempre, um sistema estruturante de toda a cidade, tendo vindo a protagonizar, nas últimas décadas, uma função fundamental no domínio do recreio e desportos náuticos.

De acordo com Maria Helena da Cruz Coelho (1997, p.56), no Baixo Mondego, a paisagem é a sua personagem principal. Em tempos, os traços naturais identificadores do Baixo Mondego eram um rio e uma fachada marítima. O rio era navegável da sua foz até Coimbra e mesmo mais além até à Raiva. O seu regime de águas era instável, com fortes cheias no inverno e um escasso caudal no verão. Um rio já na sua velhice, nas palavras de Fernandes Martins (s.d., citado por Coelho, 1997, p.57), que corria no seu leito natural, em liberdade, fertilizando com aluviões as suas margens, ainda que, também as galgasse, arrebatando as colheitas. O seu primeiro encanamento data tão-só de finais do século XVIII e inícios do seguinte e é, dos nossos dias, um Mondego com um curso e um aprisionamento, totalmente, ditados pela vontade humana. Para o controlo das cheias e o aumento da capacidade de drenagem dos solos agrícolas, a paisagem do vale foi “sujeita a sucessivas transformações através da execução de obras de controlo dos caudais (líquidos e sólidos), que

conduziram a alterações profundas do curso do rio Mondego” (Coelho, 1997, p.57). Hoje, o vale é composto por um complexo sistema de valas que drenam toda a área aluvionar e viabilizam a intensa produção agrícola.

Quanto ao clima, Coimbra apresenta um clima mediterrânico de acordo com a classificação climática de Koppen-Geiger. As chuvas aparecem na típica alternância do clima mediterrânico entre um verão muito seco e as estações de outono e inverno chuvosas. Os meses mais chuvosos são aqueles que vão de outubro a fevereiro com queda entre 900 e 950 milímetros de chuva por ano, por outro lado, os meses mais secos são junho, julho, agosto e setembro. A neve é um evento muito raro por aqui. No inverno, as temperaturas variam entre 15°C diurnos e 5°C noturnos no mês mais frio, podendo atingir os 0°C em vagas de frio, ao passo que no Verão, as temperaturas oscilam entre os 29°C diurnos e 16°C noturnos podendo chegar aos 35°C e até mesmo ultrapassar (Guia de Viagem, *Web site*, em <http://www.guiaviagem.org/coimbra/>).

2.1.1 Município de Coimbra

Coimbra é sede de um município com 319,41 km² de área e cerca de 143 052 habitantes (INE, Censos 2011, *Web site*, em <http://www.ine.pt>) subdividido em 31 freguesias, sete das quais, Almedina, Santa Clara, Santa Cruz, Santo António dos Olivais, S. Bartolomeu, S. Martinho do Bispo e Sé Nova, formam a cidade de Coimbra, sede concelhia. Da sub-região da Bairrada, fazem parte, Botão, Souselas, Trouxemil e Vil de Matos. O conjunto fica completo com as freguesias de Almalaguês, Ameal, Antanhol, Arzila, Assafarge, Brasfemes, Castelo Viegas, Ceira, Cernache, Eiras, Lamarosa, Ribeira de Frades, S. João do Campo, S. Martinho de Árvore, S. Paulo de Frades, S.Silvestre, Taveiro, Torre de Vilela e Torres do Mondego.



Figura 1 – Mapa do Município de Coimbra.

Fonte: Câmara Municipal de Coimbra, <http://www.cm-coimbra.pt>.

Em termos de evolução da população, o concelho de Coimbra regista, na década de 2001-2011, “uma ligeira retração, acompanhando a tendência evolutiva verificada na maioria dos municípios do continente exteriores às áreas diretas de influência das metrópoles de Lisboa e Porto e ainda do Algarve” (Enquadramento no Território, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume B*

– *Estudos de Caraterização*, 2012, p.5) e verifica-se um decréscimo e envelhecimento da população no centro histórico, face às restantes freguesias com caráter, marcadamente, urbano. O decréscimo populacional do centro histórico é, igualmente, acompanhado por uma perda de dinamismo económico, decorrente, sobretudo, da estagnação do comércio tradicional, do encerramento de alguns estabelecimentos, assim como, da deslocalização de equipamentos coletivos e serviços com capacidade de atração para fora do centro (Enquadramento no Território, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume B – Estudos de Caraterização*, 2012, p.5).

Santo António dos Olivais é a freguesia mais populosa com 39 516 habitantes, isto é, cerca de 27 % do total de habitantes do município. Curiosamente, a freguesia com maior área é Almalaguês, uma freguesia, tipicamente, rural. As restantes vinte e cinco freguesias correspondem a áreas, predominantemente, rurais, apesar da análise da sua evolução recente evidenciar sinais de mudança de uma progressiva aproximação aos indicadores de urbanidade. Tal facto é corroborado por “uma alteração da distribuição económica das populações destas freguesias, com a diminuição do peso relativo do setor primário em detrimento do setor terciário” (Conselho Local de Ação Social de Coimbra, 2004, p.29). A freguesia mais distante da sede do município, a cerca de 16,5 Km., é a freguesia de Lamarosa com 2 189 residentes. Em geral, as freguesias mais distantes do centro são freguesias pouco populosas, registando-se a maior concentração da população nas freguesias correspondentes à área geográfica urbana. É, igualmente, nestas freguesias “que se concentram maior número de equipamentos e serviços” (Conselho Local de Ação Social de Coimbra, 2004, p.29).

2.1.2 Freguesia de Santa Clara

“Para falar de ti Santa Clara freguesia da margem esquerda do rio Mondego e de Coimbra, tenho de debruçar-me sobre o enlevo da tua inconfundível beleza; das tuas belas paisagens de sonho; das tuas panorâmicas, sublimes de uma magnitude que felizmente ainda podemos desfrutar; dos teus monumentos, que ligados à nossa História Pátria, testemunham páginas de maior representatividade e ensinamentos que são cantados e descritos pelos nossos maiores poetas e escritores” (Gonçalves, 1994, p.11).

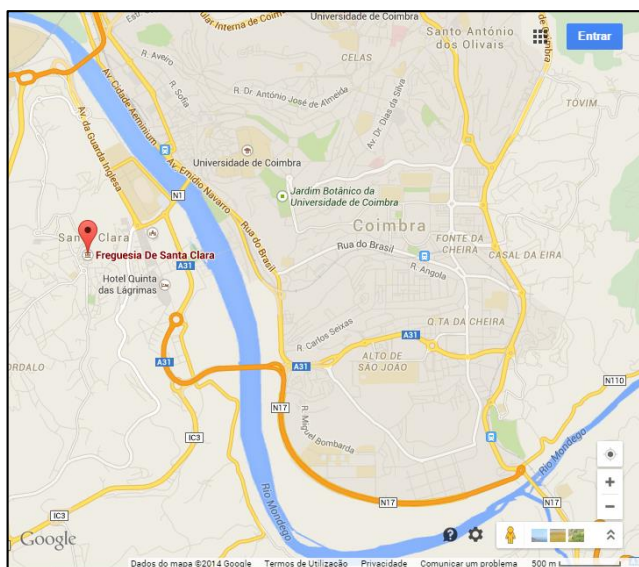


Figura 4 – Localização geográfica da freguesia de Santa Clara.

Fonte: *Google Maps*, 2015.

Santa Clara é uma localidade portuguesa, do concelho de Coimbra, com 10,16 km² de área e 9929 habitantes (INE, Censos 2011, *Web site*, em <http://www.ine.pt>), que contém uma densidade populacional de 948,11 hab./Km².

Esta freguesia localiza-se na margem esquerda do rio Mondego e é uma das maiores povoações da cidade de Coimbra e quanto à data da sua fundação, não há certezas, uns acreditam, em 1850, outros, em 1854, e outros ainda, em 1855. No passado, esta povoação era conhecida pelo nome de São Francisco ou São Francisco da Ponte. Hoje, confronta com as freguesias de São Martinho do Bispo, Castelo Viegas, Assafarge, Antanhol e com as freguesias de Santo António dos Olivais, Almedina e Santa Cruz. Em 2013, a freguesia foi extinta no âmbito de uma reforma administrativa nacional, tendo sido agregada à freguesia de Castelo Viegas, para formar uma nova freguesia denominada União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas da qual é sede (Câmara Municipal de Coimbra, *Web site*, em <http://www.cm-coimbra.pt>).

Santa Clara apresenta um conjunto de valores tão, marcadamente, históricos e culturais que não podemos deixar de sublinhar o peso que alguns deles exercem sobre Coimbra e, mais do que isso, sobre o país, a Europa e o mundo. A sua malha urbana contém as notáveis arquiteturas de Santa Clara-a-Velha, de S. Francisco e de Santa Clara-a-Nova, bem como, a Capela de Nossa Senhora da Esperança, a Cordoaria, a Quinta das Lágrimas e o Portugal dos Pequenitos. Geograficamente inscrita na margem esquerda do rio Mondego e em toda a bordadura do Monte da Esperança, Santa Clara é o miradouro privilegiado donde se olha, com entusiasmo, toda a cenografia urbana que envolve a Universidade, a Sé Velha, a Baixa Coimbrã, as Couraças, a muralha, a Portagem, o Botânico, Montarroio ou a Ínsua dos Bentos. Mas, Santa Clara é muito mais do que uma encosta e um aprazível miradouro. É, também, um rossio, um pequeno choupal, um agradável espaço onde a planura foi, durante anos e anos, marcada por extensos laranjais (União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, *Web site*, em <http://www.uf-santaclaracasteloviegas.pt/>).

2.2 Abordagens historiográficas recentes – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e a comunidade franciscana

Na primeira década do século XXI, várias obras surgem tendo como objeto de estudo o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Tal acontecimento não é de todo estranho, pois ocorre pós escavações arqueológicas (1995) e, portanto, existiriam muitos dados e conclusões a divulgar.

No ano 2000, Teresa Mourão escreve um livro intitulado *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*. Logo no ano seguinte, Artur Côrte-Real redige a obra *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: novos dados para o seu conhecimento: operação arqueológica 1995-1999*. Em 2006, Francisco Pato de Macedo apresenta a sua tese de doutoramento *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: singular mosteiro mendicante*, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Passados dois anos, Artur Côrte-Real, como coordenador, dá a conhecer a obra *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*, um excelente resumo da história deste célebre monumento da cidade de Coimbra. Em 2009, Helena Costa Toipa escreve um artigo intitulado *Três Momentos na Existência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha* para a revista *Humanitas*. No ano seguinte, *Santa Clara das Águas: a história de um mosteiro e de um rio que nunca lhe deu paz* é da autoria de Jorge Letria e trata-se de uma obra dirigida para um público mais jovem. Em 2012, Ana Isabel Alves Lopes, aluna do Mestrado em Ensino de História e Geografia, apresenta o seu Relatório de Estágio, denominado *O Rio Mondego e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Para sabermos mais pormenores sobre a instituição, em estudo, só mesmo, através do acesso aos Relatórios de Atividades elaborados pelos seus funcionários - *Relatório de Atividades – 2012 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Relatório de Atividades – 2013 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*. Na *Academia.edu* é publicado o artigo *Introdução ao Estudo da Comunidade Histórica do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha* de Lia Azevedo Nunes.

Para compreendermos a história deste mosteiro, não basta consultar obras que resumam a sua existência. Há uma profunda necessidade de conhecimento de algumas das suas personagens sendo elas encaradas como fontes de inspiração ou mesmo tendo feito parte da vida do monumento. Deste modo, em 2008, Pedro Gómez Carrizo, como editor literário, publica *Os Santos da Nossa Vida. São Francisco de Assis*. Para descobrir um pouco mais da vida da seguidora de Francisco de Assis e inspiração de D. Mor Dias (primeira fundadora do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha), Marta Filomena Pimentel de Carvalho Andrade, em 2011, apresenta a sua tese de doutoramento, *In Oboedientia, Sine Proprio, Et In Castitate, Sub Clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII-XIV)*, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dando a conhecer a história de vida de Santa Clara de Assis e o funcionamento da sua ordem. Ainda nesse ano, Maria José Azevedo Santos escreve o livro *D. Isabel de Aragão, Rainha Santa, 1270(?) - 1336*, permitindo, aos seus leitores, conhecer a vida da padroeira da cidade de Coimbra.

2.2.1 A comunidade franciscana

Nos finais do séc. XII, a sociedade vive uma grande mutação. Fruto do desenvolvimento das técnicas agrícolas, comerciais e bancárias, inaugura-se uma época de prosperidade que se prolongara por todo o século XIII. Ao crescimento demográfico associa-se a melhoria das condições de vida e um desenvolvimento cultural que dará uma nova face à Europa. Este ambiente proporcionava à Igreja um novo desafio. O clero secular, inculto e dependente, dificilmente, seria capaz de corresponder às necessidades emergentes. Os eremitas, afastados da convivência social, no ermo e na montanha, viviam da oração e da ascese, procurando salvar o mundo sem dele participarem. As antigas e mais prestigiadas ordens, beneditinos, cistercienses e agostinhos, *fechadas nos seus mosteiros* e mais ligadas ao mundo rural, rivalizavam, entre si, pelo controlo dos fiéis e dos privilégios (Andrade, 2011, p.59). As cidades necessitavam de um outro campo de evangelização.

No verão de 1205, Francesco Bernardone despediu-se da sua *juventude dourada* de Assis e alicerçando o seu comportamento em quatro pilares fundamentais: humildade, simplicidade, pobreza e oração, assim como, numa obediência literal às palavras de Cristo, junta-se a um grupo reduzido de companheiros e “parte a pregar o abandono liminar dos bens terrenos e a pobreza absoluta, em reacção contra as ordens beneditinas e o clero em geral, propondo, igualmente, uma acção enérgica contra os heréticos” (Macedo, 2006, p.17).

Mas, recuemos no tempo. Na sua juventude, Francisco comportava-se com a ostentação e a vaidade que os negócios e a posição do seu pai lhe permitiam. Como relatam os seus biógrafos: “Estes são os tristes princípios em que se exercitava desde a infância este homem que hoje veneramos como santo, e nos quais continuou a perder e a consumir miseravelmente a sua vida até chegar quase os vinte e cinco anos de idade.” (Carrizo, 2008, p.13). Mais tarde, Francisco foi atacado por uma grave doença que lhe proporcionou o tempo e a disposição para refletir sobre a condução da sua vida e, assim, saiu da doença disposto a renunciar às vaidades do mundo.

No dia 12 de outubro de 1208, Francisco escutou a missa que se celebrava em memória dos apóstolos e ouviu o texto da *missio apostolorum* que aconselhava a prática da mais rigorosa pobreza: “Vão, prediquem que o Reino de Deus está próximo. Não levem nem ouro nem prata; nem mochila nem dinheiro para o caminho. Nem duas túnicas, nem calçado, nem bordão, que o operário merece o seu sustento. Em qualquer casa que entrarem digam primeiro: Paz nesta casa” (Carrizo, 2008, p.30).

Francisco percebeu, de imediato, que aquela era a vida que Deus queria para ele. Sem mais demora, começou a executar o mandato evangélico: afastou de si as sandálias, o cinturão de couro e o báculo, adotou um novo hábito, tosco e áspero, cingido com um cordão e iniciou a forma de vida apostólica.

Deste modo, dá então início à Ordem dos Irmãos Menores, “para que com tal nome se apercebessem os seus discípulos de que tinham vindo para a Escola de Cristo humilde para aprender a humildade” (Carrizo, 2008, p.32). A capela de Santa Maria dos Anjos, onde constituiu o primeiro

grupo de irmãos, é o berço da nova fraternidade. Não lhes impôs longos períodos de noviciado. Bastava uma prova: renunciar a todos os bens e ir pedir de porta em porta. O santo começou a enviá-los a missionar, de dois em dois, pelos vales do Apenino e pelas planícies da Umbria, das Marcas e da Toscana. Quando chegaram a doze, já não cabiam na Porciúncula.

Segundo Francisco Pato Macedo (2006, p.18), após quatro anos de vida despojada, dividida entre a pregação e a mendicância, “a 16 de Abril de 1209, uma primeira regra teve aprovação oral do papa Inocêncio III”. Passados alguns anos, mais precisamente, em 1220, a pedido de Francisco, o pontífice Honório III nomeia um responsável pela condução da ordem, o cardeal Hugolino, futuro Gregório IX e, passado um ano, o capítulo geral da ordem promulga a *Regula Prima*. Em 1223, uma segunda regra, curta e cheia de citações bíblicas é escrita pelo próprio S. Francisco e aprovada pelo papa. Nela se expressa a vocação de imitar a vida apostólica nas suas três características essenciais, “a pobreza, a peregrinação e a pregação que S. Francisco seguiu até à sua morte...” (Macedo, 2006, p.19). No entanto, ainda durante a sua vida, a ordem já se havia afastado da simplicidade e do despojamento iniciais e, no século XIII, “os frades menores construíram mosteiros que não cediam nada em riqueza às abadias das ordens beneditinas” (Macedo, 2006, p.19). O movimento franciscano transformava-se numa ordem mendicante organizada, sendo o seu patriarca canonizado pelo papa Gregório IX, dois anos após a sua morte.

Como relata Pedro Gómez Carrizo (2008, pp.51 e 52) consumido pelos jejuns e abstinências, abatido por frequentes hemorragias, atormentado por uma tenaz oftalmia, que o tinha deixado quase cego, Francisco consentiu que o levassem para uma choça construída por Santa Clara no jardim de São Damião. Este foi visitado por famosos médicos, mas o mal não foi controlado. Sentindo que se aproximava do fim, pediu que o levassem para Assis. A pedido do santo, os magistrados deram licença para o levarem para Nossa Senhora dos Anjos, onde desejava morrer. O seu acompanhante deu-lhe um hábito e o santo recebeu-o como de esmola e emprestado e acaba por falecer, no dia 3 de outubro de 1226.

Francisco foi o fundador da primeira comunidade franciscana, a Ordem dos Frades Menores. Canonizado no dia 16 de julho de 1228 pelo Papa Gregório IX, a sua festa litúrgica celebra-se no dia 4 de outubro. É padroeiro da Ação Católica e da Itália e protetor dos animais, dos comerciantes e do ambiente. Tornou-se o primeiro caso conhecido na história de estigmas, sinal externo e visível da sua interior conformidade com Cristo crucificado. A regra de observância do Evangelho e a vida de obediência, sem bens pessoais e em castidade, preconizadas pelo *Poverello* de Assis foram uma revolução no seio da Igreja.

Ao pregar o amor de Deus na catedral de Assis, o *Poverello* despertou ânsias e resoluções de entrega à perfeição na alma de uma nobre donzela chamada Clara Offreducci. Esta jovem, oriunda de

famílias aristocratas de Assis, pretendeu “sair do mundo e viver mais intensamente o Evangelho, devotando-se a seguir S. Francisco na prática da pobreza e da humildade” (Macedo, 2006, p.20).

No dia 19 de março de 1212, na capela da Porciúncula, Clara prostrou-se perante o altar da Virgem, deu libelo de repúdio ao mundo secular e consagrou-se ao Senhor. Em abril desse ano, juntam-se a Clara, em S. Damião, outras mulheres para praticar a reclusão perpétua. Nasceu, desta forma, a ordem das Senhoras Pobres, como no princípio se chamava, e que atualmente, todos conhecem com o nome de Clarissas, derivado da sua fundadora Santa Clara de Assis, que a dirigiu até à hora da sua morte, ocorrida a 11 de agosto de 1253. Porém, como assinala Lawrence (1984, citado por Macedo, 2006, p.20), “não deixa de ser paradoxal ter-se originado uma ordem feminina contemplativa com um regime de estrita clausura a partir de um movimento que quebrou a tradição monástica da segregação e clausura”.

Em 1212 ou 1213, Clara e as suas primeiras companheiras receberam, oralmente e por escrito, de São Francisco de Assis, a «Forma de Vida», que definiu os principais valores espirituais e os comportamentos próprios destas novas religiosas. Clara baseando-se nela, desenvolveu-a e redigiu uma regra, que foi aprovada no final da sua vida, em 1253, por Inocêncio IV. A regra: viver em inteira dedicação a Deus, em humildade, penitência, pureza, afastamento do mundo secular e despojamento de bens materiais pessoais é o objetivo das Clarissas (Lalanda, 2000, p.353).

A morte de Clara e a sua canonização, em 1255, pelo papa Alexandre IV abrem um período de rápida difusão do seu modo de vida e das comunidades de Damas Pobres que, por isso, necessitam de uma normalização para a vida em comunidade. Mas, vamos por partes. Francisco Côrte-Real (2008, p.13) declara que, obrigada a seguir a regra beneditina pelas determinações do IV Concílio de Latrão, Clara obteve do papa Inocêncio III, em 1216, o *privilegium pauperatis*, que autorizava as religiosas de S. Damião a recusar a posse de propriedades. Porém, em 1219, o Cardeal Hugolino redigiu nova forma de vida na qual permitia a posse de bens em comum. Apesar de, nos anos que se seguiram, terem surgido algumas normas diferentes para regulamentar a existência das Irmãs Pobres, Clara, antes de morrer, conseguiu ver aprovada uma Regra, escrita pelo seu próprio punho, na qual estipulava que as religiosas mantivessem a mais absoluta pobreza. Esta norma foi seguida em S. Damião e em cerca de centena e meia de mosteiros, embora, muitos outros recusassem observar tão rigorosa pobreza. Mais tarde, em 1263, o papa Urbano IV redigiu mais uma



Figura 5 – Santa Clara recebe de S. Francisco a forma de vida.
Fonte: Côrte-Real, 2008, p.11.

Regra, menos austera do que a de Clara, na qual se aceitava a posse de propriedades pelo convento, fundamental para a sobrevivência da comunidade, uma vez que, a mendicidade estava vedada às freiras de clausura (Nunes, s.d., p.14). A Regra de Santa Clara ficou conhecida por Primeira e a do Papa Urbano por Segunda ou Urbanista. A mais conhecida e divulgada, foi a Regra Segunda ou Urbanista (*Fontes Franciscanas – II - Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias - Documentos*, 1996, p.141). Esta regra inserida na bula *Beata Clara*, ordena “a todas as religiosas de inspiração damianita, chamadas então *Sorores* ou Irmãs, *Dominae* ou Donas, *Moniales* ou Monjas e ainda *Pauperes Inclusae Ordinis Sancti Damiani*, que se agrupem sob a designação comum de Ordem de Santa Clara” (Andrade, 2011, p.70).

Segundo a Regra, em questão, as freiras são confiadas ao Cardeal Protetor e não à jurisdição da Ordem dos Frades Menores e é ele que escolhe e nomeia os visitantes dos mosteiros. A disciplina da clausura mantém-se muito severa e regulamentam-se os hábitos, os jejuns e as práticas eucarísticas, a eleição da abadessa e das restantes oficiais do mosteiro e permite-se às comunidades possuir rendas e propriedades em comum (Andrade, 2011, p.70).

De acordo com Maria Margarida Lalandá (2000, p.354) sendo vedado às Clarissas quebrar a clausura para irem angariar esmolas, o dote tornou-se imprescindível para garantir a subsistência individual e a sobrevivência da comunidade sem depender das boas-vontades alheias. Por isso, e de acordo com estudos feitos para os séculos XVI e XVII, era impossível uma postulante a clarissa vir a ser aceite num convento se o respetivo dote não fosse entregue (pelos pais, por outros familiares, até por instituições, expressamente, fundadas para tal, as chamadas «administrações» dos bens dos beneméritos).

2.2.2 O acolhimento das novas ordens mendicantes em território nacional

No nosso país, a presença de franciscanos reporta-se ao início da centúria de Duzentos. No que se refere, aos mosteiros da Ordem de Santa Clara, os primeiros são documentados da segunda metade do século XIII. Durante a Idade Média, fundaram-se 14 mosteiros de clarissas.

Em Portugal, o franciscanismo chega, ligado às figuras de Frei Zacarias e Frei Gualter, em 1216, embora alguns afirmem a presença de Francisco no nosso território, em 1214, associada à criação do Convento de São Francisco de Bragança. Os primeiros eremitérios são fundados em Guimarães, onde vive Frei Gualter, em Alenquer, por iniciativa de Frei Zacarias, que também aí habita, e em Lisboa e, são datados de 1217. Entre 1217 e 1218, os franciscanos instalam-se em Coimbra, num convento que mudara várias vezes de localização e onde, em 1220, faz o noviciado, António de Lisboa. Em Leiria, estabelece-se uma comunidade de Menores, em 1232, no Porto, em 1233. Ainda, neste século, os franciscanos instalam-se, igualmente, nas cidades da Covilhã e da Guarda, em 1245, Évora e Santarém, em 1250, Estremoz, em 1258, Lamego, em 1266, Bragança, em 1271, Beja, em 1286, Tavira, em 1330, Loulé e Portalegre, em 1371 (Andrade, 2011, pp.63 e 64).

No século XIII, instalaram-se nas mais importantes cidades do país um ou dois mosteiros franciscanos, geralmente, protegidos por membros da família régia ou da aristocracia que, em alguns casos, neles chega a dar entrada. Por outro lado, Francisco Côrte-Real (2008, p.14) afirma que, o martírio de cinco franciscanos, em Marrocos, em 1220, e a vinda das suas relíquias para o Mosteiro de Santa Cruz (agostinho), em Coimbra, contribuíram, igualmente, para alargar a devoção franciscana no nosso país, já que a casa dos Crúzios era uma das mais prestigiadas e influentes da Península Ibérica.

Em Portugal, de acordo com António Mendes Moreira (1994, citado por Macedo, 2006, p.26), as clarissas fundaram quatro mosteiros até ao final do século XIII, a saber: 1258 Lamego e Entre-os-Rios que passariam depois para Santarém e para o Porto, respetivamente, em 1286, a primeira fundação do de Santa Clara de Coimbra e, em 1288, do de Lisboa, dos nove mosteiros que a ordem irá ter, entre nós, até final do século XIV.

Os mosteiros de clarissas espalharam-se por Portugal, “chegando a atingir, em 1739, o número de 65, e havendo mesmo alguns centros urbanos com vários” (Lalanda, 2000, p.353). Pelo menos três mosteiros (no Funchal, no Lourçal e em Lisboa) mantiveram-se até à implantação do regime republicano, em 1910, sendo então extintos, devido às novas leis anti congregacionistas. As refundações dos três começaram, em 1928, e a sua plena revalidação canónica ocorreu trinta anos depois para os dois primeiros e na década seguinte para o de Lisboa (transferido para Sintra em 1971). Desde os anos 50 do século XX até ao final de 1992 passou a existir, em Portugal, dez mosteiros de clarissas (nove dos quais integrados na Federação do Imaculado Coração de Maria), todos seguidores da Regra de Santa Clara e obedientes aos bispos das respetivas dioceses (Lalanda, 2000, p.354).

Na Coimbra Medieval, tal como em todo o reino e nos territórios vizinhos, a religião movia as pessoas. Lia Azevedo Nunes (s.d., p.4) assegura que o ideal de Cristo, muito enraizado no sentimento franciscano, inspirava um modo de vida dominado por ritos e rotinas, marcadamente, religiosos. Na verdade, os franciscanos entram na ribalta da história portuguesa e coimbrã associados aos ambientes paços das cortes régia e episcopal. Quanto à data exata da chegada dos franciscanos a Coimbra é incerta.

Segundo António Saúl Gomes (1998, p.154), com a instalação dos mendicantes, a cidade viu crescer o número das suas igrejas e capelas. Em 1315, somavam-se a outros, junto de Coimbra, os Mosteiros de S. Francisco e de S. Domingos, o Convento das Clarissas, as Donas de Santa Margarida (de Ordem ignorada), as Emparedadas de S. Mateus e as de S. Lourenço.

Em Quatrocentos, o sentido da evolução histórica mendicante coimbrã foi, essencialmente, vocacionado para a aristocratização. Não só ingressam nessas Ordens membros da nobreza portuguesa, de todos os seus níveis, como foi, também, dentro dos círculos de recrutamento nobiliárquicos e áulicos que saiu o fenómeno devocional religioso de maior impacto em toda a história do campo devocional português tardo-medieval, o culto da Rainha Santa Isabel (Gomes, 1998, p.193).

Nos séculos XIV e XV, os franciscanos acabaram por se revelar, sobretudo, após a morte da Rainha Santa Isabel, os verdadeiros promotores e beneficiários de um campo devocional inovador e, especificamente, vocacionado para estimular a fé das multidões populares. Desde cedo, que o culto à Rainha Santa foi afirmado pela própria família real (o seu filho, D. Afonso IV, venerou-a) e mantido vivo graças aos hagiógrafos (não esqueçamos a *Lenda dos Milagres da Rainha Santa*, de autor anónimo, mas muito, provavelmente, franciscano) mas, também, devido à adesão popular, particularmente, ao nível das plebes urbanas e suburbanas.

Uma outra devoção de grande popularidade, na diocese coimbrã, foi a de Santa Clara, principalmente, ao nível das classes sociais mais abastadas. Francisco Pato Macedo (2006, p.279) assevera que os franciscanos “optam preferentemente por realizar o seu apostolado em povoações mais pequenas e, por isso, escolheram a periferia e originaram o “burgo dos Paços” ou de Santa Clara”. Um caso conhecido de evidente devoção claretina foi o de D. Mor Dias, cónega regrante crúzia que, numa fase posterior, se entrega à fundação de uma casa menorita na margem esquerda do rio Mondego debaixo da intitulação de Santa Clara e de Santa Isabel (da Hungria). O projeto sensibilizou a rainha D. Isabel de Aragão e a maioria das suas aias, que ali se acolheram numa segunda fase, praticando a clausura comum às professoras, mas sem os votos desta Ordem.

2.2.3 Rainha Santa Isabel: da figura histórica ao culto

De acordo com Maria José Azevedo Santos (2011, p.10), da vida e morte de D. Isabel foi feito um manuscrito coevo, de autor anónimo, guardado no Convento de Santa Clara de Coimbra, mas que, infelizmente, desapareceu na Época Moderna. Hoje, julga-se como hipótese provável que esse documento tenha saído da mão do confessor da rainha, Frei Salvado Martins, bispo de Lamego, a quem se deve a iniciativa de mandar lavrar, notarialmente, muitos milagres que



Figura 6 – Procissão da Rainha Santa dirigindo-se ao Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, durante as festas da cidade.

Fonte: Almeida, J. R. & Gómez, A. H, 2014, s.p.

aconteceram nos dias seguintes à morte de D. Isabel. O referido manuscrito é aquele que, vulgarmente, é conhecido por *Lenda* ou *Legenda*. Felizmente, deste original, possuem-se várias cópias e é, através, dele que conhecemos alguns pormenores da vida desta senhora rainha.

Isabel de Aragão nasceu em Saragoça no dia 11 de fevereiro de 1271, filha mais velha de D. Pedro III, o Grande, de Aragão e de D. Constança de Saboia. Por parte da sua mãe era sobrinha-neta da Rainha Santa Isabel da Hungria que, em 1235, foi elevada aos altares pelo Papa Gregório IX. Em 1280, no dia 11 de fevereiro, foi pedida a mão de D. Isabel, por D. Dinis, el-rei de Portugal, representado pelos seus procuradores, tendo-se celebrado o casamento por procuração, na cidade de Barcelona, em 11 de fevereiro de 1282. Em 15 de outubro de 1282, chegou a Coimbra um sumptuoso cortejo com o casal régio. Em 1307, D. Isabel (re) funda, em Coimbra, o Mosteiro de Santa Clara no local, então abandonado. Em 2 de janeiro de 1325, a rainha D. Isabel deseja ser sepultada vestida com o hábito de Santa Clara, no mosteiro de Coimbra, e, se enviuar, usar o mesmo como sinal de viúva. Em 7 de janeiro de 1325, el-rei D. Dinis morre com 64 anos de idade, após prolongada doença. Em 22 de dezembro de 1327, D. Isabel faz o seu último testamento no qual manda sepultar o seu corpo no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Em 4 de julho de 1326, morre em Estremoz, dando o seu corpo entrada naquele mosteiro, no dia 11 de julho do mesmo ano. Devido à sua bondosa e santa vida o papa Leão X beatifica a rainha D. Isabel pela bula de 15 de abril de 1516 (Gonçalves, 1994, p.42).

D. Jaime (seu avô-paterno) foi visitado pelo Ministro Geral da Ordem Franciscana, frei Jerónimo de Ascoli, que mais tarde seria Sumo Pontífice sob o nome de Nicolau IV. O monarca, que era muito devoto de São Francisco de Assis, aproveitou a ocasião “para lhe apresentar a infanta, que tinha apenas três anos de idade, e rogou-lhe que a benzesse em nome do Seráfico Patriarca, São Francisco de Assis, de que o frade era sucessor” (Carrizo, 2008, p.17). Esta oportunidade parece ter feito muito sentido, pois D. Isabel decidiu viver segundo o ideal franciscano. D. Isabel vê “no mais

pobre, no leproso, na prostituta, nos órfãos, os seus verdadeiros irmãos. Amava-os como a si mesma e espalhará por todos uma torrente imensa de consolo, de paz, de dávida” (Santos, 2011, p.46).

Em 1325, D. Dinis morre em Santarém. Chorada esta grande perda, D. Isabel mostra, externamente, o luto e a tristeza que tinha, através do abandono das vestes reais, coloridas e faustosas e a partir daquela data “cobriu-se com o hábito da Ordem de Santa Clara de Assis e é já assim vestida que acompanha o corpo de D. Dinis ao mosteiro feminino de Cister, em Odivelas...” (Santos, 2011, p.88). Nos finais de 1327, já com 57 anos de idade, manda passar em Coimbra aquele que foi o seu último testamento. Lega o Paço Real de Coimbra para um hospital que será administrado pela abadessa do Mosteiro de Santa Clara. Aí devem ser recebidos, alimentados e vestidos, quinze homens e quinze mulheres “pobres de vergonha e de boa vida” (Santos, 2011, p.38) e escolhera para seu eterno descanso a igreja do Mosteiro, mandando fazer o seu túmulo. Segundo Helena Costa Toipa (2009, p.227) aquele foi colocado no meio da igreja, mas desde logo, as águas do rio Mondego mostraram-se ameaçadoras, dando sinal já do destino que havia de sofrer esta vasta edificação, que foi conquistada, ao longo dos séculos, pelas águas, das quais só, recentemente, se voltou a libertar.

Depois da morte do rei, D. Isabel retirou-se para a sua câmara, cortou os cabelos e pôs o hábito de terciária franciscana. Queria cumprir, plenamente, o ideal franciscano que a tinha movido desde sempre e resolve ir em peregrinação a Compostela, para visitar o sepulcro de Santiago (Carrizo 2008, p.49), “Aí, despoja-se materialmente do supérfluo, do luxo, da riqueza que a sua condição de soberana lhe tinham em abundância concedido” (Santos, 2011, p.75). Aquando do seu regresso a Portugal, distribuiu todos os seus bens e anunciou o seu propósito de professar como monja clarissa no convento de Coimbra. Todavia, este propósito, por razões de estado, não pôde ser realizado. De modo que optou por viver numa casinha perto do convento, de onde participava na vida conventual, ao mesmo tempo que continuou com as obras de caridade.

D. Afonso IV dera a mão de sua filha, D. Maria, ao rei de Castela, Afonso XI. Além da crueldade com que tratava a esposa, o monarca, neto de D. Isabel, hostilizava, frequentemente, o sogro, desafiando a paciência e a tolerância política do rei português (Santos, 2011, p.92). Deste modo, em Estremoz, D. Afonso IV declara guerra ao sobrinho. D. Isabel habitava já a velhice, contando 66 anos de uma vida sobrecarregada de fadigas. Com a amargura de sentir próxima a guerra, deste feita entre filho e neto, não hesita e, com o firme propósito de obter a paz, prepara a viagem que a levará até à terra de Estremoz. Segundo as crónicas, era bem visível “o esgotamento físico e a presença de uma lesão no braço, que logo foi tratada com emplastros, método próprio e divulgado na Idade Média” (Santos, 2011, p.93). No entanto, na noite de 4 de julho, no Castelo de Estremoz, D. Isabel falece. O sarcófago, belíssimo exemplo de arte tumular do gótico português, aguardava-a tal como havia anos o mandara executar a Mestre Pero, de Aragão. Quanto ao seu local inicial, a 18 de fevereiro de 1131, uma grande cheia do Mondego, inundava o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e

submergia o túmulo, que já ali se encontrava. Por esse motivo, Francisco Côrte-Real (2008, p.25) conta que D. Isabel mandou construir um piso sobrelevado que se estendia, transversalmente, entre a igreja e o coro das religiosas (mantendo a separação entre estes). Ao centro, do lado da igreja, mandou colocar a sua arca tumular e, ainda, o túmulo de sua neta, a infanta D. Isabel, filha de Afonso IV, falecida em criança. Atualmente, a Rainha Santa *dorme o sono eterno* noutra monumento tumular posto no altar-mor da igreja do Convento de Santa Clara-a-Nova, também, esse de rara beleza.

Como já ficou escrito, D. Isabel morre no ano de 1336, a 4 de julho, em Estremoz. Transladado de seguida o corpo para Coimbra, não tardaram as manifestações populares de oração e veneração junto do túmulo. Em 1516, a rainha D. Isabel obtém do papa Leão X a categoria de beata, em virtude da qual se autorizava a celebração do ofício litúrgico e veneração pública da sua imagem, nos altares de todas as igrejas, mosteiros e conventos, mas circunscrito à Diocese de Coimbra. Quarenta anos depois, o papa Paulo IV, por breve de 21 de janeiro de 1556, torna extensiva a devoção isabelina a todo o reino português. A incorrupção do corpo, associada ao relato dos milagres, apressou, com toda a certeza, a entrada da rainha D. Isabel no livro dos Santos da Igreja Católica. Com efeito, finalmente, a 25 de maio de 1625, o papa Urbano VIII, em sessão solene, realizada em Roma, anunciou a canonização da rainha de Portugal (Santos, 2011, p.54-56).

O seu nascimento está associado a uma lenda, segundo a qual Dona Isabel teria nascido envolta numa pele, manifestando, assim, a vocação para uma existência excecional (Ramôa, 2010, p.64). Outra lenda é a do milagre das rosas. Contam os seus biógrafos que numa noite de inverno, o rei deteve a sua esposa, que saía do castelo com um manto cheio de alguma coisa que não se via e quis saber o que era. Ela, surpreendida, e sem se lembrar de que estavam no pino do inverno, respondeu: “São rosas, senhor”. O rei, incrédulo e incomodado, ordenou à rainha que lhe mostrasse o seu manto mas, quando a rainha estendeu o seu manto este apareceu, efetivamente, repleto de magníficas rosas, fragantes e frescas (Santos, 2011, p.51). Relatam-se, igualmente, casos em que, com um sinal da cruz sobre a cabeça dos doentes, D. Isabel dava “vista aos cegos, fala aos mudos, vida aos moribundos” (Santos, 2011, p.49).

António Nogueira Gonçalves (1983, p.24) conta que D. Isabel doou, ao Mosteiro de Santa Clara, um broche grande com um camafeu e que era usado, tradicionalmente, pelas noivas que saíam da sua casa para casar. À guarda do Museu Nacional do Machado de Castro, em Coimbra, está o colar de ouro, jóia profana, que pertenceu à rainha. Este exhibe um conjunto admirável de safiras, pérolas e topázios. Segundo a lenda, era emprestado pelas freiras, sobretudo, às parturientes, pois atribuíam-se-lhe poderes sobrenaturais de cura e felicidade (Santos, 2011, p.73).

2.3 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: da fundação à contemporaneidade

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha está localizado em Coimbra, na freguesia de Santa Clara, mais precisamente, na Rua das Parreiras. Ao longo do tempo, o mosteiro foi sofrendo com as inundações do rio Mondego, cada vez mais, recorrentes. No século XVI, a entrada para a igreja situada no primeiro andar do templo “fazia-se por uma janela do piso superior, do lado direito da porta da igreja, vislumbrando-se as águas que alagavam todo o piso inferior” (Dias, 2010, p.95). Esta situação insustentável só terminou com a mudança definitiva das monjas clarissas para as novas instalações no monte da Esperança, em Santa Clara-a-Nova, no século XVII, por ordem do rei D. João IV.

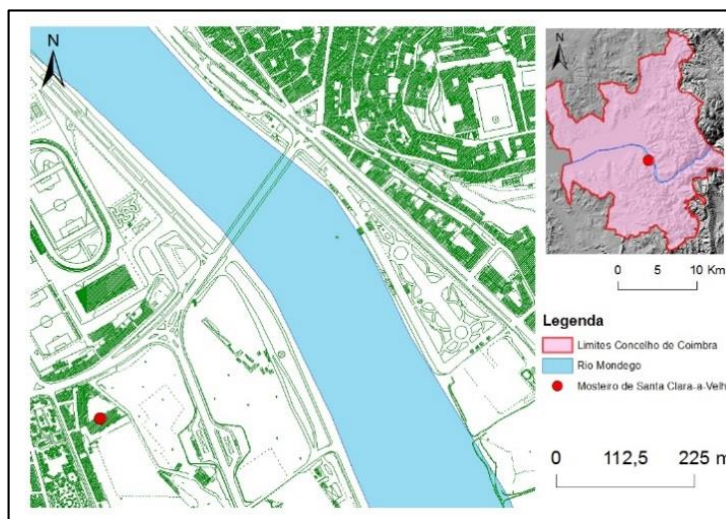


Figura 7 – O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e rio Mondego.

Fonte: Joaquim Patriarca, 2015.

Os anos passavam e o velho mosteiro, cada vez mais, “abandonado e submerso face às águas e sedimentos que ciclicamente o afogavam, agoniava serenamente aos olhos da cidade e dos poderes instituídos” (Côrte-real, 2001, p.7). Em 1910, foi classificado como Monumento Nacional e é, parcialmente, restaurado nas décadas de 1920-30. Todavia, só na década de 1990, foram feitas escavações arqueológicas que possibilitaram a descoberta da arquitetura soterrada, bem como, de incontáveis testemunhos materiais da vivência e quotidiano das monjas. Afinal, o fenómeno da invasão das águas e o depósito de sedimentos fluviais permitiram o seu *congelamento* durante cerca de quatro séculos (Côrte-real, 2001, p.9).

“Submerso até há muito pouco tempo, aquilo que resta do complexo de edifícios do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi de novo, trazido à luz, afastadas as águas do rio Mondego” (Toipa, 2009, p.225). O estado de conservação dos elementos artísticos é, absolutamente, notável, com especial destaque para as estruturas que compõem o lavabo, nomeadamente, os capitéis e o monumental tanque central, de fino recorte arquitetónico (Côrte-real, 2001, p.15). Tudo isto e muitos outros utensílios, a título de exemplo, moedas e objetos de higiene e de costura, utilizados pelas monjas poderão ser vistos no Centro Interpretativo projetado pelo IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico), concluído, em 2008, e aberto ao público, em 2009, em Santa Clara.

O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi contemplado com o prémio Europa *Nostra* 2010 e já foi considerado o melhor museu português (embora, não tenha anexado a si um Museu, mas sim um Centro Interpretativo), também, não podemos deixar de realçar o reconhecimento de excelência do

mosteiro, como espaço patrimonial para eventos, reconhecido através da atribuição do prémio Portugal Trade Awards/Melhor Espaço de Eventos, atribuído pela *Publituris* na BTL-2013 (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2013, p.4).

No ano de 2012, o mosteiro registou uma afluência constante de público ao Sítio, salientando-se, inclusivamente, um acréscimo de visitantes em relação ao ano anterior, facto que se verifica tanto no número de visitantes nacionais como de estrangeiros (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.10). Desde a abertura ao público (ocorrida em 19 de abril de 2009) o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha registou, até 31 de dezembro de 2013, um total de 210 438 visitantes (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2013, p.6).



Figura 8 – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha ao entardecer.
Fonte: Sílvia Oliveira, 2015.

De acordo com Lia Azevedo Nunes (s.d., p.20), o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha é “um pólo incontornável da vida medieval e moderna de Coimbra e da região do Baixo Mondego”. Teresa Mourão (2000, p.13) acrescenta, ainda, que a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha não é apenas a história de um momento e de um monumento. Nela se reflete, igualmente, a história de uma cidade e do seu país, de uma rainha e do seu reino. Desta forma, este monumento histórico apresenta-se como um elemento de grande importância em termos históricos e culturais da cidade de Coimbra, integrando o seu património histórico-cultural.

O Mosteiro de Santa Clara teve um início atribulado. Fora fundado por D. Mor Dias, “uma abastada dama da nobreza que, decidindo afastar-se do mundo, recolhendo-se num mosteiro, em 1250, sem, no entanto, professar, para poder continuar a possuir e a administrar os seus bens”, (Toipa, 2009, p.227) começara por escolher para a sua reclusão, o mosteiro feminino da Ordem de Santa Cruz (o Mosteiro de S. João das Donas), em Coimbra, onde viveu algum tempo, aparentemente, em situação de poder dispor dos seus bens. A longa permanência de D. Mor junto dos Crúzios levou-a a elegê-los como principais herdeiros dos seus bens. No entanto, cada vez mais próxima dos ideais franciscanos, D. Mor acabou por “decidir fundar um mosteiro de donas, dedicado a Jesus Cristo, à Virgem, a Santa Isabel da Hungria e a Santa Clara” (Côrte-Real, 2008, p.19). Obteve autorização para a fundação a 13 de abril de 1283, através do vigário-geral da diocese, D. João Martins de Soalhães, na ausência do bispo de Coimbra. Porém, os cónegos de Santa Cruz opuseram-se, de imediato, ao projeto de D. Mor, por se terem apercebido de que uma parte da fortuna desta dama seria desviada para a dotação do novo mosteiro. De acordo com Marta Filomena Pimentel de Carvalho Andrade

(2011, p.91), a argumentação utilizada baseava-se na afirmação de que D. Mor Dias era cónega professa do seu mosteiro e que, por isso, não podia abandonar a comunidade nem dispor dos bens, que já havia doado a Santa Cruz, por testamento. Devido a esta reação, D. Mor fez passar a escrito “os testemunhos que confirmavam que a sua entrada em Santa Cruz não fizera dela freira professa” (Côrte-Real, 2008, p.20). Apesar da contestação dos cónegos agostinhos, D. Mor deu continuidade às obras do mosteiro e, a 2 de janeiro de 1287, este foi entregue à Ordem de Santa Clara. Horas antes de falecer, D. Mor mandou redigir “um último testamento, datado de 30 de Janeiro de 1302, no qual, regulamentou o futuro do mosteiro, deixando-o à guarda de D. João de Soalhães, então bispo de Lisboa” (Côrte-Real, 2008, p.21). Em 18 de janeiro de 1307, o bispo de Lisboa transferiu para a rainha D. Isabel todos os poderes de conservador e protetor que detinha sobre o mosteiro. Investida nesta autoridade, a rainha procuraria alcançar três objetivos: estabelecer a paz com Santa Cruz, dar ao mosteiro melhores condições e fazer cumprir as vontades expressas em testamento por D. Mor Dias. Contudo, a 2 de dezembro de 1311, D. João de Soalhães e o prior de Santa Cruz estabelecem um acordo, supostamente, destinado a pôr fim à contenda. Dele decorrem “a extinção do mosteiro de Santa Clara, a atribuição dos bens de D. Mor aos Crúzios e aos Franciscanos, e o regresso das freiras aos seus mosteiros de origem” (Côrte-Real, 2008, p.22). Deste modo, a casa de Clarissas, de Coimbra, estava extinta e encerrava-se, assim, o primeiro capítulo da história do Mosteiro de Santa Clara.

A intervenção da rainha D. Isabel de Aragão deu novo alento à iniciativa de Mor Dias, pois nas palavras de Helena Costa Toipa (2009, p.227) contribuiu para a composição das partes em litígio, solicitou autorização para fundar um mosteiro de invocação a Santa Clara, naquele mesmo lugar onde o quisera D. Mor Dias, mas agindo como se começasse de novo, comprando os terrenos em redor e planeando uma grande construção, cujas obras decorriam já em 1316. Recorrendo às instâncias próprias e usando a sua superior influência política, “pôde receber, por bula de 10 de Abril de 1314, a autorização para a (re) fundação da Casa das Clarissas” (Santos, 2011, p.47). O mosteiro conheceu, após a intervenção da rainha, o seu grande desenvolvimento. Segundo Ana Isabel Alves Lopes (2012, p.62), as obras do novo mosteiro, mais amplo e grandioso do que o primitivo, ficaram a cargo do arquiteto régio Domingos Domingues e tiveram início em 1316. Logo, em 1317, instalaram-se no mosteiro as primeiras freiras clarissas vindas de Zamora e, assim, recomeçou a vida religiosa naquele espaço sagrado. Ainda nesse mesmo ano, o papa João XXII outorgou-lhes “o usufruto dos privilégios, indulgências, liberdades e imunidades da Ordem de Santa Clara” (Côrte-Real, 2008, p.23). Entre 1314 e 1318, o mosteiro iniciou um novo capítulo da sua história, graças à (re) fundação conseguida pela rainha e aos benefícios que lhe foram sendo concedidos por seu intermédio.

2.3.1 A escolha do *locus* para a edificação do mosteiro

Nos finais do século XIII, a margem esquerda do rio Mondego, em frente à colina onde se ergue a cidade de Coimbra, dispunha, aparentemente, das condições ideais para a fixação de um mosteiro feminino de clausura o que, conjugado com a feliz coincidência de a sua patrocinadora, D. Mor Dias, já aí possuir terrenos, terá sido relevante para a escolha. Para além disso, Francisco Côrte-Real (2008, p.19) afirma que a escolha do local, onde D. Mor fundou o mosteiro, estaria, provavelmente, relacionada “com a proximidade do mosteiro franciscano que lhe deveria assegurar a assistência eclesiástica”. Próximo ficava, também, o Mosteiro de Santa Ana ou das Celas da Ponte, onde a irmã, de D. Mor, era priora. A proximidade da cidade e a posição privilegiada, na imediação da rede viária, que ligava as duas metades do país, assim como, o litoral ao interior, conjugavam-se com a abundância de recursos naturais e uma paisagem variada, com um coberto vegetal de, entre outras espécies, choupos, salgueiros, oliveiras, laranjeiras e vinhas. A fundação do mosteiro das clarissas, extramuros, mas relativamente próximo das portas da cidade e do Mondego, tinha em si algo de estratégico. Segundo Francisco Pato Macedo (2006, p.263) não podem ser esquecidas as condições de navegabilidade então existentes no rio Mondego que tornavam Coimbra acessível não só a portos fluviais de maior ou menor dimensão, mas também ao porto marítimo internacional da foz deste rio, em Buarcos ou S. Julião, local de importante tráfego comercial. A abundância de água assumiu particular relevo no caso, da escolha do lugar, do mosteiro das clarissas de Coimbra, “Não apenas a água do rio, que viria a revelar-se funesta, mas também a que escorria da colina, localizada a poente, e ainda aquela que, a partir de nascentes vizinhas, o abastecia de água potável” (Macedo, 2006, p.265). A utilização, na estrutura e no grosso dos edifícios monásticos de Santa Clara, de um calcário dolomítico com características idênticas ao que se podia extrair na pedreira do Bordalo, localizada na margem esquerda do Mondego, a uma distância do mosteiro de cerca de uma légua, permite concluir que a pedra usada terá sido daí proveniente. Configurou-se, deste modo, uma importante facilidade para a construção, que não deve ter deixado de ser avaliada na hora da escolha do lugar. A escolha para a localização do mosteiro de um sítio pouco apropriado só se poderá entender se pensarmos que terá resultado da vontade de D. Isabel em permanecer no local já sacralizado pela primitiva fundação de D. Mor Dias e de as condições só se terem começado a deteriorar, posteriormente, devido à invasão das águas do rio Mondego. A sacralidade com que a consagração da igreja do primitivo mosteiro marcou o sítio e o facto da sua fundadora se encontrar nele sepultada pesaram, seguramente, na decisão de aí permanecer. Todavia, Francisco Pato Macedo (2006, p.271) alerta-nos para um outro facto de extrema relevância, é que a utilização das dependências já construídas permitiria, igualmente, obter com rapidez os meios materiais necessários a instalar uma nova comunidade religiosa.

2.3.2 Aspetos do quotidiano de uma comunidade religiosa

As motivações, que levavam à entrada num mosteiro, eram diversas. Em primeiro lugar estariam “a vocação religiosa e a vontade de levar uma vida de humildade e de total separação do mundo para ficar mais próximo de Deus” (Côrte-Real, 2008, p.35). Porém, a opção pela clausura poderia, também, ser tomada por motivos económicos, pois apesar de ser obrigatório o pagamento do dote para que uma noviça pudesse professar, este valor era, por norma, inferior ao necessário para a realização de um casamento dentro do nível social a que a jovem pertencia. As vertentes educativa e formativa das comunidades conventuais femininas eram, igualmente, apreciadas pelos estratos sociais mais elevados, que nelas colocavam as suas filhas até ao casamento. Por outro lado, os mosteiros ofereciam “protecção relativamente aos problemas e inseguranças do mundo secular e uma vida de maior conforto e com melhores condições” (Côrte-Real, 2008, p.35).

Em clausura, Maria José Azevedo Santos (2011, p.47) assegura que as religiosas cuidavam do espiritual e do temporal, visto que, rezavam missas pelos defuntos, aceitavam jovens para aí receberem educação e depois professarem e sepultavam na igreja aqueles que, por testamento, manifestavam o desejo de aí terem a sua última morada. Enquanto texto normativo, a Regra de Urbano IV prescrevia modelos de conduta no espaço da clausura, desde o nascer do dia ao deitar. Desta forma, estava estipulado que, para além do repouso noturno, as freiras tinham autorização para descansar entre a hora Sexta (depois do jantar) e a hora Nona (três horas da tarde), no período do ano que medeia entre a Ressurreição de Cristo e o nascimento de Nossa Senhora, ou seja, entre a Páscoa e o dia 8 de dezembro. Embora, por norma, não pudessem sair do mosteiro, as religiosas tinham a possibilidade de contactar com outras pessoas, religiosas ou seculares, designadamente, familiares. Estas visitas eram recebidas à grade do locutório ou parlatório, com as restrições impostas pela Regra e, mais tarde, pelas Constituições Gerais da Ordem: “autorização prévia da abadessa, observância das horas determinadas, e vigilância de, pelo menos, duas outras irmãs” (Côrte-Real, 2008, p.48). Em casos de doença era permitida a entrada do médico e do cirurgião na enfermaria. Pelo mesmo motivo, podia ser concedida às freiras, por licença apostólica, autorização para saída da clausura, desde que fosse, devidamente, atestado por médicos que os tratamentos não se podiam realizar dentro do mosteiro. Esta saída está, igualmente, documentada por motivos de gestão de assuntos do convento. A observância da Regra era, ainda, objeto de fiscalização anual por parte da autoridade franciscana, pelo que “as portas se abriam igualmente ao visitador ou aos representantes da Santa Sé” (Côrte-Real, 2008, p.49). Acrescento ainda, um pormenor importante, Santa Clara não se confinava à grandiosa igreja que hoje nos deslumbra: os claustros, os dormitórios, as cozinhas, a sala do capítulo, o refeitório, os paços reais, as hortas, as oficinas, o hospital, o burgo de Santa Clara era mais do que um convento de religiosas, porque as necessidades temporais, que estas tinham, impunham a presença

de muito mais gente e de muitas mais coisas a circular, para poderem cumprir as suas rotinas de clausura (Nunes, s.d., p.16).

A comunidade conventual era dirigida pela abadessa, a quem todas as religiosas deviam obediência. Da rotina conventual faziam parte os trabalhos manuais – “os labores, os trabalhos na rouparia, na cozinha ou noutras dependências do espaço monástico eram realizados consoante a condição das religiosas” (Côrte-Real, 2008, p.44). Tratando-se de uma comunidade feminina, era natural que as irmãs soubessem fiar. Por isso, durante as escavações arqueológicas no mosteiro, foram encontrados “vários artefactos que atestam estas referências a trabalhos manuais, em particular a fiação de lã e de linho, fibras usadas na confecção do vestuário e dos adereços litúrgicos, bem como, possivelmente, da mortalha que envolvia os corpos após a morte” (Côrte-Real, 2008, p.44). Utensílios de costura, como por exemplo, agulhas, dedais, alfinetes, tesouras, furadores e pequenas facas e, ainda, materiais como mica, arames e contas de tamanhos e formatos variados com os quais produziram flores, adornos para altares e paramentos, terços e rosários foram, também, encontrados (Côrte-Real, 2008, p.44).

Chegada a hora da morte, às clarissas era recomendado que deixassem os seus bens, não a alguém em particular nem à família, mas ao convento “para assim com maior disposição alcançarem a graça e a bem-aventurança” (Côrte-Real, 2008, p.56). Os votos de clausura tomados em vida pelas religiosas perpetuavam-se na própria morte, motivo pelo qual os seus enterramentos se efetuavam intramuros permanecendo, assim, na comunidade. Neste mosteiro, os enterramentos foram feitos, essencialmente, no claustro e no coro, locais habituais para esse efeito. No claustro, as campas localizaram-se na galeria junto à igreja, “na busca de uma maior proximidade ao sagrado e, encontrando-se em local de passagem, tornavam-se impossíveis de esquecer, reforçando, desta forma, a presença espiritual das irmãs” (Côrte-Real, 2008, p.57). A escavação arqueológica deste local permitiu saber que os cadáveres eram enterrados com o hábito vestido e amortalhados, pois foram reconhecidos fragmentos de pano e de cordão do hábito. Apesar das recomendações da Ordem, algumas freiras foram sepultadas “com pequenos objectos pessoais como brincos, anéis e rosários, bem como livros de horas, de que subsistiram apenas os fechos e os cantos metálicos” (Côrte-Real, 2008, p.57).

Implantado em terreno de burgau, num terraço fluvial associado ao leito do Mondego, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha começou, a partir do ano 1132, a ser invadido pelas águas das cheias do Mondego (Macedo, 2006, p.272). A partir do século XV, não apenas cheias de carácter excepcional, mas qualquer uma flagelava o mosteiro das Clarissas. À custa de tal tormento, Helena Costa Toipa (2009, p.231) refere que o paço régio construído para morada da rainha D. Isabel de Aragão, enquanto residisse em Coimbra, acabou mesmo por ruir, em 1559. De modo a que as clarissas pudessem continuar a usufruir de condições de habitabilidade, tiveram que proceder a obras de adaptação. D.

Isabel teve mesmo que mandar construir “um piso sobrelevado que se estendia, transversalmente, entre a igreja e o coro desta comunidade monástica, onde no centro, ao lado da igreja, mandou colocar a sua arca tumular” (Lopes, 2012, p.63). Por conseguinte, Maria José Azevedo Santos (2011, p.57) declara que, por carta de 1649 passada em Alcântara, no dia 19 de junho, D. João IV ordena a Manuel de Saldanha que, em seu nome, lance, em Coimbra, a primeira pedra do novo Mosteiro de Santa Clara (Santa Clara-a-Nova). Este seria inaugurado em outubro de 1677 e no dia 29 deste mês, houve um préstito solene da transferência do corpo de Santa Isabel para o novo mosteiro. No mosteiro de Santa Clara-a-Velha, a igreja foi a única a resistir quase íntegra às seculares investidas do Mondego.

No séc. XVII, com a mudança definitiva do velho mosteiro para o vizinho Monte da Esperança, deu-se início, na opinião de Ana Isabel Alves Lopes (2012, p.65) a um secular processo de esquecimento que conduziu as dependências do antigo Mosteiro de Santa Clara-a-Velha ao estado de verdadeira ruína e à condição de pântano insalubre. No séc. XX, mais precisamente nos anos 30, a recuperação desenvolvida não atingiu uma solução definitiva e até à década de 70 nada de relevante se fez para salvar o mosteiro. De acordo com Francisco Pato Macedo (2006, p.276), a elevação do nível freático como consequência da construção do açude-ponte e das obras de regularização do Baixo Mondego tiveram como consequência, a partir dessa década, a inundação permanente do mosteiro. António Vasconcelos (1931, citado por Mourão, 2000, p.27) dá-nos conta do estado ruinoso em que se encontrava o mosteiro das clarissas nessa época: “Meios soterrados, os telhados caídos, as janelas e portas arrancadas, as paredes desmanteladas, e todo aquele recinto transformado num charco ou pântano, onde as rãs coaxavam, e doente emanavam miasmas pútridos e insectos que infeccionam as vizinhanças”. Mas, recuemos no tempo. No século XVII, após o abandono do mosteiro, as clarissas procuraram a sua rentabilização, através do arrendamento a particulares, que transformaram o espaço monástico em exploração agrícola. No século XVIII, apenas se encontrava intata a igreja, no qual as restantes dependências ou se encontravam em ruína ou estavam cobertas por sedimentos, pois a continuada deposição de sedimentos provocou o soterramento das estruturas exteriores à igreja. Segundo a obra *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra – Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade* (2008, p.75), no século XIX, em consequência da desamortização dos bens das ordens religiosas, o Estado Liberal procedeu à venda do velho mosteiro e da cerca a António Maria Osório, em 1853. Por sua vez, alguns anos mais tarde, em 1872, realizou-se a primeira exploração arqueológica, efetuada de barco, à parte inferior da igreja. A parte superior da igreja tinha sido ocupada para habitação e para guarda de animais, espaços separados por pisos de madeira. Só, recentemente, foi trazido de novo à luz, liberto das águas e das areias do Mondego, o que resta do complexo de edifícios que constituía o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e anexos e o que resta, simplesmente, segundo Helena Costa Toipa (2009, p.225) são a igreja e o claustro, pois os outros edifícios, também, mandados construir pela Rainha Santa Isabel, já tinham desaparecido antes da

acentuada submersão do mosteiro. A intervenção, iniciou-se nos finais de fevereiro de 1995 e, era da responsabilidade do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que visava, fundamentalmente, “a recolha, registo e estudo do espólio arqueológico existente no interior e exterior próximo da igreja, tendo em consideração a sua inserção espacial e, quando possível, estratigráfica” (Côrte-Real, 2001, p.11). Logo após o primeiro contato do mergulhador com o meio, verificou-se que a plasticidade dos solos impossibilitava a utilização eficaz do sistema de *air-lift*, ao mesmo tempo que propiciava a projeção, destruição e descontextualização dos artefactos com interesse arqueológico neles contidos. Portanto, optou-se pelo rebaixamento do nível freático, com bombagens permanentes, o que veio permitir o acompanhamento arqueológico tanto quanto possível, a seco. A perspetiva inicial desta operação sofreu algumas modificações, a partir de finais de novembro de 1995, devido à deteção de um conjunto de evidências arquitetónicas num estado de conservação surpreendente. Isto porque, constatou-se que, contrariamente, às primeiras camadas estereis, os níveis próximos das estruturas encerravam “alguns artefactos cerâmicos, vítreos e metálicos, com substancial interesse arqueológico” (Côrte-Real, 2001, p.12). A operação iniciou-se na zona correspondente à igreja e adro, desenvolvendo-se, posteriormente, na área do coro. Após terem sido detetados os primeiros indícios das estruturas arquitetónicas pertencentes ao claustro maior, deu-se continuidade aos trabalhos de retirada de sedimentos no interior da igreja. De facto, estando na presença de um claustro paradigmático do Gótico Mendicante, do qual pouco se conhecia, foi assumida, consensualmente, a importância de ampliar a investigação do sítio com a intervenção arqueológica ao nível de todo o espaço claustral, de forma a permitir a recolha exaustiva dos dados arqueológicos com vista ao seu conhecimento integral. Associado ao claustro, encontrou-se o original lavabo, num estado de conservação extraordinário. Quanto à sala do capítulo, o dormitório e o refeitório, “aguarda-se que, futuramente, novas campanhas arqueológicas venham a tornar possível um conhecimento mais aprofundado” (Macedo, 2006, p.256). Graças ao enorme potencial de informação recolhido, nestes anos de operação (1995-1999), deu-se início a um plano de gestão deste imenso acervo informativo, com a planificação de um programa de análise interpretativa dos diversos dados. Por conseguinte, deu-se a construção de um novo edifício, na atualidade designado de Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, “destinado à guarda e à musealização dos achados arqueológicos encontrados durante a escavação” (Lopes, 2012, p.68). Este detém sala de exposições permanentes e temporárias, reserva de materiais, laboratório de conservação e restauro, auditório, biblioteca, gabinetes de investigação, serviço educativo e loja, entre outros. Para além da visita ao monumento, o visitante do mosteiro pode visitar a exposição de espólio arqueológico intitulada de “Freiras e Donas de Santa Clara: arqueologia da clausura” dedicada à vivência conventual ilustrada pelos artefactos resultantes das escavações arqueológicas, assistir a dois documentários relativos à história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e às intervenções contemporâneas na igreja e claustro e

ao seu resgaste às águas invasoras do rio Mondego, como também, visitar as próprias ruínas do monumento.

2.3.3 Lendas

O infante D. Pedro fixou residência no arrabalde de Coimbra, no *Paço da Rainha*, junto à cerca do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi nele que decorreram, os últimos tempos, do seu convívio marital com Inês e nele se deu, segundo António Vasconcelos (s.d., p.14), o epílogo trágico da decapitação a 7 de janeiro de 1355. No entanto, a lenda insiste em atear que tal acontecimento funesto ocorreu na conhecida Quinta das Lágrimas. Aliás, para o autor dos *Lusíadas*, tudo sucedeu *nos saudosos campos* do Mondego. Voltemos à célebre quinta. As manchas, que se dizem ser sangue derramado de D. Inês, foram estudadas e, mais não são, do que devidas “a algas microscópicas da espécie *Hildenbrandtia rosea*, aderentes à pedra” (Vasconcelos, s.d., p.30). Também, no terreno superior ao rochedo calcário nasceram umas figueiras bravas, que, “introduzindo as raízes pelas fendas da rocha, atingiram a água e estenderam feixes de radículas capiliformes, que se agitam no líquido em ondulações, à mercê da corrente” (Vasconcelos, s.d., p.31), mas, aos olhos do povo, são cabelos de D. Inês, outro memorial, que a Providência ali conserva, para detestação do assassinato.

2.4 O Presente Turístico do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

2.4.1 Estado da Arte – Turismo

Ao longo do tempo, face às incidências espaciais do turismo, o tratamento geográfico deste fenómeno está a tornar-se, cada vez mais, destacado. Curiosamente, um dos trabalhos mais antigos, onde foi usada a expressão Geografia do Turismo, “data já de 1905, escrito na cidade austríaca de Graz, por J. Stradner...” (Rodrigues, s.d., s.p.). Contudo, o estudo do turismo no âmbito da Geografia acentua-se, somente, a partir da década de 60, tendo em vista “o acelerado desenvolvimento do fenómeno ligado à prosperidade económica que marcou o período de pós-guerra nos países centrais do capitalismo” (Rodrigues, s.d., s.p.). Em conformidade, Margarida Barreto (2003, p.15) afirma que, apenas há 50 anos, alguns cientistas sociais ousaram abordar este tema que não gozava, pelo menos até ao início do século XXI, de prestígio académico.

Na década de 1970, o sociólogo israelense Erik Cohen estabelece uma série de tipologias turísticas, constituindo-se no primeiro investigador a demonstrar que não se deve falar num turista genérico, mas que é preciso “diferenciar os turistas quanto ao comportamento e motivações em função de características socioeconómicas e psicossociológicas” (Barreto, 2003, p.17). Em 1977, de acordo com Adyr Rodrigues (s.d., s.p.), encontramos trabalhos interessantes baseados “na perceção espacial, como o artigo clássico de Jean Marie Miossec, onde este sugere uma tipologia de imagens turísticas”.

Em 1980, Marie Lanfant aborda as mudanças sociais, a nível mundial, provocadas pelo turismo e, em 1983, Magda F. Muscara escreve o terceiro capítulo do livro *Gli Spazi del Turismo*, onde explora a imagem turística e a perceção do espaço de consumo do turista (Rodrigues, s.d., s.p.). Em 1989, Nuñez escreve um capítulo, no livro *Hosts and Guests* organizado por Valene Smith. Este livro transformou-se num clássico da antropologia do turismo, onde os seus impactos nas culturas locais são discutidos e relativizados em função de outros fatores de aculturação (Barreto, 2003, p.16). Nesta década, surge, ainda, o primeiro livro teórico sobre sociologia dedicado ao turismo, *Sociologia do Turismo*, do alemão Hans Joachim Knebel. Porém, um outro livro com o mesmo título apareceu, trata-se de *Sociologia do Turismo: para uma Nova Compreensão do Lazer e das Viagens* escrito por Jost Krippendorf (Barreto, 2003, p.17).

A revista *Annals of Tourism Research*, coordenada pelo cientista social Jafar Jafari, dedicou vários números às questões relacionadas com sociologia e antropologia do turismo. Em 1983, apareceu *Anthropology of Tourism*, coordenado por Nelson Graburn e, em 1984, *The Social Psychology of Tourism*, número coordenado por Peter F. Stringer. Em 1990, Tom Selwyn deu uma ideia geral da produção até à época em *Postgraduate Studies in Sociology and Anthropology of Tourism*. Outro número especial de *Annals of Tourism Research* com interessantes contribuições foi organizado por Graburn e Jafari, em 1991 (Barreto, 2003, p.18).

Em 1992, cientistas como Ascanio, Beni, Lippard, Molina e Farrel analisam o turismo como um sistema, que está decomposto, por sua vez, noutros subsistemas (Barreto, 2003, p.21). Em 1993, José Manuel Simões escreve um artigo denominado Um olhar sobre o Turismo e o desenvolvimento regional para a revista *Inforgeo*, no qual constata que é indiscutível que o turismo tem potencialidades para constituir um dos eixos do desenvolvimento integrado de Portugal. No ano seguinte, Scott Lash e Jonh Urry escrevem um capítulo no livro *Economies of Signs and Space* denominado Globalization and Modernity, onde colocam o turismo como “um comportamento paradigmático da sociedade pós-moderna marcada pela mobilidade e o consumo reflexivo de lugares” (Barreto, 2003, p.18). Em 1996, Philippe Pearce e Gianna Moscardo publicam o livro *Understanding and Managing the Tourism-Community Relationship* (Barreto, 2003, p.18). Também, Carlos Fortuna e Claudino Ferreira escrevem *O turismo, o turista e a (pós) modernidade*, onde procuram delinear os principais fatores que ajudam à compreensão das práticas e das experiências turísticas no contexto das transformações socioculturais, que atravessam as sociedades contemporâneas. Em 1997, Cris Rojeke e Jonh Urry publicam o livro *Touring Cultures: Transformations of Travel and Theory*, onde se encontram “contribuições de investigadores de vários países da Europa, como Crawshaw Crang, Craig, Jokinen, Liska, Lury, MacDonald Ritzerk e Veijola” (Barreto, 2003, p.17). Ainda nesse ano, Peter Murphy organizou o livro *Quality Management in Urban Tourism*, com vários artigos refletindo preocupações como “a questão cultural, de autores como Nicholson, que estuda os impactos do turismo no Canadá, e o geógrafo Geoffrey Wall, que analisa o caso da Indonésia” (Barreto, 2003, p.18). Outros cientistas sociais marcaram a década de 90, como Ian Munt e Dean MacCannel estudando o turismo como manifestação da cultura (Barreto, 2003, p.18).

No princípio do século XXI, a maior parte dos estudos de turismo focalizam, principalmente, os impactos na cultura, os processos de aculturação e a questão da autenticidade. Em 2001, uma coletânea é organizada, por Álvaro Banducci e Margarida Barreto, com capítulos escritos por Adiles Savoldi, Agatha A. Dos Santos, Celso Castro, Oswaldo Giovannini, Rodrigo de Azeredo Grünewald, Silvana M. de Araujo, Tânia Lopes e Yolanda F. Silva sobre turismo (Barreto, 2003, p.19). Numa versão em espanhol, publicada como número especial da revista *Estudios y Perspectivas en Turismo*, sob o título *Antropología y Turismo en Brasil*, aparecem artigos “de Carlos A. Steil e Paulo R. A. Nery, cuja produção é relevante nos estudos de turismo religioso e turismo como rito de passagem, respectivamente” (Barreto, 2003, p.20). Em 2003, Margarida Barreto redige um artigo intitulado O Imprescindível Aporte das Ciências Sociais para o Planeamento e a Compreensão do Turismo para a revista *Horizontes Antropológicos*, no qual procura legitimar a necessidade do concurso das Ciências Sociais no planeamento do turismo, apresentando uma pequena revisão bibliográfica da história da produção das Ciências Sociais aplicadas ao estudo do turismo e levantando questões cruciais do planeamento desta atividade que poderiam ser melhor resolvidas com a contribuição das

pesquisas socio-antropológicas. Em 2005, Carlos Costa redige um artigo chamado Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do setor do turismo (1990-2000) para a revista *Análise Social*, no qual procura discutir se existem, de facto, fundamentos concetuais, históricos e orgânicos para que exista, efetivamente, uma relação entre turismo e cultura. Tendo por base Portugal, o artigo visa, igualmente, avaliar até que ponto esta relação tem sido concretizada no nosso país em termos de políticas de intervenção e de projetos de financiamento. Em 2008, Licínio Cunha publica um artigo intitulado Avaliação do potencial turístico no *Cogitur Journal of Tourism Studies*, onde aborda o potencial turístico de uma determinada área e a avaliação das praias, através da análise das preferências. Para além de Cunha, Carina Gisela Sousa Gomes escreve um artigo denominado Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re) imaginada para a *Revista Crítica de Ciências Sociais*, onde procura compreender as formas como Coimbra se apresenta ao exterior, a turistas e visitantes, abordar as formas como os recursos urbanos são transformados em fatores de atração turística e discutir a *noção de imagem* por referência às operações de *marketing* e publicidade que se desenvolvem no quadro da promoção turística. Em 2009, Ana Luísa Loureiro apresenta a sua Dissertação de Mestrado intitulada *Posicionamento estratégico da cidade de Coimbra face a potenciais concorrentes*, à Universidade de Aveiro, onde procura avaliar o posicionamento de Coimbra, relativamente, a outras cidades portuguesas que os próprios visitantes consideravam ser as principais concorrentes daquela cidade. Para além disso, esta tese fornece sugestões para melhorar a posição turística de Coimbra, identifica uma metodologia que pode ser utilizada para avaliar o posicionamento competitivo de cidades e analisa a influência de algumas características socioeconómicas e de familiaridade com o destino na avaliação do posicionamento de cidades. Em 2010, Isabel Nunes Dias apresenta a sua Tese de Mestrado intitulada *Turismo Cultural e Religioso no Distrito de Coimbra: Mosteiros e Conventos: Viagem entre o Sagrado e o Profano*, à Universidade de Coimbra, na qual define turismo cultural e religioso, tenta perceber a provável ligação/relação entre religião e turismo, reflete sobre a história do turismo religioso, interliga o turismo religioso e o cultural, caracteriza o distrito de Coimbra a nível geográfico, faz um inventário do turismo religioso do distrito, considera as igrejas com potencial turístico e cultural para o desenvolvimento local do distrito, destaca os mosteiros e conventos na área estudada interligando o sagrado com o profano e, por fim, elabora um roteiro turístico cultural e religioso. Em 2012, Nuno André Gomes Maricato apresenta o seu Relatório de Estágio intitulado *O Turismo em Portugal: Tendências e Perspetivas*, à Universidade de Coimbra, no qual analisa a evolução do turismo, em Portugal, e os eventuais impactos dos fundos comunitários na procura do turismo português, no PIB, na empregabilidade e expectativas futuras. Ainda nesse ano, Noémi Marujo e Norberto Santos escrevem um artigo denominado Turismo, Turistas e Paisagem para a revista *Investigaciones Turísticas*, no qual analisam, numa perspetiva geográfica, a relação do turismo e do turista com a paisagem. Em 2013, Carina

Gisela Sousa Gomes apresenta a sua Tese de Doutoramento intitulada *Cidades e Imaginários Turísticos: Um Estudo Sobre Quatro Cidades Médias da Península Ibérica*, à Universidade de Coimbra, na qual desenvolve uma abordagem acerca do estatuto, das possibilidades e dos desafios atribuídos ao fenómeno do turismo em cidades de pequena e média dimensão, como Braga, Coimbra, Salamanca e Santiago de Compostela. Também, Claudete Carla Oliveira Moreira apresenta a sua Tese de Doutoramento intitulada *Turismo, Território e Desenvolvimento, Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos*, à Universidade de Coimbra, a partir da qual pretende contribuir para uma gestão que perspetive o turismo como um importante elemento da atividade económica, que procure uma visão holística e que privilegie uma análise sistémica das suas componentes. Em 2014, Norberto Santos escreve um capítulo intitulado *Turismo e Cidades: Conhecer o Turista para Valorizar a Oferta do Turismo Cultural Urbano* para a Coleção *Iberografias*, no qual procura caracterizar os turistas, o turismo cultural urbano e a procura turística na cidade de Coimbra. Embora sem data de publicação, não posso deixar de realçar o trabalho, de Adyr Rodrigues, intitulado *Enfoque Geográfico do Espaço Turístico – Algumas Reflexões*, no qual a autora caracteriza a complexidade do espaço turístico, a paisagem no estudo do turismo e o espaço turístico na sua dinâmica, terminando com algumas reflexões.

No que diz respeito, a um trabalho dedicado somente ao estudo dos visitantes/turistas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (uma das bases deste Relatório de Estágio), depois de muito pesquisar, penso não existir, portanto, este trabalho, que vós leitores presenciaram, é inovador, principalmente, no que se refere aos dados contidos no capítulo “O Perfil do Visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha”. O que existe sim é documentação interna do próprio mosteiro, os chamados Relatórios de Atividades, onde se fazem balanços anuais sobre as atividades prestadas por aquela instituição e onde se encontram alguns dados sobre os seus visitantes. Estes relatórios não são acessíveis a qualquer pessoa, pois apenas têm como objetivo melhorar alguns aspetos relacionados com o funcionamento da instituição. Também, existem obras que têm como objeto de estudo o turismo em Coimbra, que acabam por mencionar o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, quando se referem ao lado turístico da margem esquerda do rio Mondego, mas que não o evidenciam de forma específica.

2.4.2 O Turismo

O turismo não constitui um fenómeno fácil de caracterizar face à diversidade de sujeitos que envolve e aos múltiplos impactos que suscita, nomeadamente, ao nível económico, social, político e cultural, daí que alguns autores entendam “ser um erro apreender o turismo de forma isolada” (Cooper *et al.*, 2001, citado por Maricato, 2012, p.25). Para além disso, este conceito pode ser definido de diversas formas, de acordo com os interesses e as perceções das entidades envolvidas.

Em 1937, o conceito de turista foi definido, oficialmente, pela primeira vez, pela Comissão Económica da Sociedade das Nações: “Toda a pessoa que viaje por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente da sua residência” (Ferreira, 2006, citado por Dias, 2010, p.78). No entanto, esta definição peca por defeito, na medida em que, existem exceções relevantes (exemplo dos estudantes) que não se incluem nesta definição. Em 2007, a Organização Mundial do Turismo (OMT) define visitante como “a pessoa que se desloca temporariamente para fora do seu ambiente habitual, quer seja no próprio país ou no estrangeiro, por menos de 12 meses, por uma razão que não seja a de aí exercer uma actividade remunerada”. Por sua vez, integrado no conceito de visitante, a OMT classifica, ainda, os visitantes em dois tipos, de acordo com o tempo de permanência no destino: turista - visitante temporário que pernoita no local visitado e excursionista - visitante temporário que não pernoita no local visitado (Loureiro, 2009, p.70). Segundo o dicionário de Yves Lacoste (2005, p.89) o conceito turismo está definido da seguinte forma: “Do inglês *Tour*, viagem circular, dar a volta: partir de casa e voltar a casa”. De acordo com Margarida Barreto (2003, p.20), o turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas razões, deixam, temporariamente, o seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços, especialmente, implementados para esse tipo de visita. Pelo lado da procura, Mathieson e Wall (1982, citados por Costa, 2005, p.282) definem turismo como o movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência, por períodos não inferiores a vinte e quatro horas, bem como, os impactos que essas mesmas pessoas geram a nível das áreas-destino, com particular destaque para os impactos a nível da cultura, do património e da sociedade. Pelo lado da oferta, Smith (1989, citado por Costa, 2005, p.284) afirma que, apesar de ser indubitável que o turismo encerra na sua génese a movimentação de pessoas e, como tal, possui uma forte vertente social, este deve ser perspectivado como um agregado de atividades de negócios que direta ou indiretamente fornecem bens ou serviços que suportam as atividades de lazer e recreio realizadas pelas pessoas fora dos seus locais de residência habitual. Nas palavras de Adyr Rodrigues (s.d., s.p.), o turismo trata-se de “um fenómeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras)”.

A génese do turismo permeia-se e confunde-se, nos mais diversos meandros da história das civilizações, desde as mais remotas da Grécia Antiga (com a construção de equipamentos de lazer, recreio e desporto, tais como, circos, teatros e anfiteatros) ao período da romanização (com as saunas,

as corridas de carros, de cavalos e a pé, as arenas e os espetáculos). A oferta de equipamentos e infraestruturas da área do lazer e do recreio é observável noutros locais e momentos temporais, ainda mais remotos, tais como, no Crescente Fértil e antiga Babilónia (com os jardins suspensos e jardins zoológicos) e na civilização dos Mayas (exemplo: Tikal) (Costa, 2005, p.280).

De acordo com Carlos Costa (2005, p.280), em termos internacionais, a história contemporânea do turismo encontra-se, contudo, associada e consolidada em torno de um conjunto de três realidades que emergiram entre os séculos XVIII e XX: a realização do *grand tour*, como uma das condições de formação de *gentlemen* e a sua admissão nas Cortes (século XVIII); a criação do primeiro pacote turístico (*package*), inventado por Thomas Cook no século XIX (concretizado em 5 de julho de 1841 com a realização da primeira viagem comercial de comboio para um grupo de 570 pessoas e que teve lugar entre Leicester e Loughborough); o fenómeno do turismo de massas, que teve a sua origem, na década de 50, e grande desenvolvimento, entre as décadas de 60-70 do século XX, e que derivou do desenvolvimento da aviação comercial e da criação de operações *charter* (Pearce, 1989, citado por Costa, 2005, p.280).

Nos últimos decénios, têm-se registado condições, particularmente, favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Tais condições decorrem, designadamente, de ganhos consideráveis dos tempos livres (quer pela redução dos horários de trabalho, quer pela antecipação das reformas), alterações nos padrões de consumo (fruto do incremento dos rendimentos familiares e dos meios de informação), aumento da mobilidade (maiores facilidades de transporte e de organização de viagens), mudanças nas estruturas familiares (sobretudo, as relacionadas com a antecipação da independência familiar dos jovens), diversificação dos períodos de férias (associada a uma crescente predisposição e aceitação junto das classes de maiores rendimentos), generalização das novas tecnologias de informação (a que se deve associar uma forte pressão do *marketing* e da promoção turística), uma grande divulgação e consciencialização de novos valores sociais (relativamente, ao contato com a Natureza, o Ambiente e o Património e face à motricidade e práticas desportivas de ar livre regeneradoras do equilíbrio físico e psíquico), internacionalização e mundialização das economias (expandindo trocas, difundindo inovações, incrementando competitividades, estimulando cooperações e intercâmbios) (Simões, 1993, p.72).

2.4.3 Turismo no mundo

No século XX, apesar da evolução do turismo, a nível mundial, ter sofrido um revês com as I e II Grandes Guerras e com a Crise de 1929, a partir da década de 50 assistiu-se a um crescimento desta atividade até então nunca visto. Entre 1950 e 2007, Nuno André Gomes Maricato (2012, p.6), declara que a série regista uma evolução positiva. Apenas nos anos 1982, 2001 e 2003 verificaram-se regressões, no primeiro caso, devido às



Figura 9 – Turismo: uma atividade em expansão.
Fonte: *Internet*, 2015.

restrições aplicadas às viagens na Europa de Leste e Central, por causa do *estado de sítio* na Polónia e ao clima económico desfavorável e, no segundo caso, devido à conjuntura económica e aos atentados, de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque. Já o retrocesso verificado, em 2003, deveu-se, essencialmente, a três fatores: a guerra no Iraque iniciada, em março de 2003, o aparecimento do vírus da pneumonia atípica e o adiamento do relançamento da economia mundial. Ao analisar o número de chegadas de turistas internacionais por regiões, entre 1950 e 2007, Maricato (2012, p.7), pôde comprovar que a Europa detém o maior número de chegadas e destaca-se em relação às outras regiões, ou seja, mais de metade dos turistas internacionais têm-na como destino. Já no início do século XXI, Ásia e Pacífico ultrapassaram a região da América, enquanto África e o Médio Oriente apresentam os valores mais baixos. Em 2007, o turismo internacional moveu quase 900 milhões de turistas (Carvão, 2009, p.17).

Nas palavras de Sandra Carvão (2009, p.17), o número de turistas internacionais será “de 1.6 mil milhões em 2020, o que implica uma taxa de crescimento anual da ordem dos 4%”. Para além disso, afirma que a previsão da OMT indica que “os destinos de África, Ásia e Médio Oriente crescerão a taxas superiores à média, enquanto que as previsões para os destinos mais maduros da Europa e da América são de crescimento menor que a média”. Maricato segue a mesma linha de pensamento que a autora citada, anteriormente, contudo, os autores divergem, quando o último refere que “...a Europa vai continuar a ser a região mundial com maior quota de turistas” (Maricato, 2012, p.25). Por outro lado, ainda, no campo das perspetivas, a previsão da WTTC (*World Travel and Tourism Council*) para o ano de 2021, é que se consigam gerar “receitas superiores a 38 mil milhões de euros e se ultrapasse a barreira de 1 milhão de empregos relacionados, directa e indirectamente, com o turismo” (Maricato, 2012, p.22).

2.4.4 Turismo em Portugal

Em Portugal, a história do turismo compreende três fases distintas de evolução.

Logo a partir do início do século XIII, existia aquilo que podemos designar “de livre direito de viajar, resultante da obrigatoriedade decretada pelos reis para que o povo, e quem tivesse condições para tal, albergasse e alimentasse, a título gratuito, o rei e seu séquito, os grandes senhores, o exército, os presos e outros viajantes que se deslocassem pelo país” (Costa, 2005, p.281). Tal situação, só veio a ser alterada “a partir dos séculos XIV e XV, com a institucionalização das hospedarias e com a concessão de direitos aos estalajadeiros que os protegessem e lhes permitissem obter benefícios com esta actividade” (Costa, 2005, p.281). No início do século XX, dá-se um período “de rápido crescimento e euforia no sector, com a criação das primeiras organizações governamentais: a nível nacional, com o lançamento da Sociedade de Propaganda de Portugal e da Repartição do Turismo, e a nível local, com a criação das comissões de iniciativa” (Pina, 1988, citado por Costa, 2005, p.81). É, contudo, depois da longa fase de letargia do setor introduzido pelo Estado Novo e com o rápido crescimento do turismo de massas, a nível internacional, que “o sector do turismo nacional se vê catapultado para a ribalta dos maiores destinos mundiais, através do incremento de fluxos de massas para o Algarve, decorrente da construção do aeroporto de Faro em 1965” (Costa, 2005, p.281).

É no início da década de 60 do séc. XX, quando o fenómeno turístico apresenta um crescimento intenso a nível mundial que, em Portugal, se começa a criar um ambiente de interesse por este setor.

Nuno André Gomes Maricato (2012, p.11) analisou a evolução das entradas de turistas, em Portugal, entre 1967 e 2007, e verificou uma evolução positiva, ao longo do tempo. Porém, nos anos de 1974 e 1975, a série sofreu um retrocesso, devido ao acontecimento político do 25 de abril. Na primeira metade da década de 90, mais propriamente em 1992-1993, a série registou, igualmente, um ligeiro retrocesso, que Cunha (1997, citado por Maricato, 2012, p.11) atribui à excessiva exploração do *produto sol e mar* e ao aumento do número de concorrentes do setor, nomeadamente, de países que oferecem o mesmo tipo de produtos (*Sun, Sea and Sand*) e, em 2002-2003, pensa-se que essa tendência regressiva esteja, ainda, relacionada com os ataques do 11 de setembro de Nova Iorque e com a entrada em vigor do euro. Entre 1967 e 2007, os principais países emissores de turistas, para Portugal, eram “a Alemanha, a Espanha, a França, a Holanda e o Reino Unido” (Maricato, 2012, p.18) e quanto ao *turismo doméstico*, “...o Algarve não só constitui o principal destino turístico em Portugal, como continua a registar ganhos de quota de mercado” (Correia *et al.*, 2007, citado por Maricato, 2012, p.19). Nos estabelecimentos hoteleiros, as dormidas de portugueses registaram valores mais elevados, nos meses de verão, principalmente, em agosto, facto que se prende com a circunstância da maioria das pessoas fazerem turismo durante a época de férias (Maricato, 2012, p.19). Quanto às receitas, despesas e saldo atribuídas ao turismo, entre 1970 e 2008, nota-se que “a diferença entre as receitas e as despesas do turismo é sempre positiva, o que significa que Portugal é

essencialmente um país receptor de turistas” (Maricato, 2012, p.12). Por outro lado, apesar do seu carácter sazonal e conseqüente contratação precária de muitos indivíduos, “o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos hoteleiros tem evoluído” (Maricato, 2012, p.14).

Durante o ano de 2007, o jornal *New York Times* apresentou um novo retrato de Portugal como um destino a caminho do futuro, com um pé, firmemente, assente no seu rico passado. Este meio de comunicação social colocou em 2.º lugar Lisboa na sua lista de Destinos a visitar, em 2008, na qual referiam o *produto Sol e Mar*, mas também, o Douro e o Porto que consideravam como destinos de vanguarda para enófilos praticantes e apreciadores da gastronomia, Marvão e a sua pousada e castelo, as Pousadas de Portugal, às quais chamavam *Dream Places*, Cascais, Lisboa, entre outros (Veloso, 2008, citado por Maricato, 2012, p.21).

Decorridos 7 anos, em 2014, Portugal foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, como o melhor país do mundo para visitar, pela revista *Condé Nast Traveller*. Os seus leitores escolheram Portugal pela combinação da cultura, gastronomia, praias, campos de golfe, história, variedade de paisagens e pelos portugueses, “um povo afável, aberto e muito sincero” (Jornal de Notícias, *Web site*, em <http://www.jn.pt/Tendencias/Locais/Interior>). Ainda nesse ano, Portugal foi votado como o melhor país europeu pelos leitores do jornal norte-americano *USA Today* e eleito o melhor destino de férias de avião, na Europa, nos *Zoover Awards*, que distinguem destinos e atrações turísticas, bem como, alojamentos, em mais de 25 países. Para além disso, o país foi, também, escolhido como um dos melhores destinos de 2014 pela editora de guias de viagens *Lonely Planet*, surgindo na lista *best value*, dos países onde há melhor relação qualidade/preço. Uma outra editora de guias de viagens, a *Rough Guides* destacou, também, o país, escolhendo como locais obrigatórios para visitar a Ericeira, a Feira de Barcelos, Monsaraz, o Convento de Cristo, Castelo de Vide, Óbidos, o Bairro Alto e a Ribeira do Porto. Por outro lado, em 2014, o Algarve foi considerado o melhor destino de *Golf* da Europa pela Associação Internacional de Operadores de Turismo de *Golf*. Já Lisboa entrou no *top* dos viajantes dos 25 melhores destinos do mundo, escolhidos pelos utilizadores do *site* internacional de turismo e viagens *TripAdvisor* e foi considerada a cidade com melhor valor na zona Euro pelo *PostOffice* do Reino Unido, tendo em conta o *City Costs Barometer* 2014. O Porto foi considerado o Melhor Destino Europeu pela *European Consumers Choice*, tal como, em 2012, e entrou no *top* de 14 destinos para 2014 da operadora aérea britânica *British Airways*. Mais a sul, o Alentejo foi escolhido, pela revista *National Geographic*, como um dos melhores destinos a visitar. Fora de Portugal Continental, o arquipélago dos Açores foi distinguido como Destino Preferido pelas Associações dos Agentes de Viagens e Operadores Turísticos Europeus. O turismo português venceu, também, os *World Travel Awards* 2014, conhecidos como Óscares do Turismo, na categoria de melhor organismo oficial de turismo europeu (Tvi 24, *Web site*, em

<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/lisboa/turismo-em-portugal-conquistou-o-triplo-dos-premios-em-2013>).

Em 2015, a 19 de janeiro, os dados, revelados pelo INE, confirmam que 2014 foi o melhor ano de sempre do turismo, em Portugal, com crescimentos superiores a 10% face ao ano recorde, quer se considere o número de dormidas, o número de hóspedes ou os proveitos da hotelaria. Entre os principais mercados emissores, destaque para os crescimentos registados pela Bélgica, França, Brasil e Irlanda, tendo Espanha sido a exceção, ao recuar. Em novembro, a estada média na hotelaria foi 2,53 noites e a taxa líquida de ocupação-cama 29,1%, tendo os proveitos totais aumentado 15,8% e os de aposento 14,7%, em linha com o mês anterior, para 113,4 e 75,3 milhões de euros, respetivamente. De acordo com o INE, os estabelecimentos hoteleiros registaram 929,3 mil hóspedes e 2,4 milhões de dormidas no mês em análise (DnEconomia, *Web site*, em http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=4350367&page=-1).

A sazonalidade é uma das principais características do turismo português. Apesar dos esforços que se têm feito no sentido de atenuar esta característica, a verdade é que as *motivações Sol e Mar* continuam, ainda, a ser as dominantes na procura turística. No entanto, o turismo balnear dá *espaço* a um novo turismo caracterizado pelos 3 *novos S - Sophistication, Specialization and Satisfaction* (Cunha L., 1997, citado por Maricato, 2012, p.16). De acordo com as previsões da OMT, prevê-se que Portugal atinja “os 18,3 milhões de entradas de turistas estrangeiros em 2020” (Maricato, 2012, p.25). Porém, o nosso país enfrenta grandes obstáculos, como por exemplo, o predomínio de empresas de reduzida dimensão, que dificulta a negociação com grandes operadores turísticos, a falta de recursos humanos qualificados, a deficiente formação de base dos empresários, a grande concentração da oferta, essencialmente, em três áreas (Madeira, Açores e Algarve), a grande e crescente concorrência global e regional de países que oferecem o mesmo *produto turístico*, que Portugal, *Sol e Mar*, a forte pressão ambiental para um turismo, cada vez mais, sustentável e a pouca cooperação entre entidades públicas e privadas (Maricato, 2012, p.26). No entanto, devo salientar que, o turismo, devidamente, enquadrado num plano integrado de desenvolvimento, constitui um dos sectores estratégicos mais importantes para o desenvolvimento de uma região, não só através do rendimento e emprego que gera, mas, também, relativamente à sua contribuição para “o equilíbrio da balança de pagamentos, bem como através dos investimentos directos e indirectos, que poderão constituir a base de um arranque para o desenvolvimento sustentável” (Dias, 2010, p.64).

2.4.5 Turismo em Coimbra

A nível de património, o concelho de Coimbra caracteriza-se por uma riqueza histórica e monumental única, sendo “a terceira cidade do país com maior número de monumentos nacionais, superada apenas por Lisboa e Évora” (Loureiro, 2009, p.92). É no centro histórico (Alta e Baixa), que se encontra a maior concentração de património da cidade. Todavia, com o Programa *Polis*, o Parque Verde do Mondego surge, na parte baixa da cidade, como um relevante centro de lazer, desporto e cultura: as Docas, o Museu da Água, o Pavilhão de Portugal de Hannover e a Ponte Pedro e Inês. Esta atração integra, ainda, equipamentos da margem esquerda do rio Mondego como: a Praça da Canção, o Centro Ciência Viva e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Santos, 2014, p.465).

Em Coimbra, a importância do património e da cultura, ligados à presença da Universidade e de edifícios relacionados com a Igreja (sés, conventos, mosteiros, igrejas), é inevitável na perceção da cidade. Contudo, ela não deixa de abranger formas de vida ligadas “à vivência popular (Alta e Baixa), estudantil (Repúblicas) e a um património mais recente, industrial e comercial, igualmente relevante, que constitui a memória da cidade dos séculos XIX e XX (Baixa-rio)” (Visão Para o Centro Histórico, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume A – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana*, 2012, p.38). Por outro lado, a cidade destaca-se, igualmente, no que respeita ao património natural, pois é “a Porta de entrada para os Campos do Mondego; cidade do Rio Mondego e das suas histórias; formando um eixo de atração com a cidade de *sol e mar* da Figueira da Foz; integrando as áreas protegidas dos paus, com destaque para o de Arzila; com uma relação de proximidade com a primeira linha de montanhas a partir do litoral, onde se inscrevem a Boa Viagem, o Buçaco e o Sicó; lugar de referência para as montanhas da Cordilheira Central da Lousã e do Açor; a pouco mais de 30 Km da Barragem da Aguieira” (Santos, 2014, p.462).

Carina Gisela Gomes Sousa (2008, p.55) refere-se a Coimbra como sendo “a cidade histórica e monumental uma das principais atrações da atualidade...” e não há dúvidas, uma vez que, Coimbra é, frequentemente, caracterizada nos mercados turísticos como *cidade histórica, patrimonial, monumental, arquitetónica, académica e universitária*. A imagem de Coimbra como *cidade histórica, patrimonial e monumental* remete para o papel relevante que tem vindo a desempenhar na história e na cultura portuguesas, contribuindo para o seu grau de importância no contexto nacional. Quanto à imagem de *cidade arquitetónica*, Coimbra possui verdadeiras joias da arquitetura portuguesa e de vários tipos de arquitetura, os programas turísticos assumem que a cidade é um núcleo extraordinário de arte. Por fim, a imagem de *cidade académica e universitária* é a mais, frequentemente, usada pelos operadores na promoção turística.

Page e Hall (2003, citados por Loureiro, 2009, p.66) acreditam que, ao longo da história, a função das cidades sempre esteve interligada às atividades de produção e aos serviços como o turismo e o lazer. Neste sentido, aqueles autores afirmam que as cidades não são um fenómeno novo para o

turismo e para o consumo de lazer. Pearce (1994, citado por Loureiro, 2009, p.66) defende, também, esta ideia argumentando que não se deve observar o turismo urbano como um fenómeno recente. Stephen Page (1995, citado por Gomes, 2013, p.74) sustenta que, de forma geral, os turistas são atraídos para as cidades “em virtude das funções especializadas e da ampla gama de serviços que elas oferecem e disponibilizam, na medida em que as áreas urbanas concentram geograficamente uma série de equipamentos e atrações convenientemente localizadas de forma a satisfazerem as preferências e as necessidades de turistas e residentes”. Já Karski (1990, citado por Loureiro, 2009, p.67) refere que o que torna as cidades um ponto de grande atratividade é o facto de estas “integrarem uma rica variedade de actividades para fazer e atracções para ver, num ambiente atractivo, interessante e razoavelmente compacto”.

Apesar da ambiguidade do conceito, Law (1994, citado por Loureiro, 2009, p.68) define turismo urbano como “um conjunto de actividades que estão interligadas num núcleo particular e que possibilitam às cidades atrair visitantes”. Por sua vez, a Comissão Europeia (2000, citado por Loureiro, 2009, p.68) define-o como “o conjunto de recursos e actividades localizados em cidades e oferecidos a visitantes de outros destinos”. O turismo de Coimbra é um tipo de turismo urbano.

Por meio da Carta Cultural do Turismo, a OMT estabeleceu que o turismo “denominado cultural é originado pelo desejo de visitar e conhecer as diversas manifestações dos patrimónios natural, histórico, monumental e cultural propriamente dito das regiões e países que integram o planeta” (Dias, 2010, p.23). Segundo Norberto Santos (2014, p.463), o turismo de Coimbra aponta para a importância do turismo de saúde, do turismo ativo, do turismo rural e do turismo cultural, numa cidade que é, hoje, policêntrica e multifacetada em termos de atratividade turística. Em sintonia, mas mais conciso, o documento *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume A – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana* declara que o turismo cultural constitui a base do turismo de Coimbra (ParquExpo, 2012, p.42).

Ao longo das últimas décadas, o turismo urbano e cultural viveram, um impulso assinalável, no âmbito do qual adquirem novos contornos (Gomes, 2008, p.57). Neste processo, a equação cidade, cultura e património foi-se configurando como um segmento turístico em plena expansão e com um enorme poder de sedução, tanto para consumidores e viajantes, como para os poderes públicos e os investidores no território urbano. Atualmente, o fascínio das cidades surge aliado à sua temporalidade e, por isso, a cidade histórica e monumental é uma das principais atrações turísticas dos nossos dias. Perante a hegemonia da cultura visual, por um lado, e a importância do fator histórico das cidades, por um outro, não surpreende que “à medida que a modernidade entra em crise a arquitetura histórico-monumental da cidade se converta, não só no elemento por excelência da identidade das cidades, mas igualmente, e por isso mesmo, no aspeto que mais interesse e curiosidade suscita entre os turistas” (Fortuna & Ferreira, 1996, p.8).

Com base nos dados, do INE, referentes ao ano de 2004, no que diz respeito à procura turística, Coimbra apresenta-se como um dos concelhos com maior número de dormidas na Região Centro a par com Ourém e Figueira da Foz, porém, a estada média neste município é, relativamente, curta (1,5 noites). Ora, a maioria dos municípios, que apresentam uma estada média mais longa, são Mira, Alcobaça, Figueira da Foz, Anadia, Mangualde e São Pedro do Sul, visto que, se tratam de municípios caracterizados pelo turismo balnear e/ou turismo termal, sendo estes tipos de turismo que, normalmente, obrigam a um período de permanência maior (Deloitte, 2007, citado por Loureiro, 2009, p.102). Com base nos dados, do INE, alusivos ao ano de 2006, verificou-se que a nível de dormidas e hóspedes, em estabelecimentos hoteleiros de Coimbra, segundo o país de residência, existe uma predominância de visitantes nacionais. Contudo, relativamente, aos estrangeiros, verifica-se um maior número de visitantes espanhóis e italianos (Loureiro, 2009, p.106).

A qualificação e o alargamento da oferta, quer em termos de produtos, quer de alojamento, no sentido de corresponder à crescente procura turística e de alargar o período da sua estadia, deverão constituir umas das preocupações centrais do *turismo coimbrese* (Visão Para o Centro Histórico, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume A – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana*, 2012, p.42). O turismo constitui uma das atividades económicas que mais pode contribuir para o acréscimo da capacidade competitiva e da projeção de Coimbra nos âmbitos nacional e internacional e, assim, ajudar a concretizar a missão e ambição da cidade. Embora crescente nos últimos anos, a intensidade desta atividade encontra-se “longe de atingir o potencial que a cidade de Coimbra e principalmente o Centro Histórico comportam” (Visão Para o Centro Histórico, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume A – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana*, 2012, p.42). Apesar das atividades mais, diretamente, relacionadas com o setor turístico, não se mostrarem preponderantes na economia da cidade, o turismo não deixa, ainda assim, de representar uma estratégia importante nas políticas públicas, tal como revelam os projetos recentes de intervenção urbana e os discursos dos responsáveis políticos e dos intervenientes na esfera turística da cidade. Na opinião de Carina Gisela Sousa Gomes (2008, p.73), é neste sentido que, os processos de recriação de imagens e narrativas urbanas, associados ao desenvolvimento do setor turístico, se mostram relevantes, não só para o modo como a experiência turística é vivida, mas também para as formas como a cidade redefine a sua identidade, vê definidas as suas agendas políticas de planeamento urbano e, constituindo-se como um lugar turístico, se reorganiza material, simbólica e imageticamente. Com efeito, o património constitui um benefício que gera atividade turística e esta, por sua vez, produz riqueza e desenvolvimento local e/ou regional e/ou nacional (Dias, 2010, p.19).

2.4.6 Lazer

O lazer é um conjunto de atividades às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, entreter-se ou, ainda, para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, a sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora, após concluir as obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 2001, citado por Dias, 2010, p.57). Por outro lado, Reiquá (1980, citado por Ferreira, 2009, p.40) define lazer como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo, cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social.

Para Umbelino (1999, citado por Ferreira, 2009, p.40), o lazer surge como resultado “do Renascimento, e mais tarde foi melhorado pela crescente produtividade proporcionada pela Revolução Industrial e pelos valores democráticos”. No entanto, a ocorrência das duas Guerras Mundiais e a Crise Económica, de 1929, provocaram instabilidade, o que prejudicou o desenvolvimento de atividades lúdicas. Ainda assim, em 1948, é criada a Declaração Universal dos Direitos do Homem (Art.º 24), que estipulava que “Todo o homem tem direito ao descanso e ao lazer, especialmente a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias remuneradas” (Ferreira, 2009, p.40).

A deslocação, em busca de atividades de lazer, sofreu um processo de democratização sensível, desde o final do século XVIII, mas mostrou-se, igualmente, “um pretexto de distinção interclasses” (Andrade, 1993, p.56). Durante muito tempo, o lazer foi atributo, somente, das classes dominantes, só a partir dos anos 50, se alarga, de forma generalizada, às classes médias. Outros, por seu turno, encaram-no de um modo mais positivo, afirmando-o como uma das características “emancipadoras dos homens nas sociedades modernas” (Gama & Santos, 1999, p.131).

Na atual sociedade, quando se fala de tempo livre, existe uma ligação intrínseca entre consumo e tempo livre, pois o consumo é uma consequência do tempo livre, até pela análise de que quando estamos a trabalhar não há tempo para consumir. Entre os consumos ligados ao lazer, há que destacar o próprio turismo (Dias, 2010, p.57). Pedro de Andrade (1993, p.52) corrobora esta ideia, ao afirmar que, o turismo é, provavelmente, o modelo dominante da viagem nas sociedades modernas e pós-modernas. Todavia, não engloba nem inspira todas as modalidades da deslocação. Antes, é a viagem que se reconstitui, cada vez mais, como um novo quadro paradigmático, da vida em geral e do lazer em especial, tornando-se o turismo, gradualmente, um caso particular daquela.

As mudanças na estruturação dos tempos sociais das sociedades modernas originaram um aumento significativo dos tempos de lazer que teve, como efeito, uma crescente e diversificada utilização dos lugares como espaços lúdicos. Além disso, esta universalidade dos tempos de lazer traduz-se, “para uns, numa forma de democratização do consumo; para outros, num processo de elitização motivador de distinção social” (Gama & Santos, 1999, p.129). Certamente, não será por

acaso que, as despesas das famílias europeias aumentaram cerca de um terço, na última década, e a este aumento há que juntar o facto de “a Europa receber anualmente mais de metade dos turistas internacionais que circulam pelo mundo” (Santos, 2011, p.89). Todavia, os portugueses são os consumidores que menos gastam em atividades culturais e de lazer. Efetivamente, “apenas 7% do orçamento é destinado a esse tipo de bens e serviços...” (Santos, 2011, p.87). Deste modo, o consumo e o aumento do tempo livre, necessário para consumir, caraterísticos das sociedades contemporâneas, ao acentuarem os processos de diferenciação social no acesso aos lazeres, parecem contrariar, aliás, a ilusão igualitária, através do lazer (Gama & Santos, 1999, p.135).

As atividades lúdicas são valorizadas, cada vez mais, como uma forma de cultura geral, nomeadamente, “a cultura do corpo, e do espírito, o compromisso e o desinteresse, a serenidade e as actividades lúdicas, caminhando para uma sociedade do lazer” (Ferreira, 2009, p.43). Nesta, todos os indivíduos devem ter oportunidades de usufruir de atividades de lazer, de forma a manterem uma boa qualidade de vida, pois como afirma Reixá (1980, citado por Ferreira, 2009, p.45) através do lazer, as atividades culturais, intelectuais, físicas, manuais e artísticas são estimuladas, impedindo-se o isolamento social. Como enuncia Jacob (2007, citado por Ferreira, 2009, p.45) a criação de um clima de dinamismo, visa o melhoramento da qualidade de vida das pessoas, o que por sua vez facilita a adaptação a uma vida comunitária imposta. Deste modo, as atividades lúdicas promovem a comunicação, melhorando o aspeto relacional e fazem do lazer um elemento determinante da qualidade de vida. Segundo Cecília Alexandra Nunes Farinha Ferreira (2009, p.45), estas atividades facilitam “o acesso a uma vida mais criativa e activa, com uma melhor relação e comunicação com os outros, com uma participação mais activa na comunidade, promovendo assim a personalidade do indivíduo e a sua autonomia”.

Efetivamente estamos perante gerações que não vão abdicar do lazer e orientarão uma parte significativa do seu tempo, do seu esforço e do seu rendimento, mesmo que este possa ser mais reduzido, para as atividades que lhe estão associadas. Importa, por isso, entender o lazer como “prática de valência socioeconómica transversal e integradora, capaz de interpretar tanto situações de elitização como de democratização social” (Santos, 2011, p.93). Para além disso, atualmente, o tempo de lazer já não é apenas um tempo de descanso reparador, tornou-se um tempo de atividades que têm um valor em si mesmo. Neste âmbito, de acordo com Norberto Santos (2011, p.94) importa dar significado maior a ações concretas que potenciem a análise do ciclo de vida de bens e serviços e que se concretize uma alteração dos padrões de consumo, assim como, exigir responsabilidade e ética a quem produz e criar organizações de apoio aos consumidores/turistas, promovendo, simultaneamente, o comércio justo e uma gestão eficiente do meio ambiente.

2.5 O Perfil do Visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

2.5.1 Metodologia

Este trabalho iniciou-se com uma revisão bibliográfica, de modo, a conhecer o estado da arte de determinados capítulos. Para tal, foi necessário pesquisar a informação existente, ou seja, o conhecimento produzido, até ao momento, por outros autores, ler, seleccionar e produzir texto com base nas informações recolhidas, assim como, nas minhas opiniões e, isto aconteceu, tanto na pesquisa efetuada para a parte de História como de Geografia. Todavia, no que concerne, ao objetivo: caracterizar o perfil do visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha foi necessário trabalho de campo.

O estudo de caso é um processo de investigação empírica que permite estudar fenómenos no seu contexto real e no qual o investigador, não tendo o controlo dos eventos que aí ocorrem, nem das variáveis que os conformam, procura apreender a situação na sua totalidade e, de forma reflexiva, criativa e inovadora, descrever, compreender e interpretar a complexidade do(s) caso(s) em estudo, lançando luz sobre a problemática em que se enquadra(m) e, inclusive, produzindo novo conhecimento sobre o(s) mesmo(s) (Morgado, 2012, p.63). Tendo em conta a definição apresentada, este trabalho trata-se de um estudo de caso, no qual explorei, descrevi e interpretei os dados obtidos nos cerca de 100 inquéritos por questionário, que realizei no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7 (23 inquéritos), 14 (25 inquéritos) e 21 (52 inquéritos) de dezembro de 2014.

O inquérito por questionário consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente, representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse aos investigadores (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.188).

A construção de um questionário baseia-se num conjunto de itens delineados em torno do problema ou situação a investigar. Em termos de organização mais geral, um questionário estrutura-se, por norma, em 3 secções distintas: Introdução: onde se informam os respondentes sobre a problemática em análise, os objetivos que se pretendem concretizar e se fornecem as indicações consideradas necessárias para o preenchimento do questionário; Dados pessoais e profissionais: conjunto de questões destinadas a recolher dados do foro pessoal e profissional dos respondentes e que permitem caracterizar a amostra/população em estudo; e, por fim, Dados de opinião: conjunto de questões destinadas a recolher as opiniões, representações e expectativas dos inquiridos, relativamente, ao problema ou situação a investigar (Morgado, 2012, p.80). Elaborado por mim, o questionário iniciava-se com uma pequena introdução e dividia-se em 3 secções, a saber: I Dados pessoais, II Comunicação Externa e III Perceções e Representações. Para recolher as opiniões dos inquiridos, através de um questionário, recorre-se, usualmente, a dois tipos de questões: questões

fechadas e abertas. O questionário utilizado continha 7 questões dicotómicas, 6 questões de escolha múltipla, ou seja, 13 questões fechadas e 9 questões abertas, perfazendo um total de 22 questões. Quanto às variantes, o questionário chama-se de administração indireta quando o próprio inquiridor completa a partir das respostas que lhe são fornecidas pelo inquirido e chama-se de administração direta quando o próprio inquirido o preenche (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.188). Assim sendo, este questionário foi administrado de forma direta e indireta.

No que diz respeito ao tratamento do inquérito, mais propriamente, às questões fechadas, o método usado foi a análise estatística que, por sua vez, se traduziu na expressão gráfica dos dados. Contudo, a apresentação dos dados foi antecedida por uma reflexão teórica, a única a fornecer critérios explícitos e estáveis para a recolha, a organização e, sobretudo, a sua interpretação, assegurando, assim, a coerência e o sentido do conjunto do trabalho.

Quanto às questões abertas, a análise de conteúdo foi o método utilizado. Esta incide sobre “mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco directivas” e, mais raramente, sobre “...inquéritos por questionário para o tratamento das perguntas abertas” (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.232). A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do discurso e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.226). Os métodos de análise de conteúdo implicam a aplicação de processos técnicos, relativamente, precisos, como por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das coreferências dos termos utilizados (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.226). De entre as diversas análises temáticas, as escolhidas foram: a análise categorial que consiste em calcular e comparar as frequências de certas características, previamente, agrupadas em categorias significativas, baseia-se nas hipóteses segundo a qual uma característica é tanto mais, frequentemente, citada quanto mais importante é para o locutor, o procedimento é, essencialmente, quantitativo (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.228) e a análise da avaliação que incide sobre os juízos formulados pelo locutor, é calculada a frequência dos diferentes juízos, mas também, a sua direção (juízo positivo ou negativo) e a sua intensidade (Quivy & Campenhoudt, 2000, p.228).

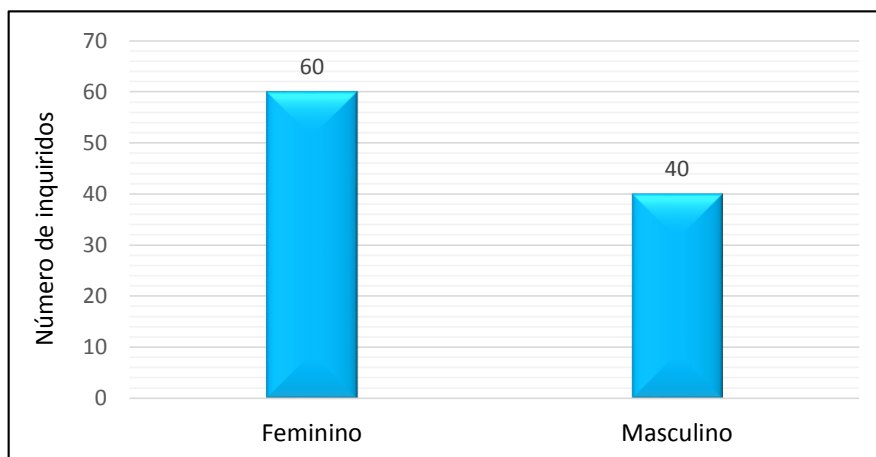
Por fim, salientar que o inquérito por questionário, utilizado para a obtenção dos dados, que me permitiram traçar o perfil do visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, deverá ser consultado para uma melhor compreensão do estudo realizado (Anexo IX – p.133).

Na realização deste trabalho, a norma utilizada foi APA (American Psychological Association).

2.5.2 Resultados obtidos

I – Dados Pessoais

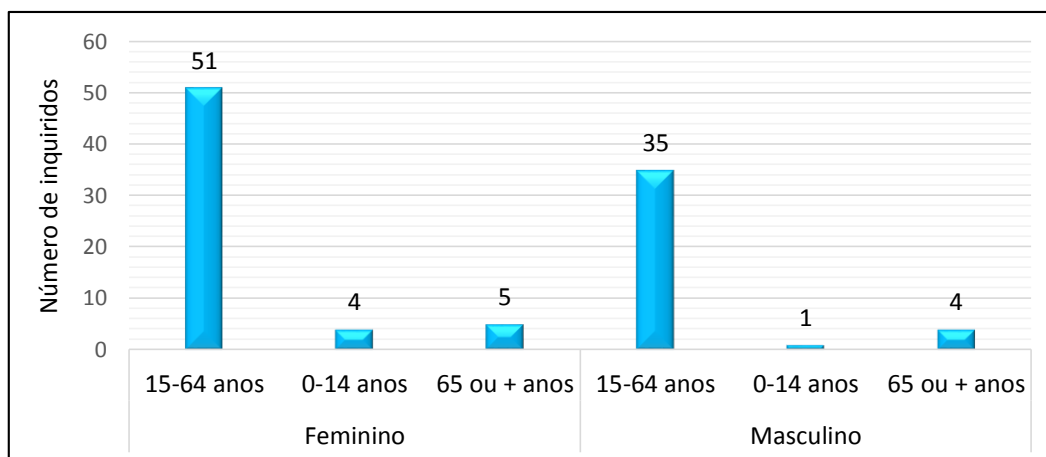
Gráfico 1 - Sexo



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 1, verifica-se que mais de metade, dos inquiridos, 60%, pertence ao sexo feminino e 40% ao sexo masculino. A diferença de 20% não nos deixa tirar grandes conclusões, contudo, penso que tal acontece, porque muitos dos visitantes do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nestes 3 domingos do mês de dezembro, eram casais.

Gráfico 2 - Faixa Etária

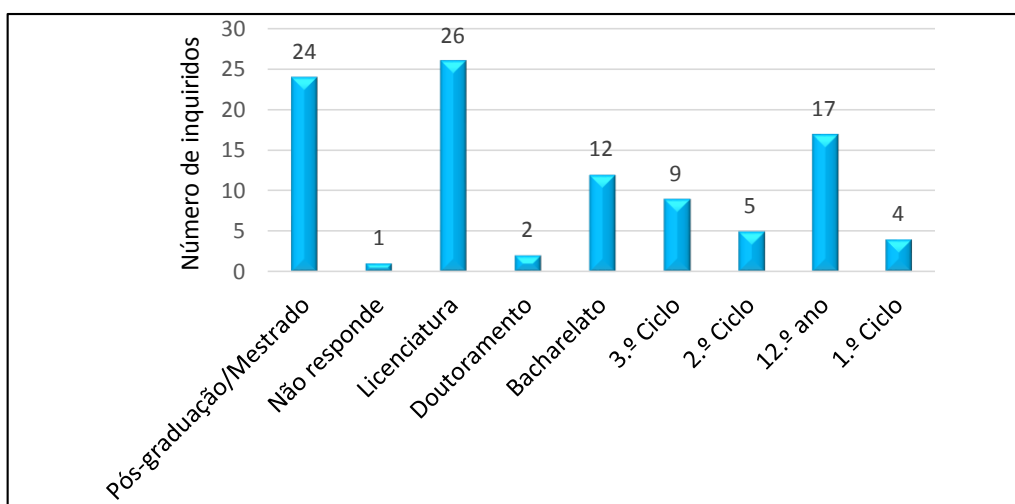


Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 2, no que respeita às mulheres que visitaram o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, a maioria, 51%, tinha idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, ou seja, eram adultas. Com ínfimas percentagens, no que se refere, ainda, ao sexo feminino, temos o grupo etário das idosas (65 ou mais anos) com 5%, mas também, o grupo etário das jovens (0-14 anos) com 4%. Quanto à faixa etária do sexo masculino, a maioria dos homens, 35%, tem idades compreendidas entre os 15-

64 anos, ou seja, eram adultos, tal como acontece, no que se refere ao sexo feminino. Mas, as semelhanças não se ficam por aqui, tal como no sexo feminino, o grupo etário dos jovens tem uma pequena representatividade, de 1%, e o grupo etário dos idosos 4%. Os inquiridos, com idades compreendidas entre os 0-14 anos, eram jovens que se faziam acompanhar por adultos (provavelmente, os seus pais) e que quiseram preencher alguns inquéritos. No que se refere aos idosos, tanto mulheres como homens, encontram-se já todos reformados e este detalhe vai ao encontro das palavras de António Gama Mendes e Norberto Santos (1999, p.132), quando afirmam que, assim os reformados passam “a ter, em média, um maior período de tempo livre relacionado com o seu ciclo de vida, devido à relação da idade de reforma e ao aumento médio da esperança de vida”. No que toca ao facto de 86% dos inquiridos pertencerem ao grupo etário dos adultos, não é de todo estranho, uma vez que, de acordo com José Manuel Simões (1993, p.73), os estratos intermédios, portanto, os adultos preferem os turismos cultural, rural, de congressos e de compras, sendo que, o tipo de turismo praticado no mosteiro insere-se no designado turismo cultural.

Gráfico 3 - Nível de ensino



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 3, apura-se que a maioria, dos inquiridos, 64%, possui grau de ensino de nível Superior, sendo que 26% têm Licenciatura, 24% Pós-graduação/Mestrado, 12% Bacharelato e, apenas, 2% Doutoramento. Os restantes, 17% têm o 12.º ano de escolaridade, 9% o 3.º ciclo, 5% o 2.º ciclo e 4% o 1.º ciclo. De salientar que, apenas, um inquirido não respondeu a esta questão e nenhum dos inquiridos assinalou a opção “Sabe ler e escrever, mas não possui nenhum grau de ensino”. Carina Gisela Sousa Gomes (2013, p.170), na sua Tese de Doutoramento intitulada *Cidades e Imaginários Turísticos: Um Estudo Sobre Quatro Cidades Médias da Península Ibérica*, verificou que ao nível da escolaridade atingida, são semelhantes os perfis dos visitantes das cidades de Braga,

Coimbra, Salamanca e Santiago de Compostela, dada a larga preponderância de inquiridos com níveis de Ensino Superior. Christopher Law (s.d., citado por Gomes, 2013, p.75) traçou o retrato dos segmentos de turistas mais, frequentemente, atraídos pelas grandes cidades e trata-se, em todos os casos, de uma população com elevado grau de escolaridade que, geralmente, é atraída pelo património cultural das cidades. Isabel Nunes Dias (2010, p.24) declara, também, que uma das principais causas do crescimento do turismo cultural, nas últimas décadas, tem sido o crescimento dos índices da Educação Superior. O turismo cultural tem custos mas, para os mais instruídos, este tipo de despesas é prioritário, pois explorar outras culturas é, sem dúvida, uma das motivações mais importantes dos turistas culturais.

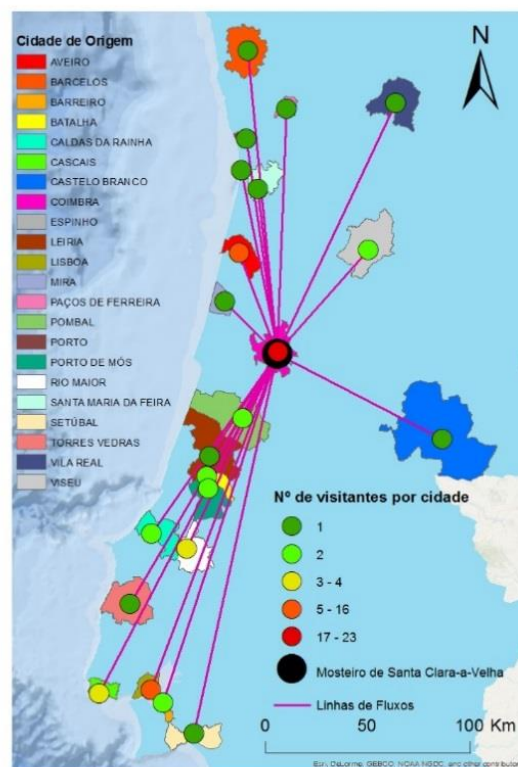


Figura 10 – Qual a sua origem geográfica?

Fonte: Elaborado por Joaquim Patriarca (2015), com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

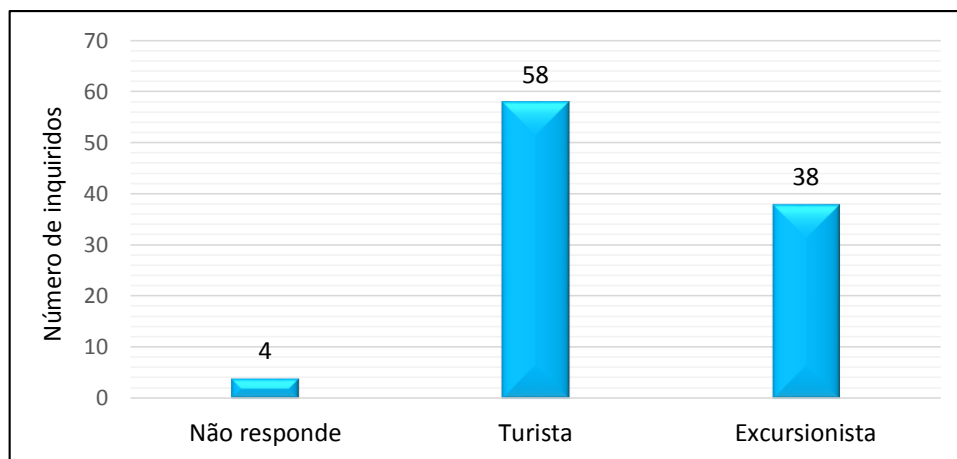
De acordo com o *Relatório de Atividades – 2012 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*, (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.11) os visitantes do mosteiro têm, maioritariamente, nacionalidade portuguesa, o que é natural dada a localização geográfica do monumento e pelos factos históricos relacionados com a cultura nacional aqui sucedidos, 18% são estrangeiros divididos por diversas nacionalidades: espanhóis, brasileiros, italianos e franceses. Tendo em conta os inquéritos realizados, quanto à origem geográfica dos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 74% são portugueses, 18% são estrangeiros e 8% não respondem a esta questão. No que se refere aos visitantes estrangeiros: 14 são brasileiros (provêm de São Paulo (8), Rio de Janeiro (2), Belém (2), Florianópolis (1), Brasília

(1); 2 são espanhóis (ambos de Madrid); 1 é cabo-verdiano (da cidade de Praia) e 1 é russo (da cidade de Moscovo). Observando a figura 11, verifica-se que os visitantes portugueses provêm de 22 cidades portuguesas localizadas, sobretudo, no litoral português, a saber: 23 de Coimbra; 13 de Lisboa; 8 de Aveiro; 4 de Rio Maior; 3 de Cascais; 2 do Barreiro, da Batalha, das Caldas da Rainha, de Pombal, de Porto de Mós e de Viseu; e 1 visitante de Barcelos, de Castelo Branco, de Espinho, de Leiria, de Mira, de Paços de Ferreira, Porto, de Santa Maria da Feira, de Setúbal, de Torres Vedras e de Vila Real. Estes resultados são explicados por Coimbra ser a cidade onde o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha está localizado, Aveiro, devido à proximidade geográfica e quanto aos lisboetas, que visitaram o mosteiro, fazem-no, principalmente, no fim-de-semana prolongado de 6, 7 e 8 de dezembro, pois no último dia comemora-se o dia da Imaculada Conceição e, portanto, é feriado em Portugal. Por outro lado, apesar da origem geográfica dos inquiridos ser muito diversa, o número de visitantes por cidade é muito reduzido (à exceção de Coimbra, Lisboa e Aveiro). Em Coimbra foi efetuado um inquérito à população turista de visita à cidade, durante o ano de 2011, com a colaboração da Câmara Municipal de Coimbra e da Área de Turismo do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra, com estudantes do Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento. Daí resultou a execução de dois relatórios de estágio, apresentados a Provas de Mestrado pelas alunas Maria Antónia Medeiros, *O Destino Coimbra. A procura, a oferta e o perfil do turista que visita a cidade de Coimbra – 2011* e Cátia Barros Rebelo, *O turismo em Coimbra. O perfil do turista que visita a cidade de Coimbra – 2012*. É a partir destas, que Norberto Santos faz algumas ilações presentes no seu capítulo Turismo e Cidades: Conhecer o Turista para Valorizar a Oferta do Turismo Cultural Urbano. Deste modo, segundo o autor (2014, p.466), quanto aos países de origem da população visitante da cidade de Coimbra, a maioria são portugueses, devido ao seu caráter de cidade estudantil que leva as pessoas a procurar matar saudades de tempos aqui vividos, numa lógica de atração muito próxima da atribuída ao turismo genealógico, mas também, porque existem, de facto, muitas atrações, se bem que algo ofuscadas pelo património material e imaterial da Universidade de Coimbra. Para além disso, o autor verificou que os turistas brasileiros assumem um lugar de destaque nas visitas à cidade (tal como acontece no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha). Este resultado, para além dos fatores *Push* que existem no Brasil, resulta da valorização dos fatores *Pull*, com a integração de mais de mil alunos brasileiros na Universidade de Coimbra (em 2012-2013), que têm atraído os seus familiares para o destino e promovido estadas mais alargadas destes turistas (Santos, 2014, p.467).

5. Qual a sua profissão atual?

A diversidade de profissões que encontrei, nas respostas a esta questão, impressionou-me, nada mais, nada menos que 35 profissões distintas, a saber: 25 Estudantes, 13 Reformados, 7 Professores, 5 Engenheiros, 3 Empresários, 3 Arquitetos, 3 Bancários, 2 Consultores Financeiros, 2 Médicas, 2 Consultores (?), 2 Juristas, 2 Enfermeiras, 2 Consultoras Informáticas, 2 Técnicos de Teatro, 1 Responsável de Sistemas Informáticos, 1 Técnico de Laboratório, 1 Diretora Logística, 1 Educadora de Infância, 1 Escriturário, 1 Consultora de RM, 1 Tradutora, 1 Arqueóloga, 1 Secretária, 1 Doméstica, 1 Psicóloga, 1 Advogado, 1 Consultora de Formação, 1 Trabalhador por conta própria, 1 Rececionista Hoteleiro, 1 Artista Plástica, 1 Office Manager, 1 Desenhador, 1 Contrato CEI, 1 Profissional de Futebol e 1 Agente de Viagens. Sendo que, 6 inquiridos, apenas, não responderam a esta questão. Na generalidade, tratam-se de profissões que requerem Estudos Superiores e são profissões ditas liberais, nas quais os seus profissionais auferem um rendimento médio/elevado, que lhes permite dispensar o seu tempo e dinheiro em atividades lúdicas. Devo salientar, igualmente, a grande quantidade de visitantes estudantes (25), pois estamos a falar de Coimbra conhecida como *cidade académica e universitária*. Curioso, mas facilmente explicável, é o facto de não haver nenhum inquirido desempregado. António Gama Mendes e Norberto Santos (1999, pp.131 e 132) afirmam que aqueles que se integram no mundo do trabalho têm a sensação de tempo livre e, apenas, alguns conseguem auferir o rendimento necessário para alargarem o leque de ocupações no seu período de tempo livre, usufruir mais, intensamente, e mais longe e, do mesmo modo, o aumento do número daqueles que têm profissões liberais permite o alongamento, de forma contínua, do tempo fora do trabalho, em razão da flexibilidade dos horários. Carlos Fortuna (1999, citado por Gomes, 2013, p.75) delineou um perfil típico do turista urbano em visita a cidades históricas portuguesas como Coimbra e Évora e constatou que pertence “a estratos sociais médios e médios altos, tem um nível de capital escolar e cultural relativamente elevado, é membro do grupo de profissões intelectuais, técnicas, científicas e artísticas”. Cada vez mais, surgem segmentos de mercado que se apresentam como alvos preferenciais dos promotores do turismo urbano, até por corresponderem, em regra, às categorias de turistas mais abastados e com maior capacidade de consumo (Gomes, 2013, p.109). Carina Gisela Sousa Gomes (2013, p.170), na sua Tese de Doutoramento, verificou que nas cidades de Braga, Coimbra, Salamanca e Santiago de Compostela se atestou a presença maioritária de visitantes em idade ativa, exercendo uma atividade profissional e destacou, igualmente, a proporção de turistas estudantes em Coimbra.

Gráfico 4 - Qual o seu papel?



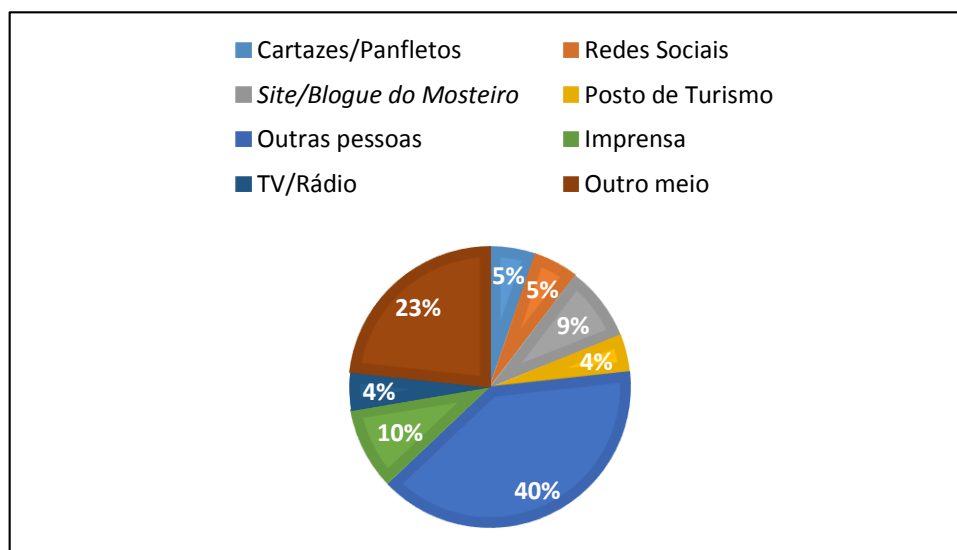
Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 4, verifica-se que mais de metade dos inquiridos são turistas, 58%, e 38% são excursionistas, sendo que, apenas, 4% não responderam a esta questão. Atentando nos turistas, 33% são nacionais e 25% são estrangeiros e todos os excursionistas são portugueses. No inquérito por questionário, esta questão tinha 2 opções de resposta: Turista ou Visitante. Porém, à medida que a leitura da bibliografia foi avançando, cheguei à conclusão que, embora apresentasse as definições de Turista (pessoa que se desloca para um país ou lugar fora do seu ambiente habitual, por mais de um dia, para fins pessoais ou profissionais, por um período de tempo consecutivo que não ultrapassa um ano) e Visitante (pessoa que se dedica a um conjunto de atividades de livre vontade, após concluir as obrigações profissionais, familiares e sociais) no inquérito, a opção Visitante não era a mais indicada, pois o turista é, também, um visitante. Deste modo, decidi considerar todos os inquiridos Visitantes, como Excursionistas, pois excursionista é aquele se dedica a um conjunto de atividades de livre vontade, após concluir as obrigações profissionais, familiares e sociais e não pernoita no local visitado. Os turistas, que visitaram o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, provêm de Lisboa (13), São Paulo (8), Rio Maior (4), Cascais (3), Madrid (2), Rio de Janeiro (2), Caldas da Rainha (2), Barreiro (2), Porto de Mós (2), Brasília (1), Viseu (1), Belém-Brasil (2), Barcelos (1), Setúbal (1), Praia-Cabo Verde (1), Aveiro (1), Moscovo-Rússia (1), Florianópolis (1), Coimbra (1), Vila Real (1) e Torres Vedras (1). Quanto aos excursionistas provêm de Coimbra (22), Aveiro (7), Pombal (2), Mira (1), Castelo Branco (1), Porto (1), Espinho (1), Leiria (1), Batalha (1) e Santa Maria da Feira (1). Tendo em conta a definição de excursionista apresentada, anteriormente, os 22 inquiridos de Coimbra, que se consideraram “Visitantes” no questionário, englobei-os na categoria de excursionistas, mas diferentemente dos restantes, pernoitam em Coimbra, onde o mosteiro se localiza. Ao visitar o mosteiro, os excursionistas praticam atividades lúdicas, isto é, lazer e não turismo, pois devemos atentar na distinção entre turista e excursionista. Se bem que turismo seja, também, uma forma de

lazer. Artur Côrte-Real (2001, p.7) diz que a população que vivia, em Coimbra, habituada a uma vivência marginal em que a fratura marcante provocada pelo rio Mondego dividia a cidade de Coimbra em espaço de nobreza (margem direita) e espaço de pobreza (margem esquerda), encontrava, nas velhas ruínas do mosteiro, o local de eleição para as brincadeiras das crianças e o lazer dos mais velhos. Hoje em dia, com o mosteiro recuperado, o mesmo continua a acontecer, contudo, a grande maioria destes inquiridos são adultos. Cada vez mais, o fenómeno, dos passeios e excursões dos fins-de-semana, domingos e feriados, é uma das manifestações desta variante de viagem lúdica (Andrade, 1993, p.61). Ana Luísa Loureiro (2009, p.106), na sua Dissertação de Mestrado intitulada *Posicionamento estratégico da cidade de Coimbra face a potenciais concorrentes*, verificou que, em Coimbra, ao nível de dormidas e hóspedes, em estabelecimentos hoteleiros, segundo o país de residência, existe uma predominância de visitantes nacionais. Carina Gisela Sousa Gomes (2013, p.74) refere que, em Coimbra, os residentes locais e os utilizadores pendulares constituem, também, grupos significativos de usuários das atrações e das infraestruturas das cidades que, em regra, não foram desenvolvidas ou construídas originalmente para fins turísticos. Tal facto acontece na visitação ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Referindo-me, novamente, aos excursionistas com origem geográfica, em Coimbra, Norberto Santos (2014, p.453), menciona um grupo genérico que corresponde a todas as pessoas que têm na viagem, mais do que no destino, a sua principal motivação. Não quer isto dizer que não aproveitem os produtos turísticos associados aos destinos, mas não os procuram de forma deliberada, apenas os aproveitam como fazendo parte da experiência da viagem.

II – Comunicação Externa

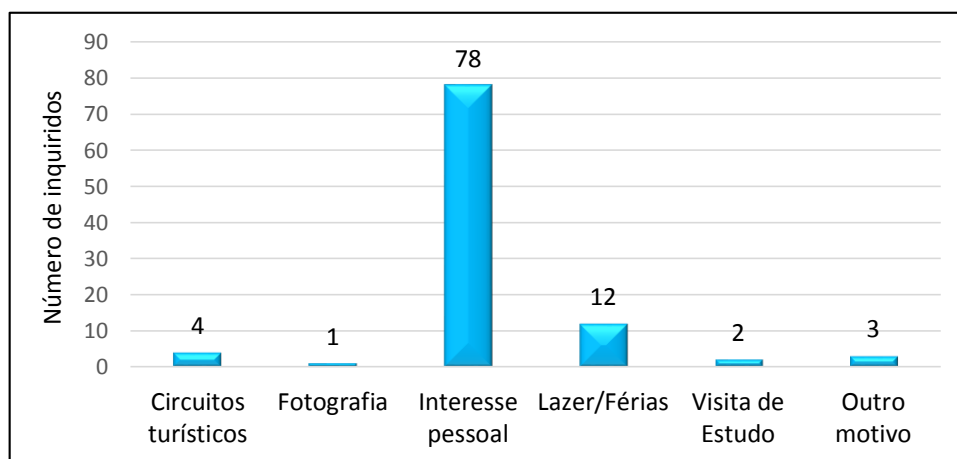
Gráfico 5 - Como teve conhecimento do mosteiro?



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 5, constata-se que 40% dos inquiridos tiveram conhecimento do mosteiro, a partir de outras pessoas, talvez, amigos e familiares que vivem na área de localização do mesmo ou que já o visitaram e partilharam a mensagem, 23% dos inquiridos sabem da existência do mosteiro, por outros meios, sem ser os mencionados como opção de resposta, a saber: “escola”, “livros”, “vivo perto do local”, “família”, “vivo na área geográfica”, “residente em Coimbra”, “Google Maps”, “Internet”, “faculdade”, “local”, “Por estudo e acompanhamento do projecto”, “Por viver na área geográfica do mesmo”, “Por ser vizinha dele”, “Cenologia”, “Desde sempre”, “Com vários grupos”, “Origem geográfica/vive por aqui”, “Sou da residência”, “Vivo aqui”, “Indicação Hotel”, “Guia de Turismo”, “Licenciatura na FLUC”, “Observação”, “Residente em Coimbra”, “Vivo em Coimbra”, “Visita quando submerso”, “Vivo em Coimbra”. Depois, 10% dos inquiridos tiveram conhecimento do mosteiro, através da imprensa, 9% *Blogue/Site do Mosteiro*, 5% Cartazes/Panfletos, 5% a partir das Redes Sociais, 4% TV/Rádio e outros 4% Posto de Turismo. Quanto ao processo de procura de informação, Ana Luísa Loureiro (2009, p.165), na sua Dissertação de Mestrado, concluiu que, relativamente, às fontes de informação utilizadas antes da visita, as mais utilizadas pelos visitantes foram a opinião de família ou amigos e a internet.

Gráfico 6 - Qual o principal motivo da sua visita?



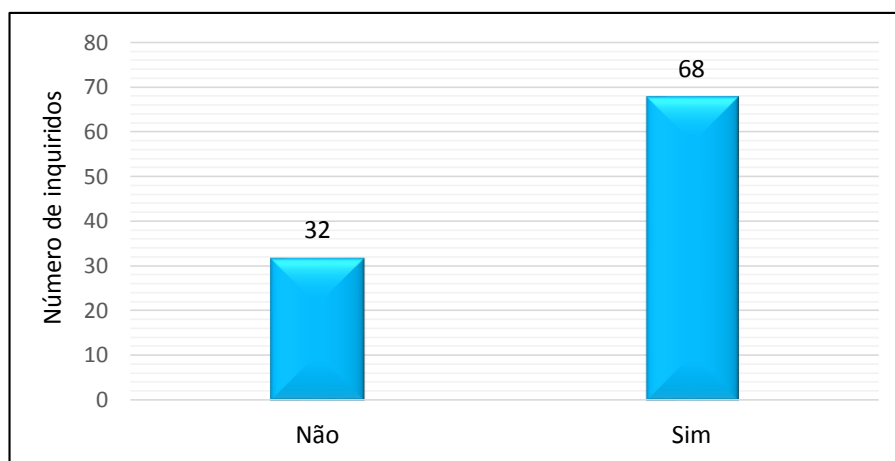
Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 6, verifica-se que 78% dos inquiridos têm como principal motivo, na sua visita ao mosteiro, interesse pessoal, esta resposta é muito ampla e algo indefinida, pois não especifica bem qual a razão daqueles terem dedicado o seu tempo e dinheiro à visita de um mosteiro. Seguem-se os 12% que responderam Lazer/Férias, 4% os que justificaram a sua visita por estar integrada num circuito ou roteiro organizado, 3% os que apresentaram outros motivos como: “Dar a conhecer a amigos”, “Música” e “Mostrar a amigos”, 2% visitaram o mosteiro no desenrolar de uma visita de estudo e, só, 1% o fez pela Fotografia. Ninguém justificou a sua visita com as opções “Investigação”

e “Exposições”. Diversos autores sugerem que os turistas urbanos têm diferentes tipos de motivações, verifica-se que algumas das motivações mais referidas, neste contexto, são visita a amigos e/ou familiares e visitas a atrações histórico-culturais (Loureiro, 2009, p.69). O turismo cultural pode, obviamente, ser pensado como uma actividade de lazer e prazer (Dias, 2010, p.24). De acordo com Carina Gisela Sousa Gomes (2013, p.171), as motivações que justificaram as visitas dos seus inquiridos às cidades de Braga, Coimbra, Salamanca e Santiago de Compostela foram: estada para férias ou motivos de lazer. Para além do escapismo, as viagens associadas aos lazeres integram propósitos sociais e simbólicos, onde se inscrevem a identidade e pertença sociais por partilha de lugares com grupos e pessoas específicas, a criação de portefólios de viagens como elemento de reconhecimento social, a vontade de contatar e conhecer outras culturas e realidades humanas e naturais, através de novas experiências e formas de participação inusitadas no quotidiano (Santos, 2014, p.456). O mercado crescente de férias curtas decorre da tendência para a repartição das férias em vários períodos ao longo do ano (alguns com apenas 3 ou 4 dias), atitude que tem ganho particular aceitação na Europa junto dos grupos de mais elevados rendimentos. Grande parte deste mercado centra-se no turismo urbano e cultural, sendo a distância da viagem e as facilidades de transporte componentes decisivas na escolha (Simões, 1993, p.73).

III – Perceções e representações

Gráfico 7 - É a primeira vez que visita este mosteiro?

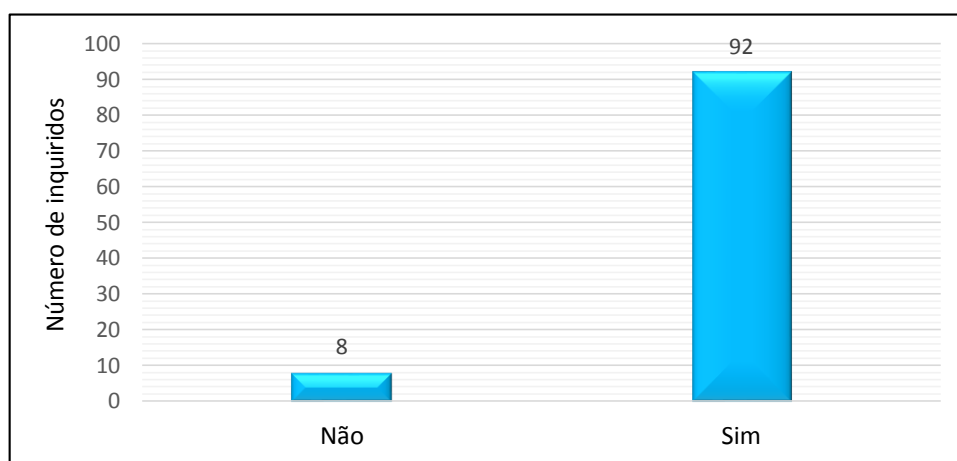


Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 7, conclui-se que mais de metade dos inquiridos, 68%, que visitaram o mosteiro nos dias 7, 14 e 21 de dezembro, fizeram-no pela primeira vez. Mas, 32% já o fez outras vezes, quantas não sabemos, porém, é interessante saber que um número relevante de pessoas já visitaram este mosteiro, mais do que uma vez, o que significa que aquele espaço desperta nelas boas

energias fazendo com que elas regressem. Esta questão pode, também, ser explicada pelo facto de todos os excursionistas (38) viverem, em Portugal, e mais de metade (22) viver, em Coimbra, o que lhes permite visitar o mosteiro com mais facilidade em relação aos restantes visitantes, quer estrangeiros, quer aqueles que não têm como origem geográfica Coimbra, devido a vários fatores, como por exemplo, a proximidade geográfica com o monumento. Contrariamente, a estas conclusões, Ana Luísa Loureiro (2009, p.165) verificou que a cidade de Coimbra é a única, entre os destinos que analisou, em que o número de visitantes que já a tinham visitado, anteriormente, ultrapassa o número dos que nunca a tinham visitado. Esta questão pode ser justificada pelo facto de existir um maior número de visitantes nacionais nesta cidade e pela localização central no território nacional da cidade de Coimbra, tornando-a, muitas vezes, um destino de passagem.

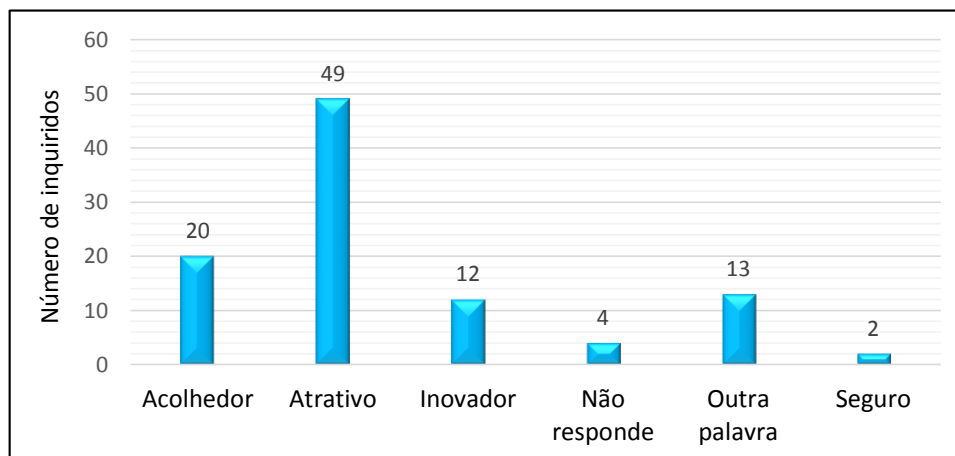
Gráfico 8 - Acha que o mosteiro está bem conservado?



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 8, nota-se que a maioria, dos inquiridos, 92%, acha que o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha está bem conservado, aliás nas questões abertas do inquérito que analisaremos mais à frente, veremos que 7% dos inquiridos revelam que o mais gostaram, nesta visita, foi a conservação do monumento. Contudo, outros gostos acabaram por elevar-se, em relação, à conservação. Apenas 8% dos inquiridos acham que o mosteiro não está bem conservado, talvez, porque pensem que o monumento está danificado (reflexo do passar do tempo).

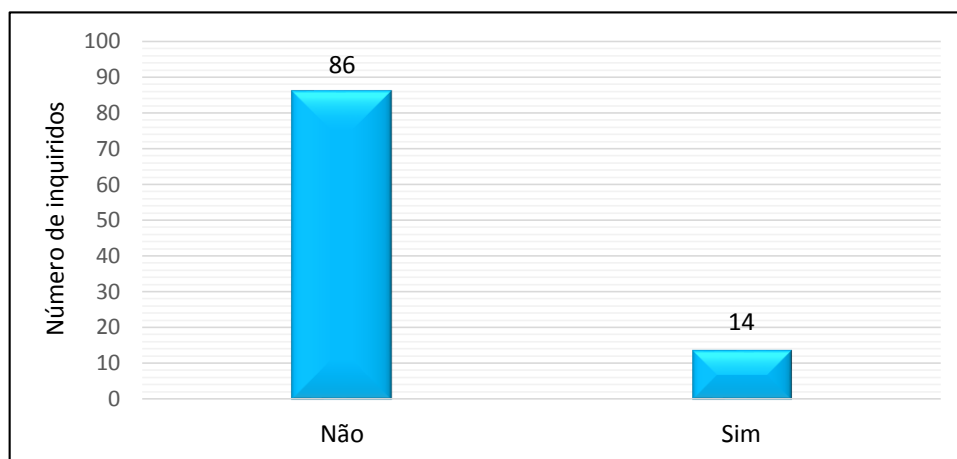
Gráfico 9 - Qual a melhor palavra para definir este espaço?



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 9, constata-se que 49% dos inquiridos escolheram a palavra atrativo para definir o espaço que engloba o Centro Interpretativo do mosteiro e o próprio, 20% acham-no acolhedor, 13% preferem defini-lo com uma outra palavra, sem ser as apresentadas no questionário, a saber: “Histórico”, “Lindo”, “Interessante”, “Surpreendente”, “Interesse histórico e sociopolítico”, “Intensidade histórica”, e “Historia”, 12% consideram-no inovador, talvez, devido à existência do Centro Interpretativo que contém exposições e filmes sobre a construção e a história do mosteiro, 4% não respondem e, só, 2% acham-no seguro. Estes 2% estão em sintonia com algumas respostas às seguintes questões abertas: “O que menos gostou nesta visita?” e “O que é preciso melhorar?”, nas quais, os inquiridos reclamam segurança, principalmente, no interior do mosteiro. Os destinos turísticos possuem uma imagem, porque a decisão dos turistas é determinada não só pelo potencial desempenho do destino, mas também, pela percepção da sua personalidade ou imagem que é constituída pelas impressões visuais ou mentais formadas por uma série de atributos que definem o destino nas suas várias dimensões e exercem uma forte influência no comportamento do consumidor turístico (Beerli, 2003, citado por Cunha, 2008, p.28). A formação de uma imagem, como representação individual sobre uma cidade, pode ocorrer de diversas formas: através da influência de livros, filmes, postais, músicas, conversas, páginas eletrônicas, para além da efetiva visita ao lugar, que não tem, necessariamente, que ocorrer. Todavia, essa imagem individual é, também, construída por referência aos elementos da cidade que são publicitados por atores específicos, direta ou indiretamente ligados à promoção turística. (Gomes, 2008, p.60).

Gráfico 10 - Este é o único monumento que visitará na cidade de Coimbra?

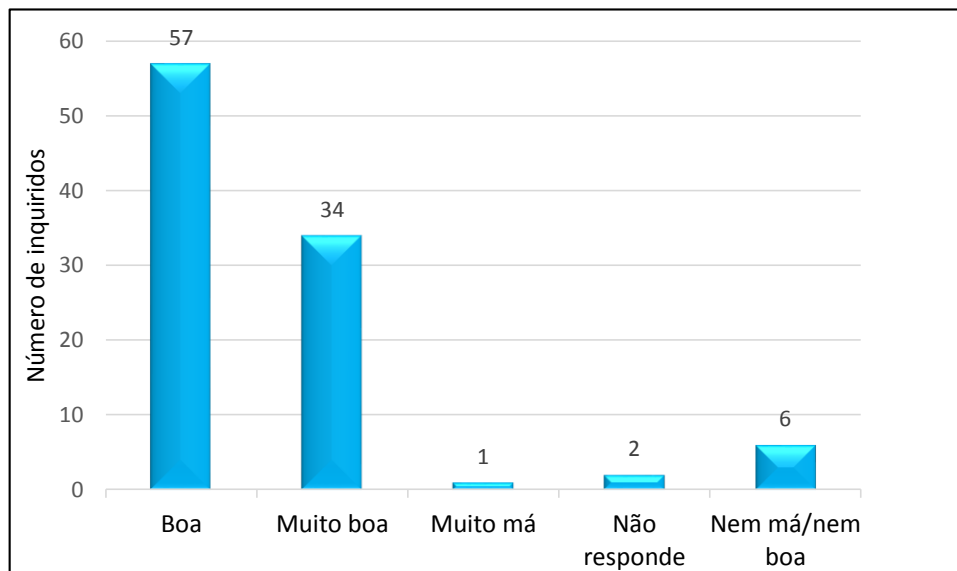


Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 10, conclui-se que 86% dos inquiridos visitarão outros monumentos na cidade de Coimbra. Ora, quando os questiono, então, que outros monumentos visitarão, estes respondem: “Universidade de Coimbra” (31,7%), “Sé Velha” (10,6%), “Igreja de Santa Cruz” (9,9%), “Mosteiro de Santa Clara-a-Nova” (9,3%), “Museu Machado de Castro” (9,3%), “Quinta das Lagrimas” (6,8%), “Portugal dos Pequenitos” (6,2%), “Penedo da Saudade” (4,3%), “Sé Nova” (2,5%), “Igrejas” ? (1,2%), “Jardim Botânico” (0,6%), “Arco de Almedina” (0,6%), “Baixa” (0,6%), “Conímbriga” (0,6%), “Museu da Ciência” (0,6%), “Igreja da Trindade” (0,6%), “Chiado” ? (0,6%), “Catedral” ? (0,6%), “Biblioteca” ? (0,6%) e “Sé” ? (2,8%). Evidente polarização da Universidade nas escolhas dos visitantes do mosteiro. Devo explicar que, as palavras, que se encontram acompanhadas por pontos de interrogação, foram indicadas por alguns inquiridos, mas não consigo perceber a que monumentos se referem. É, igualmente, interessante ver que logo a seguir à Universidade e à Igreja de Santa Cruz, os inquiridos visitarão o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, certamente, de forma, a dar seguimento à história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, assim como, à história da Rainha Santa Isabel. Um facto curioso é que, a grande maioria dos monumentos mencionados, pelos inquiridos, encontram-se na margem direita do rio Mondego, e tal situação tem a sua razão de ser, pois a margem esquerda é, muitas vezes, esquecida no que se refere à divulgação das atividades lúdicas e turísticas da cidade de Coimbra. Apenas 14% dos inquiridos referiram que não visitarão mais nenhum monumento, em Coimbra, a não ser o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, talvez, devido, ao facto de só este monumento lhes provocar interesse, escassez de tempo ou por causa de provirem de cidades distantes como Aveiro (6), Pombal (2), Lisboa (1), Paços de Ferreira (1) e Viseu (1), pois só 2 são de Coimbra e 1 não responde. O *Guia Expresso*, o *Guia American Express* e o *Guia de Portugal* da Fundação Calouste Gulbenkian possuem traços comuns, mas, há também, algumas discrepâncias, visto que, se alguns se concentram no centro de Coimbra para a sua descrição,

outros apresentam uma visão de conjunto mais alargada, referindo-se ao outro lado do rio Mondego, muitas vezes menosprezado nas atividades turísticas da cidade (Gomes, 2008, p.66). A imagem da *cidade universitária* é a mais, frequentemente, usada pelos operadores na promoção turística de Coimbra. Não se trata de uma cidade com uma infraestrutura educativa comum a inúmeras outras cidades, mas sim de uma ilustre *cidade universitária*. Interessante é, também, a referência ao facto de a universidade estar ainda em funcionamento, apesar de velha. Trata-se, aqui, de invocar uma imagem de património vivo que permite aos turistas apreciar o conjunto edificado da universidade, não como se de um museu se tratasse, mas como um monumento vivo pelo serviço educativo que está, ainda, em uso e, que aponta, por sua vez, para a *cidade dos estudantes* (Gomes, 2008, p.70). Carina Gisela Sousa Gomes (2013, p.171), na sua Tese de Doutoramento, quando perguntou aos seus inquiridos quais os locais e os monumentos que já tinham visitado ou, ainda, tinham intenção de visitar, estes responderam: a Universidade (66,5%), a Sé Velha (53,6%), a Igreja de Santa Cruz (40,5%), o Arco de Almedina (40,5%), e o Portugal dos Pequenitos (23,4%). A partir desta tese e em sintonia com as respostas dos inquiridos que visitaram o mosteiro, mais uma vez, se reforça a importância de monumentos como a Universidade, a Sé Velha e a Igreja de Santa Cruz, em Coimbra. Ana Luísa Loureiro (2009, p.165), na sua Dissertação de Mestrado, averiguou que, relativamente, aos locais mais visitados pelos seus inquiridos, constava a “Universidade, o centro histórico, Sé Velha, Jardim Botânico e Sé Nova”. É de realçar que todos estes estão localizados numa área geográfica da cidade bastante circunscrita, que se pode caracterizar como o grande polo de atração turística da cidade. Chegando à conclusão que a Universidade de Coimbra é o monumento mais conhecido e visitado pelos turistas, é evidente a necessidade de uma valorização deste património e a sua articulação numa ótica de exploração turística. Um roteiro de visita turística da Universidade poderá corporizar esta necessidade de acrescer a oferta cultural da cidade e reter o turista por um período de tempo mais alargado do que, presentemente, acontece. Em termos locativos este roteiro poderá constituir, também, uma forma de alargar, espacialmente, a visita turística tradicional, que se estabelece, atualmente, com maior intensidade entre a acrópole (Paço das Escolas) e a Baixa, a áreas como as polarizadas pela Rua da Sofia e Santa Clara (Visão Para o Centro Histórico, In *Coimbra Rio | Área de Reabilitação Urbana. Volume A – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana*, 2012, p.42).

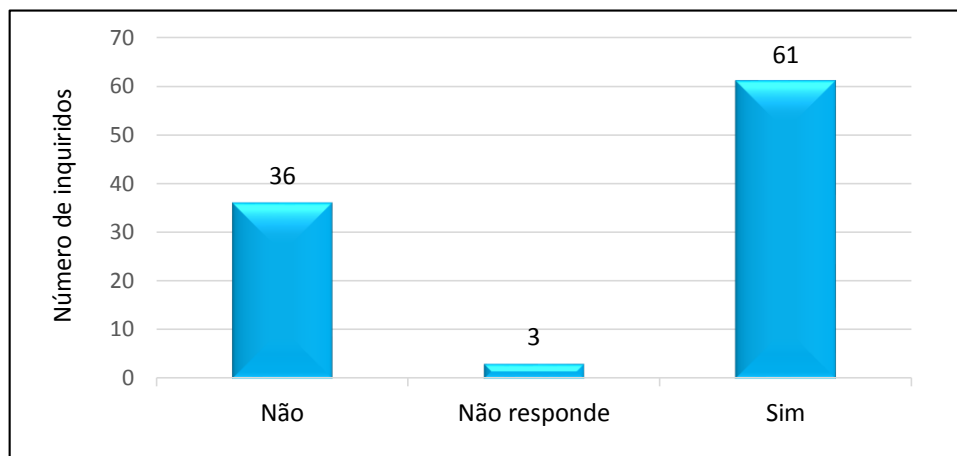
Gráfico 11 - Qual a sua opinião quanto à competência dos recursos humanos deste espaço?



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 11, conclui-se que mais de metade dos inquiridos, 57%, consideram a competência dos recursos humanos do Centro Interpretativo anexo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, boa, 34% consideram-na muito boa, 6% nem má/nem boa e apenas 1% muito má, sendo que 2 inquiridos não responderam a esta questão. Tendo em conta o panorama geral, podemos concluir que, quanto à competência dos recursos humanos daquele espaço, ela é muito evidente e reconhecida pelos seus visitantes, pois 91% partilham esta opinião. A corroborar esta ideia, estão os 3% de inquiridos que responderam, nas questões abertas, que o que mais gostaram, na visita, foi a ordem, o empenho, a competência e simpatia dos recursos humanos. Para além disso, o *Relatório de Atividades – 2012 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha* (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.5), evidencia, entre os pontos fortes do Sítio “o reconhecimento público, oficial, institucional, nacional e internacional da qualidade do serviço prestado na receção de visitantes, conteúdos museológicos e acolhimento de eventos culturais”.

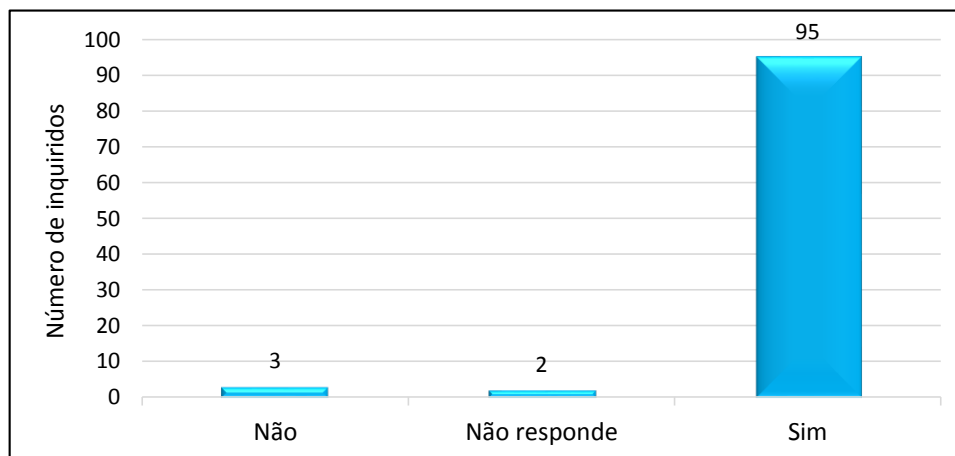
Gráfico 12 - Usará as novas TIC para divulgar este mosteiro?



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 12, verifica-se que mais de metade dos inquiridos, 61%, usarão as novas tecnologias de informação e comunicação para divulgar o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e 36% não o farão, sendo que apenas 3% não responderam a esta questão. Quando lhes pergunto, se sim, então que tecnologias utilizarão, os inquiridos respondem: “Facebook” (31,9%), “Smatphone” (19,4%), “Blogue” (13,9%), “Instagram” (9,7%), “TripAdvisor” (4,2%), “Twitter” (4,2%), “JTT” (4,2%), “WhatsApp” (2,8%), “Redes Sociais” (2,8%), Internet” (2,8%), “Apps no telefone” (1,4%), “G-mail” (1,4%) e “Hotmail” (1,4%), ou seja, tratam-se de TIC muito diversificadas e se, realmente, o mosteiro for partilhado por todas estas estruturas informáticas, chegará ao conhecimento de muita gente. Salientar apenas, que alguns inquiridos fazem referência à Internet e às Redes Sociais, mas não especificam. Não esqueçamos que, 14% dos inquiridos referiram que tiveram conhecimento do mosteiro pelo *Site/Blogue* do mosteiro (5%) e pelas Redes Sociais (9%), ora se pudermos aumentar esta percentagem, tanto melhor para o monumento, em questão. O turismo e as atividades, que daí decorrem, são um dos meios, hoje, mais poderosos de criação e difusão das imagens e narrativas urbanas (Gomes, 2008, p.63).

Gráfico 13 - Recomendaria a visita a este mosteiro?



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos por questionário feitos aos visitantes, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nos dias 7, 14 e 21 de Dezembro (2014).

Observando o gráfico 13, apura-se que quase 100% dos inquiridos recomendariam a visita ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, pois apenas 3% disseram que não e 2% não responderam. Tal facto deve servir de orgulho e vaidade para todos aqueles que contribuíram para a sua recuperação, para todos aqueles que escreveram e escrevem sobre este mosteiro e para todos os seus funcionários. Na prática, ao recomendar a visita a este mosteiro, os seus visitantes demonstram agrado pelo que viram (embora, também, sejam críticos em relação a alguns aspetos, como poderemos ver na análise das questões abertas) e, implicitamente, fazem com que a história deste monumento se espalhe, cada vez mais, assim como, ocorra um aumento da cultura.

8. O que mais gostou nesta visita?

8.1 Porquê?

As respostas dos inquiridos a estas questões:

- 13% afirmaram **a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha**, “É o que tenho mais interesse nas visitas a monumentos históricos.”, “remete-se a uma parte histórica da cidade”, “como estudante de arquitetura me interessa muito”, “Achei interessante”, “Faz parte da história de Coimbra.”, “Bom projeto arquitectónico”, “Inseri-me na vida comum da época”, “Porque tinha muito pouca informação sobre o Mosteiro”, “Aprender c/ os apontamentos e ver como eram as condições para fazer/construir o edifício.”, “Interesse Pessoal”, “Porque foi bem demonstrado e clarificado” e “Revela a importância do local”. No Turismo existem fatores explicativos que determinam a sua procura, quanto ao turismo cultural, a principal motivação é a combinação de ambiente, cultura local e história. As pessoas querem aprender algo durante a visita, especialmente, sobre o carácter único do lugar que estão a visitar (Choy, citado por Dias, 2010, p.24). Na Dissertação de Mestrado, *Posicionamento estratégico da cidade de Coimbra face a potenciais concorrentes*, Ana Luísa

Loureiro concluiu, também, que no que diz respeito aos aspetos mais positivos, de Coimbra, perçecionados pelos seus visitantes, foram identificados elementos como a história, beleza e monumentos da cidade.

- 10% disseram **o mosteiro em si**, “Valor Histórico”, “Porque é bonito”, “Faz-me regredir até ao passado histórico.”, “Para conhecimento da vida vivida em clausura”, “Está muito bem pensado”, “Liberdade e descontração na visita.”, “Bom documento que nos transporta pelo tempo, pela história”, “Pela informação. Espaço de cultura” e “Valor Historico”; 10% declararam que **gostaram de tudo**, “Fiquei com vontade de conhecer mais”, “Gosto bastante de História”, “Espaço envolvente é muito agradável”, “Pela conservação e Arquitetura” e “Associa o interesse histórico ao lazer”.

- 8% referiram **as ruínas**, “Porque nos remete a tempos passados”, “Estan bien conservadas”, “As peças foram bem recuperadas tal como o Mosteiro.”, “Bom exemplo de recuperação e divulgação do Património”, “Um espaço com História” e “Curiosidade”. A viagem abarca um leque de motivações situadas entre o desejo de mero prazer característico da esfera do lazer e a procura de significado e autenticidade (Cohen, 1979, citado por Andrade, 1993, p.67). A busca de autenticidade está relacionada com o passado, pois nele projetamos um valor imaginário de tudo quanto o nosso presente deixou de poder oferecer. Na presença da ruína, que parece assegurar segurança e estabilidade, tornamo-nos, nós como os turistas, cúmplices da natureza na sua luta contra a cultura material e tecnológica dos homens que, simbolicamente, ali jaz derrotada (Fortuna & Ferreira, 1996, p.8). A busca da autenticidade é, apenas, uma das fórmulas que alimentam o turismo urbano e cultural, apresentando-se com uma importância acrescida no caso de Coimbra (Gomes, 2008, p.58).

- 7% mencionaram **a conservação do mosteiro**, “remete-se a uma parte histórica da cidade”, “Bom exemplo de recuperação e divulgação do Património”, “C/ Poucos suportes, ...” (não dá para perceber o que está escrito, por isso, usei reticências) e “Está bem preservado e explicado”. Na passagem da modernidade para a pós-modernidade, o fator estético tornou-se essencial na apreciação turística, justamente, porque a cultura prevalecente promoveu o *olhar turístico* à condição de critério soberano de apreciação. Para salvar o passado, respeitar o presente e assegurar o futuro é necessário uma política capaz de manter e preservar o nosso património histórico e monumental (Fortuna & Ferreira, 1996, p.9).

- 5% preferiram **a exposição**, “como estudante de arquitetura me interessa muito”, “As peças foram bem recuperadas tal como o Mosteiro.”, “Pelo conhecimento obtido.”, “Perceção do quotidiano da época” e “Pela informação. Espaço de cultura”. No Centro Interpretativo, do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, esta exposição contém utensílios, usados pelas monjas clarissas, encontrados nas escavações arqueológicas realizadas entre 1995 e 2000; 5% indicaram **o espaço livre**, “Bom projeto arquitectónico”, “Porque torna o espaço aconchegante” e “Bem conservado”. O principal atributo da viagem cultural é a busca de informação e de saber, mas também, a diversão pura e simples (Andrade,

1993, p.63); 5% afirmaram **a arquitetura**, “São os nossos antepassados e a riqueza que nos deixaram.”, “Bom exemplo de recuperação e divulgação do Património”, “Pelo conhecimento obtido.”, “Impressiona pela riqueza de detalhes” e “Respeita e melhora o edificado pré-existente”. A partir de 1980, as cidades históricas e monumentais tornaram-se uma das principais atrações turísticas, tanto pela importância crescente de uma cultura visual em expansão, como pela relevância dos elementos históricos das cidades. Deste modo, a sua arquitetura histórico-monumental converteu-se no elemento por excelência da identidade local e, também, no recurso que mais interesse e curiosidade vem suscitando entre os turistas (Fortuna & Ferreira, 1996, citados por Gomes, 2013, p.102). Por sua vez, Carlos Fortuna (1999, citado por Gomes, 2013, p.74) refere-se à “forte incidência de fatores arquitetónicos, histórico-arqueológicos e monumentais como elementos distintivos do turismo que se desenrola em contextos urbano”.

- 4% disseram **o sossego**, “Tranquilidade”.

- 3% referiram **o filme**, mas não especificam qual, pois durante a visita, são visualizados dois filmes: o primeiro respeitante à construção do mosteiro e o segundo relativo à vida da Rainha Santa Isabel, bem como, ao quotidiano das monjas no mosteiro, “Achei interessante”, “Pela informação. Espaço de cultura”; 3% mencionaram **a paisagem**, “Faz parte da história de Coimbra.” “Correr à vontade.”, “Linda”. No Centro Interpretativo, o café tem uma vista privilegiada para a Alta Universitária, assim como, para o mosteiro. A observação da paisagem é de grande importância nos estudos de Geografia do Turismo. A paisagem em si é um notável recurso turístico. Tendo em vista que o turista busca na viagem a mudança de ambiente, o rompimento com o quotidiano, a realização pessoal, a concretização de fantasias, a aventura, quanto mais exótica for a paisagem, mais atrativa será para o turista (Rodrigues, s.d., s.p.). A paisagem constitui a primeira exigência do contato do turista com o lugar visitado e, portanto, ela está no centro da atratividade (Cruz, 2002, citado por Marujo & Santos, 2012, p.40). Por isso, a paisagem é um dos motores fundamentais do turismo, ou seja, é considerada um produto turístico, que atrai o consumidor e é, ao mesmo tempo, criada e recriada, sucessivamente, por ele (Meneses, 2002, citado por Marujo & Santos, 2012, p.40); 3% preferiram **a reabilitação do mosteiro**, “Maiores acessibilidades.”, “...” (não dá para perceber o que está escrito, por isso, usei reticências); 3% indicaram **a ordem, empenho, competência e simpatia dos recursos humanos**, “Porque tudo é harmonioso e bem estruturado.”, “Revela a importância do local”.

- 2% afirmaram **o claustro**, “Pela beleza.”, “Transporta-nos para outra época”; 2% disseram **o património histórico**, referindo-se ao mosteiro e ao espólio, “Pelo Valor Cultural”, “Há muitos exemplos de incúria noutros casos”; 2% referiram **o filme sobre a Rainha Santa Isabel e o quotidiano das monjas no mosteiro**, “Pelo conhecimento obtido.”, “Retrata bem o tipo de vida das freiras, na idade-média”; 2% mencionaram **a Cafeteria**, “Tranquilidade.” Concessionada à Quinta

das Lágrimas, esta concessão representa qualidade e oferta para os visitantes e constitui uma mais-valia, convertendo o Centro Interpretativo em local de deslocação habitual, através da fidelização de clientes que, desta forma, mais, facilmente, tomam conhecimento e se podem tornar frequentadores da programação cultural (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2013, p.12). Com uma visita ao Centro Interpretativo, depois uma ida à igreja e ruínas do Mosteiro, culminando a visita com as *clarissinhas de Coimbra*, doces originários, de Santa Clara, cuja receita foi elaborada pelo *chef* Albano, com base em estudos provenientes da investigação paleoecológica e gastronomia local (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.15).

- 1% preferiu a **clareza da explicação da vida no mosteiro**, “Fez com que a visita fosse mais interessante e marcante”; 1% indicou **as peças de arte e utensílios**; 1% reconheceu **o bom trabalho arqueológico desenvolvido**; 1% afirmou **o mosteiro e novos equipamentos bem enquadrados**, “Enquadramento da solução e ambiente acolhedor”; 1% disse **o rigor científico, mas com linguagem simples**; 1% referiu que foi **o passeio** por si só; 1% mencionou **a história da Rainha Santa Isabel**, “Achei legal”.

Dos 100 inquiridos, 6 não responderam à primeira questão e 25 à segunda (justificação da primeira).

9. O que menos gostou nesta visita?

9.1 Porquê?

As respostas dos inquiridos a estas questões:

- 26% disseram que **gostaram de tudo**, “Acho que por enquanto as visitas a este local têm boa organização e manutenção.”, “Porque me transporta aos tempos de outrora”, “Chefias competentes; funcionários irrepreensíveis...”.

- 3% declararam **a falta de sinalética**, “Percurso poucos assinalados”. Norberto Santos (2014, p.466), no capítulo Turismo e Cidades: Conhecer o Turista para Valorizar a Oferta do Turismo Cultural Urbano, refere que a degradação dos edifícios históricos, a sinalética e a limpeza são os aspetos negativos a dar especial atenção para melhorar a qualidade do destino Coimbra. De facto, é fácil a uma qualquer pessoa, que não seja de Coimbra, perder-se na falta ou intermitência das informações constantes ao longo do espaço público e mesmo nos produtos turísticos, onde muitas vezes as explicações, sobre o que se visualiza, visita ou experiência, são escassas ou deficientes; 3% mencionaram **o filme sobre a construção do mosteiro**, “Desinteressante, Sala fria.”, “Desinteressante”, “Pouco interessante e Sala fria”.

- 2% referiram **o tempo frio**; 2% indicaram **a degradação dos edifícios em redor do mosteiro**, “Acho pouco digno face à grandiosidade do monumento.”, “Demasiado degradados”.

- 1% afirmou **o pouco acompanhamento dos guias**. Esta opinião está relacionada com o facto do mosteiro promover visitas guiadas, apenas, para grupos no mínimo com 10 pessoas, estando este tipo de visitas sujeitas a marcação prévia (Turismo de Coimbra, *Web site*, em <http://turismodecoimbra.pt/company/mosteiro-de-santa-clara-a-velha/>); 1% disse **o interior do mosteiro**, “Sinto como se fosse só ruínas sem história”; 1% indicou **o não funcionamento do espaço 3D** (refere-se ao filme sobre a construção do mosteiro); 1% afirmou **os claustros**, “Porque não podemos entrar lá dentro.” Não se pode entrar no claustro, porque este encontra-se, bastante, degradado e, por isso, é impedida a entrada dos visitantes, contudo, este é bem visível do local onde pode ser observável (Anexo VIII – p.132); 1% disse **a falta de interação durante a visita**, “Pouca dinâmica de visita”. Realmente, há pouca ou nenhuma interação e um dos factos, que mais contribui para esta situação, é a falta de acompanhamento dos visitantes por guias; 1% declarou o facto de **ter visto poucos visitantes no mosteiro**, “Poucos visitantes”; 1% desabafou “ter pago bilhete para ver exposição temporária e não o ter conseguido”, pois “não encontrei o acesso correto ao piso superior não havia ninguém para esclarecer/ajudar a encontrar a entrada não proibida à escada!” Mais uma vez, se reforça o papel crucial dos guias durante a visita; 1% mencionou **a falta de dinheiro para restaurar o mosteiro**, “Falta de verba”, acabando por não justificar bem a sua resposta quanto ao que menos gostou; 1% indicou **a entrada ser paga**, “A entrada não ser gratuita”. No Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, a entrada é gratuita, apenas, no primeiro domingo de cada mês, pois o edifício anexo aquele monumento, que engloba todo o espaço de visita, é um Centro Interpretativo e não um Museu, onde, habitualmente, a entrada é gratuita todos os domingos; 1% afirmou **a loja**, “Não tem nada de interessante”. Discordo, a loja tem uma grande variedade de produtos, dos quais destaco, artigos de papelaria e brindes, vestuário, acessórios, *t-shirts*, peças de ourivesaria e joalharia, havendo, ainda, em regime de consignação, livros de temáticas afins ao mosteiro, direccionados para adultos e crianças; 1% disse **o horário da visita**, “Fechamento muito cedo”. De maio a setembro, o mosteiro abre às 10h e fecha às 19h, já de outubro a abril, abre às 10h e fecha às 17h (Turismo de Coimbra, *Web site*, em <http://turismodecoimbra.pt/company/mosteiro-de-santa-clara-a-velha/>); 1% declarou **a falta de segurança**, “um pouco perigo para crianças”. Concordo, sobretudo, o interior do mosteiro tem pouquíssima segurança, pois o chão do 1.º piso é composto por estruturas de madeira rodeadas por uma estrutura metálica que não é vedada o suficiente (Anexo VIII – p.132); 1% mencionou **a falta de descrição de como foram feitas as escavações**. As placas existentes só indicam a data das escavações arqueológicas (1995-2000), bem como, os utensílios encontrados mas, realmente, não referem como foram feitas, o que seria bastante curioso.

Dos 100 inquiridos, 50 não responderam à primeira questão e 30 à segunda (justificação da primeira).

10. O que é preciso melhorar?

As respostas dos inquiridos a esta questão foram:

- 14% disseram que **não é preciso melhorar nada.**

- 4% mencionaram **a falta de acompanhamentos dos visitantes.**

- 3% referiram **a necessidade de música ambiente.** Talvez, como forma de envolver mais os visitantes na história do mosteiro; 3% afirmaram **mais segurança.**

- 2% declararam **mais conteúdo nas ruínas.** Estes inquiridos reivindicam um maior número de placas com informação no interior do monumento; 2% indicaram **o claustro.** O claustro encontra-se, profundamente, degradado, realmente, precisa ser melhorado, mas não há muito mais a fazer, são sinais da *velhice do monumento* (Anexo VIII – p.132).

- 1% afirmou que **não sabe o que se deve melhorar;** 1% disse que **é preciso melhorar os Vídeos 3D** (refere-se ao filme sobre a construção do mosteiro); 1% mencionou que se devia **melhorar o património exposto,** mas não diz em quê; 1% referiu permitir **o acesso às áreas em reconstrução/manutenção.** A área a que este inquirido se refere é, provavelmente, o claustro, onde a entrada do visitante é proibida, por aquele se encontrar muito degradado; 1% proclamou que se deviam **aumentar as legendas das placas da exposição.** Sim, na verdade, para quem tenha problemas de visão, é um pouco difícil ler o que está lá escrito; 1% referiu **o bar/restaurante.** Discordo, na minha opinião, o bar/restaurante é um espaço muito agradável e com muito conforto; 1% afirmou que se deviam **restaurar todos os espaços.** Hipoteticamente, este inquirido estará a referir-se a um segundo claustro que se encontra, ainda, por explorar e que está por debaixo da relva existente ao lado do claustro que se encontra a descoberto. A falta de verba é a razão principal para que tal, ainda, não tenha sucedido (Anexo VIII – p.132); 1% sugeriu que se fizesse **um dormitório.** É uma sugestão, espaço há muito; 1% disse que se devia fazer **um Museu anexo ao Mosteiro.** O Centro Interpretativo existente não fica assim tão longe do mosteiro (Anexo VIII – p.132); 1% indicou **a necessidade de linguagem simples.** Discordo, acho até que os textos das placas da exposição e as existentes no interior do monumento são muito claras; 1% mencionou que se devia fazer **publicidade.** Por opção, e também devido à inexistência de uma página *web* própria, a comunicação com o público faz-se por via da rede social *facebook*. A estatística disponível releva uma permanência das atenções em alta, indo os gostos do mosteiro, paulatinamente, aumentando, registando-se, em 2012, 656 novos num universo de 5655 (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.28). Por outro lado, a comunicação social, sobretudo, a local, esteve atenta às iniciativas levadas a efeito no mosteiro, o que se espelhou em várias notícias publicadas, ao longo do ano (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.28). E, ainda, a divulgação, através de *e-mails* para instituições, hotéis, associações e agências de viagem (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2013, p.4); 1% referiu melhorar **o acesso a pessoas com dificuldade móvel.** Sim, no interior do mosteiro esta questão levanta-se, pois não existe nenhuma

espécie de elevador que nos permita aceder ao 1.º piso (só escadas), mas no restante espaço não se verifica. No entanto, devo salientar, alguns progressos do mosteiro na questão de proporcionar aos deficientes visuais um ambiente adaptado às necessidades destes para assim poderem usufruir de uma visita com a maior normalidade possível, tendo sido adquirido equipamento específico para o efeito - edição de um folheto em *braille*. (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 2012, p.2); 1% afirmou que **os edifícios limitados ao complexo**, pois estão em muito mau estado. É verdade, esta é uma melhoria que deverá ser concretizada no futuro, porém, tratam-se de edifícios de domínio privado e, portanto, penso que a questão não seja assim tão fácil de resolver; 1% proclamou **a necessidade de passagem de um filme ou folheto explicativo antes da visita**. Esta é, uma das reclamações, que na minha opinião, faz mais sentido, pois quando iniciamos a visita, ao mosteiro, não nos é fornecido nenhum folheto explicativo sobre a história do monumento e só visualizamos os 2 filmes existentes, no decorrer da mesma (no meio e no fim da visita). Ora, para aqueles visitantes que não conhecem ou conhecem pouco a história do monumento, só no fim da visita é que a ficam perceber na totalidade; 1% pediu melhor **diálogo com outras dinâmicas de turismo**.

Dos 100 inquiridos, 57 não responderam a esta questão. Em síntese, os inquiridos respondem mais às questões fechadas do que às questões abertas, o que, na minha opinião revela alguma preguiça em escrever, pois compreendo que existam inquiridos que gostaram de tudo, mas penso que há sempre algum aspeto a melhorar. Por outro lado, as próprias condições que a direção do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha me proporcionou para a realização destes inquéritos não foram as melhores, uma vez que, estive que estar cá fora a inquirir e o frio que se fazia sentir, talvez, tenha, também, contribuído para que os seus visitantes não se alongassem nas questões que exigiam respostas mais elaboradas.

2.6 Aplicação didática no âmbito das disciplinas de História e Geografia – Visita de estudo

2.6.1 Definição

Na operacionalização de uma aplicação didática, tendo como pano de fundo o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, decidi escolher a visita de estudo, devido aos seguintes aspetos: proximidade da área de residência dos alunos em relação à cidade de Coimbra, promover a interdisciplinaridade, desenvolver nos alunos o gosto e a curiosidade pela História e Geografia local, contactar com o património histórico-cultural, desenvolver nos alunos capacidades de observação e de análise crítica do espaço que os rodeia, aprofundar conteúdos programáticos e motivar para a aquisição de novos.

Como recorda Hélder Oliveira (2012, p.1681) condição essencial para retirar o máximo proveito das visitas de estudo é a noção do seu significado e implicações, pois não há uma noção clara da finalidade pedagógica e didática que tem que estar inerente a esta estratégia e, por isso, muitas vezes, estas são confundidas com meros passeios turísticos. De acordo com António Almeida (1998, p.51), as visitas de estudo, enquanto estratégias pedagógicas, correspondem a qualquer deslocação, efetuada por alunos, ao exterior do recinto escolar, independentemente, da distância considerada, com objetivos educacionais mais amplos aos do mero convívio entre professores e alunos.

2.6.2 Planificação

Para que as visitas de estudo sejam uma realidade, existe a necessidade de percorrer todo um circuito de procedimentos, que envolve o enquadramento curricular, a definição do local da visita, a definição de objetivos, a aprovação institucional e pedagógica, a visita de reconhecimento (verificando a segurança dos locais a visitar, como se procede a visita, entre outros), a logística (transporte, contatos com as instituições responsáveis pelos locais a visitar e autorização dos Encarregados de Educação), a preparação científica e pedagógica do professor, o trabalho de motivação junto dos alunos e a elaboração de recursos e planos didáticos. Segundo Maria Manuela Palha de Abreu (1972, p.155), as visitas de estudo devem ser “aulas práticas, e como tal devem ser concebidas e convenientemente preparadas”. Por conseguinte, ao organizar uma visita de estudo, devemos evitar a todo o custo que ela assuma, aos olhos dos alunos, o caráter de um simples passeio. Contudo, isto não significa que os professores não devam prever períodos de divertimento e de convívio, pois uma *visita pesada* acaba por ter efeitos negativos. Maria Cândida Proença (1989, citada por Alves, p.26) diz que as visitas de estudo podem corresponder a três tipos diferenciados: visita guiada ou dirigida – por professores ou guias – no qual é valorizada, essencialmente, a transmissão de conhecimentos; visita livre ou de descoberta, em que os alunos apetrechados de um roteiro, guião ou fichas de trabalho vão visitar os locais indicados pelos professores; e, visita mista, no qual a

primeira parte é orientada pelo professor e, em seguida, os alunos vão completar a visita com auxílio de um roteiro ou de outro material de orientação.

Na preparação das visitas de estudo, o primeiro momento será a definição dos objetivos. Constantemente, as visitas são utilizadas como formas de motivar e sensibilizar os alunos para a abordagem de um tema. Mas, podem ter, também, como função concretizar e aplicar conhecimentos já adquiridos. Ao planificar as visitas, os professores deverão definir os objetivos de caráter geral e específico.

O local a visitar depende dos objetivos que se queiram atingir. Se a visita se enquadra num projeto em que intervêm várias disciplinas, a deslocação deve prever a visita a diferentes locais ou a um local que possibilite leituras diversas. Quanto à data da visita terá de ter em conta a planificação. As marcações deverão ser feitas com antecedência porque, em muitos casos, é necessária a autorização das instituições que tutelam o local a visitar. Por outro lado, há que gerir a saída dos alunos, dado que “podem ser programadas outras visitas, podem ser necessários subsídios e apoios para a sua realização” (Clube dos professores portugueses na Internet, <http://www.netprof.pt/>).

O *dossier*-guia deverá conter as informações básicas: dia e horário da partida e da chegada, percurso e material necessário. O tema deve ser enunciado, podendo ser acompanhado por um ou mais textos. Os objetivos gerais e específicos devem ser registados, aliás, em muitos casos, os professores transcrevem os conteúdos programáticos relacionados com a visita. Deverão ser assinaladas as paragens previstas durante o percurso, bem como, os aspetos que merecem ser observados (Clube dos professores portugueses na Internet, <http://www.netprof.pt/>). Quanto às fichas-guia, devidamente, distribuídas aos alunos, devem chamar a atenção para os aspetos mais relevantes e prever tarefas a cumprir durante a visita, a título de exemplo, descrever um objeto, fazer uma entrevista, tirar fotografias, fazer um desenho, aplicar um inquérito ou fazer uma filmagem. Posteriormente, com estes materiais pode-se fazer uma exposição na escola.

Se possível, os alunos devem ser envolvidos em todas as fases: planificação, organização e avaliação da visita. A sua participação ativa na discussão dos objetivos, assim como, nas tarefas que envolvem toda a organização é condição do sucesso pedagógico. Deste modo, o programa deve ser discutido e elaborado pelos professores e alunos, por exemplo. Estes deverão recolher textos, notícias e informações sobre o local a visitar, selecionar mapas e plantas. (Clube dos professores portugueses na Internet, <http://www.netprof.pt/>).

2.6.3 Realização

A forma, como se realizam as visitas, depende de muitos fatores: do nível etário dos alunos, do local a visitar, dos objetivos que se pretendem atingir. Na sua preparação e organização, os professores terão de definir o tipo de visita, porque a opção tem implicações no material a preparar e

nos produtos a realizar. A visita guiada ou dirigida – por professores ou por guias -, valoriza, sobretudo, a transmissão de conhecimentos. O caráter expositivo remete os alunos para um papel passivo, sendo difícil mantê-los atentos e mobilizados para o que está a ser dito e mostrado. Este tipo de visita é, muitas vezes, utilizada para ilustrar um tema já lecionado. Mesmo assim, do ponto de vista didático, os resultados são pobres, porque não é solicitada a participação dos alunos. Deste modo, a atenção do grupo, que deve ser pequeno, pode ser estimulada através de perguntas, esclarecimentos ou registo de apontamentos. O período de exposição deve ser curto e não conter excesso de informação (Clube dos professores portugueses na Internet, <http://www.netprof.pt/>). Na visita livre ou de descoberta, os alunos têm um papel ativo: orientados por um guião, por fichas com informação, os alunos progridem no local a visitar. As fichas-guias, fornecidas pelos professores, variarão de acordo com o grupo etário a que se destinam, devendo prever atividades diversificadas. Os professores são elementos disponíveis, a quem os alunos recorrem para tirar dúvidas e pedir esclarecimentos. Acompanhando os alunos, podem fornecer informações complementares e colocar questões que estimulem os alunos nas suas observações e registos.

2.6.4 Produtos e avaliação

A propósito das visitas podem ser reproduzidos: relatórios, a publicação de artigos no jornal escolar, a fixação de cartazes com textos e fotografias, a passagem de filmes feitos pelos alunos, a realização e projeção de um *power point* e será de todo o interesse que estes materiais sejam classificados e arquivados na biblioteca da escola, visto que, podem constituir recursos a utilizar pelos professores, noutras turmas e noutros anos. A avaliação dos resultados é uma etapa importante em qualquer ato pedagógico. Primeiramente, deverá ser feita uma avaliação coletiva de todo o processo, identificando-se os aspetos positivos e negativos, pois a análise crítica do trabalho de organização e concretização da visita “possibilitará a introdução de alterações em experiências futuras” (Clube dos professores portugueses na Internet, <http://www.netprof.pt/>). Quanto à avaliação, da participação e desempenho dos alunos, poderá ser feita a partir de fichas de auto e heteroavaliação. Se os professores valorizarem, fundamentalmente, as aquisições no domínio cognitivo, poderão aplicar fichas de aferição de conhecimentos. Contudo, não deverão ser esquecidos os aspetos comportamentais, como a iniciativa, o empenho do aluno, a interação em grupo.

2.6.5 No ensino das disciplinas de História e Geografia

Em Portugal, a partir da década de 80, realizou-se uma reforma educativa que teve início com a publicação da L.B.S.E. (Lei de Bases do Sistema Educativo) com a finalidade de definir novas prioridades educativas. Todavia, a reforma educativa e as alterações por ela introduzidas nos planos curriculares colocaram novos desafios à disciplina de História. Assim, das finalidades, objetivos e orientações

metodológicas dos novos programas resultou “a necessidade de adopção de práticas pedagógicas que estimulassem a construção do conhecimento por parte dos alunos, a utilização de estratégias de ensino/aprendizagem que desenvolvessem neles a autonomia pessoal e intelectual e que contribuíssem para a formação da consciência cívica” (Manique *et al.*, 1994, p.5). No entanto, no que concerne à disciplina de História, o problema residiu e reside em como estimular o interesse do aluno para a temática do passado, quando este rejeita grandes abstrações, a memorização pela memorização e o discurso, excessivamente, expositivo. Neste contexto, se o programa, se organiza, assim como, os manuais, numa perspetiva estruturalista, já o professor, como gestor do programa e organizador da aprendizagem, poderá adotar as estratégias mais adequadas. Segundo Margarida Lucena (1997, p.30), tanto quanto possível na aprendizagem deve-se “partir de situações concretas vividas por indivíduos, evoluir, gradualmente, do factual, do concreto para o abstracto”. Desta forma, a investigação da História local encaixa-se nesta exigência. De acordo com Maria Manuela Palha de Abreu (1972, p.145), as visitas de estudo a monumentos, museus, arquivos e localidades de relevância histórica constituem, indubitavelmente, uma das vias mais seguras de realizar um ensino ativo e interessante da História. Com efeito, tais visitas, colocando os alunos em confronto direto com documentos e fontes originais, contribuem de maneira privilegiada para a intuição do *real histórico*, favorecem o desenvolvimento das suas capacidades de observação, imaginação e reflexão crítica e facilitam-lhes a compreensão de certas exigências específicas da investigação histórica. Desta forma, no contato com a História local e com o património, o estímulo artístico é incutido na formação do aluno e melhora, consideravelmente, “a sua aprendizagem, além de abrir caminhos à sua imaginação e criatividade” (Duarte, 1993, p.9). Por isso, a educação patrimonial é, cada vez mais, um imperativo dos nossos dias, pois o melhor contributo da História para a educação e para a cidadania não estará, propriamente, no conhecimento mecanizado de situações do passado (lições a seguir ou a evitar), mas, como garantem Isabel Barca e Marília Gago (2000, p.5) “num exercício sistemático de reflexão crítica sobre diferentes acções, razões, emoções e interesses dos diversos agentes históricos”. Os programas de História aconselham uma orientação decisiva para o estudo dos fenómenos históricos locais como forma de desenvolver nos alunos capacidades de análise crítica das realidades envolventes da Escola, de lhes facilitar a estruturação do pensamento histórico e de lhes fornecer um quadro de referências que os ajude a tomar consciência do lugar que ocupam no processo de evolução espaço-temporal das comunidades local e nacional. Se pretendemos “uma pedagogia da memória que faça frente aos problemas de desenraizamento, falta de identidade e pluralidade cultural e rácica que caracterizam as nossas escolas” (Manique *et al.*, 1994, p.25), a História local pode ter um papel pertinente na construção de memórias que se poderão inscrever no tempo longo, médio ou curto. Por outro lado, sob o ponto de vista científico, a História local e regional evita o erro grosseiro de se considerar o nacional como um todo homogéneo. Porém, a utilização do meio como recurso didático

permite, também, atingir determinadas metas de carácter científico e didático-pedagógico, como as que nos são apresentadas por António Pedro Manique e Maria Cândida Proença (1994, p.25), a saber: os estudos de História local revelam-se, extremamente, motivadores para os alunos, porque lhes permitem realizar atividades sobre temas que lhes despertam o interesse, pela sua relação com um passado de que ainda reconhecem os mais variados vestígios; por se tratar de trabalhos de pesquisa, o aluno pode iniciar-se no método de investigação histórica exercitando outros processos científicos como a formulação de critérios hipotético-dedutivos e desenvolvendo a observação direta e indireta; pelo estudo do meio é possível concretizar a interdisciplinaridade; e, por fim, o recurso ao meio como objeto de estudo e a compreensão do passado da localidade onde vive, permitem que o aluno se insira e compreenda melhor a sociedade de que faz parte e na qual virá a intervir.

De acordo com as palavras de João Paulo Avelãs Nunes (1993, p.5) durante o Estado Novo, o património cultural era sinónimo de monumentos. Depois da Revolução de 25 de abril de 1974, passou a considerar-se que o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa, através do tempo. Entende-se por educação patrimonial, aprender a saber ver, ou seja, saber escolher o que se quer ver, parar por momentos, descobrir, falar sobre os objetos, os espaços, as pessoas. Ana Duarte (1994, p.3) afirma que, desde muito cedo os nossos jovens devem ser sensibilizados para a educação patrimonial, através de “pequenos jogos, de situações lúdicas, de fichas-guia, a criança vai descobrindo o interesse que existe em conservar, estudar e animar as memórias e os testemunhos vivos do passado”. No entanto, atualmente, a maioria das escolas preocupam-se em ensinar a ler, escrever, memorizar, esquecendo-se que os museus podem dar um grande contributo, ensinando a observar e a ler um objeto, uma obra de arte, um monumento, uma cidade ou uma região. Hoje em dia, torna-se necessário, na opinião de Maria da Glória Rodrigues (1996-97, p.37) estimular a produção e o consumo de bens culturais pelo enriquecimento da capacidade de reflexão, da sensibilidade e do juízo crítico no contato com a diversidade de manifestações culturais e desenvolver a consciência da cidadania no contato com o Património Nacional. Não há dúvidas, de que as realidades patrimoniais são instrumentos preciosos para o estabelecimento do diálogo com o passado e compreensão do presente. Todavia, não é o património que tem que vir à Escola mas, ao contrário, é a Escola que deve ir ao encontro do património, visto que, “não há diapositivo, fotografia ou videograma que possa substituir a presença real do monumento ou do objecto, frente aos quais o aluno se sente interpelado, envolvido e efectivamente impulsionado, por intermédio deles, a dialogar com o passado” (Manique *et al.*, 1994, p.57). Os alunos aprendem, eficazmente, História, quando a Escola os leva ao encontro do património, através das visitas de estudo nas quais os alunos recebem e colhem informações. Junto dos vestígios históricos, estes revivem o passado, o que exige muito mais do que explicar ou desenvolver na aula

o que vem exposto no manual. Ali, a sua adesão à verdade histórica “não se faz segundo um critério de autoridade: são-lhe fornecidas provas e a autoridade que provoca a sua adesão vem, directamente, das *coisas vistas*” (Abreu, 1972, p.149). Para além disso, o contato com o real provoca, em regra, a admiração e a surpresa, despertando curiosidades, suscitando perguntas que são o esboço de hipóteses, mobilizando interesses até aí adormecidos pela rotina das exposições livrescas, nunca esquecendo que a História “não é, essencialmente, a ciência do passado, irrevogavelmente, morto, mas a ciência da vida que, pela Cultura, se transmite e expande” (Abreu, 1972, p.146).

No ensino da Geografia, ocupam lugar, de especial relevo, as visitas de estudo, porque permitem a observação direta da natureza. A paisagem não é apenas o resultado da ação humana, mas também, um bem que temos direito a desfrutar e o dever de proteger, ora como uma paisagem é “uma amostra da realidade, compreendê-la significa também compreender a realidade” (Câmara, *et al.*, 2013, p.7). Durante as visitas de estudo, os alunos “entusiasmam-se ao verem a tradução, em imagens, do seu vocabulário geográfico: vales, cristas, planícies, planaltos, arribas, habitat rural disperso ou aglomerado” (Constância, 1963, p.137). O trabalho de campo é o trabalho por excelência da Geografia, deste modo, os alunos “confrontam-se com o ambiente real, onde se podem desenvolver as competências da educação geográfica” (Câmara, *et al.*, 2013, p.8). As visitas de estudo tratam-se de aprendizagens feitas pela vivência direta e em situação. Na situação de confrontação de facto com outros universos, o aluno descobrirá “pela necessidade de explicitar – o que implicitamente já conhecia: os traços comuns que o identificam com os seus colegas, a sua turma, sua terra e o seu país” (Carvalho, 1991, p.84) e essas descobertas serão um ganho e uma conquista e serão feitas num clima de confiança e contexto de valorização e bem-estar. “Que melhor compreensão do espaço que a do espaço percorrido? Que melhor conceito de distância que aquela que se relaciona com o tempo que levou a superar? Que melhor compreensão do funcionamento simbólico de uma carta geográfica que a que é feita pela relação directa do espaço físico representado com o espaço que se percorre, o rio que se atravessa, a montanha que se sobe?” (Carvalho, 1991, p.84).

2.6.6 Vantagens e condicionalismos

As visitas de estudo mostram a utilidade do saber científico, através de uma aprendizagem significativa, dando o conhecimento científico, através do exemplo do quotidiano, o que torna a aprendizagem mais próxima e acessível. Nas visitas de estudo, os discentes estão “em contacto com o que estão a estudar e uma imagem vale mais que mil palavras” (Leal, 2010, p.19). Outra vantagem é a possibilidade da interdisciplinaridade, dando origem a uma transferibilidade de conhecimentos. Angelina Carvalho (1991, p.84) acrescenta, também, que é graças às visitas de estudo, que o aluno descobrirá o que, implicitamente, já conhecia, “os traços comuns que o identificam com os seus colegas, a sua turma, a sua terra e o seu país”, consubstanciando-se numa melhoria das relações

professor/aluno e aluno/professor, no desenvolvimento de valores e atitudes de sociabilidade, cooperação, respeito e preservação do património histórico, cultural e natural e, no desenvolvimento da capacidade de observação, pesquisa e análise. Deste modo, as visitas de estudo são estratégias que concorrem para a efetivação de uma educação para a cidadania, uma vez que, através delas, os alunos “desenvolvem valores e atitudes indispensáveis aos cidadãos informados, críticos, ativos, éticos e integrados na comunidade” (Oliveira, 2012, p.1682).

Na opinião de Daniela Filipa Ruas Leal (2010, p.25), as visitas de estudo implicam a interrupção letiva que afeta todas as disciplinas daquele dia. Com isto, impede-se a lecionação normal das disciplinas e exige, ainda, a substituição dos professores que nela participam. Por outro lado, quem paga as atividades, das visitas de estudo, são os alunos que, na sua maioria, não têm possibilidades económicas para participar em todas as que são propostas. No que toca à parte do professor organizador e/ou participante, este tem as seguintes atividades: primeiro, organizar a visita, segundo, organizar o material de trabalho para os alunos da turma que não vão à visita de estudo, terceiro, deixar materiais de trabalho para as turmas que vão faltar nesse dia e que não participam na visita e quarto, organizar, quando necessário, atividades para recolher fundos para a concretização da visita, como por exemplo, venda de bolos (Leal, 2010, p.25). Uma das desvantagens, das visitas de estudo, poderá ser a conceção dos alunos quanto ao seu papel, que pode ser diferente dos seus verdadeiros objetivos e os alunos podem não reconhecê-las como períodos de aprendizagem.

2.6.7 Visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

O tema da visita seria “O Turismo e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha”. Em primeiro lugar, é fundamental apresentar os motivos que justificam a concretização de uma visita de estudo dos alunos do 7.º ano, da turma X, turma onde o núcleo de estágio lecionou nas duas áreas científicas, que dever-se-ia realizar no 3.º Período do ano letivo 2014/2015, no âmbito das disciplinas de História e Geografia. Pois bem, os principais motivos, que determinaram a escolha desta estratégia pedagógica, foram a promoção da interdisciplinaridade e a área de residência dos alunos, visto que, a maior parte reside na cidade de Coimbra. Tais motivos permitiriam, que fosse possível, desenvolver nos alunos o gosto e a curiosidade pela História e Geografia local, como também, permitir-lhes-ia contactar com o património histórico-cultural da cidade. Paralelamente, permitiria desenvolver nos alunos capacidades de observação e de análise crítica do espaço que os rodeia, com vista a um saber pensar o espaço. Esta atividade extracurricular consistiria numa passagem pela Portagem e numa visita guiada ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Os conteúdos programáticos escolhidos, para a sua concretização, seriam os seguintes: o tema “O contexto europeu do século XII ao XIV”, com vista ao aprofundamento do subtema “Apogeu e desagregação da “ordem” feudal” e das seguintes metas curriculares de História 3.º Ciclo do Ensino Básico, a saber: 3. *Conhecer e compreender as principais*

expressões da religião, cultura e artes do século XII ao XIV: 1. Reconhecer o aparecimento das ordens mendicantes e de movimentos heréticos como expressão de descontentamento relativamente à ostentação do alto clero. 2. Caracterizar as expressões culturais irradiadas a partir dos mosteiros, salientando, contudo, a sua coexistência com expressões culturais de matriz popular (Ribeiro *et al.*, 2013, p.10). Esta visita de estudo seria realizada no fim da lecionação do tema e visaria esclarecer e consolidar conhecimentos já adquiridos. Por outro lado, no que se refere à Geografia, esta visita de estudo teria como finalidade motivar e sensibilizar os alunos para a abordagem de um tema – O Turismo, visto que, os conteúdos programáticos relativos ao tema, em questão, apenas são lecionados no 8.º ano de escolaridade. Desta forma, as metas curriculares escolhidas, para a sua concretização, seriam as seguintes: 1. Definir turismo, 2. Caracterizar as principais formas de turismo: balnear/ de montanha/ cultural/ religioso/termal/negócios/em espaço rural/de aventura/radical/ turismo de natureza (Nunes *et al.*, 2013, p.18).

2.6.8 Planificação e aula de apresentação da visita de estudo

Esta visita de estudo, embora, não tenha sido concretizada durante o período de tempo em que estive a estagiar no Colégio São Teotónio, pois para que a mesma se realizasse teriam de ir as quatro turmas de 7.º ano, o que não foi possível de concretizar por incompatibilidade com os períodos de avaliação das 4 turmas, desloquei-me, na mesma, ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha com o intuito de conhecer as condições que proporcionam aos alunos que visitam o monumento. Esta visita permitiu a recolha de informações, que possibilitaram a elaboração do guião de visita que integraria o itinerário da visita de estudo. Deste modo, a visita realizar-se-ia no período da tarde, com a saída da escola em direção à Portagem. Neste local, os alunos relembriam as noções de turismo, turista e lazer, escrevendo-as no Guião da Visita de Estudo, bem como, os diferentes tipos de turismo. De seguida, deslocar-nos-íamos em direção ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. A visita a este mosteiro far-se-ia percorrendo 4 etapas: visualização de um documentário no auditório sobre a história do mosteiro, observação da exposição “Freiras e Donas de Santa Clara: arqueologia da clausura”, onde os alunos poderiam contactar com a vivência conventual, através da visualização dos artefactos resultantes das escavações arqueológicas e dos painéis explicativos, apresentação de um vídeo multimédia, a partir do qual, os alunos têm a oportunidade de ver uma maquete reconstitutiva do mosteiro em 3D e, por fim, finalizaríamos este percurso com a visita às ruínas, nestas os alunos conheceriam a igreja, o claustro e outras dependências monásticas, podendo realizar uma viagem pela arquitetura dos séculos XIV a XVII (Anexo X – p.137). Contudo, antes da sua concretização dar-se-ia a realização de uma aula de preparação da visita de estudo, em que seria utilizada uma aula de Geografia, com duração de 90 minutos. Esta aula serviria para dar a conhecer aos alunos a visita de estudo e a sua importância no âmbito das disciplinas a que se destinou a sua concretização, na qual

seriam entregues aos alunos o guião da visita de estudo. Igualmente, seriam feitas algumas recomendações, desde regras de conduta, material necessário, horários, custos, entre outros aspetos. Posteriormente, dar-se-ia uma breve apresentação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, tendo como base o livro de Jorge Letria intitulado *Santa Clara das Águas: a história de um mosteiro e de um rio que nunca lhe deu paz* e mostrar-se-ia algumas imagens do estado do mosteiro, no século XX, de modo a despertar a curiosidade dos alunos. No que respeita ao turismo, a professora mostraria dois *slides*, a partir dos quais diferenciaria turismo de lazer e apresentaria os diferentes tipos de turismo e uma notícia, do Jornal *Público*, sobre o turismo, em Portugal (Anexo XI – p.139). Ver, também, Anexo XII – Planificação da visita de estudo p.141 e Anexo XIII – Planificação da visita de estudo para os Encarregados de Educação p.143. Finalmente, seriam apresentadas as atividades a serem realizadas, no decorrer da visita de estudo, a partir do Guião da visita de estudo, ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, para os alunos. Na primeira paragem: Portagem, os alunos teriam que ler um pequeno texto de Carina Gisela Sousa Gomes sobre a cidade de Coimbra, definir Turismo, Turista e Lazer e ligar cada uma das imagens ali presentes ao respetivo tipo de turismo. Depois, ainda no mesmo local, os alunos teriam que ler um outro pequeno texto sobre a comunidade franciscana de Fernanda Espinosa e partindo do mesmo e tendo em conta o que aprenderam nas aulas, preencher os espaços em branco de um outro texto. Já na segunda paragem: Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, para que os alunos não conhecessem de forma brusca a história do monumento, estes teriam de ler uma pequena síntese da sua história escrita por Maria José Azevedo Santos. Como já foi dito, neste local, a visita dividir-se-ia em 4 etapas. Depois de concretizada a primeira: visualização de um documentário no auditório, os alunos teriam que escrever nos seus guiões, o nome da primeira e da segunda fundadora do mosteiro. Na segunda etapa: exposição “Freiras e Donas de Santa Clara: arqueologia da clausura”, os alunos deveriam mencionar alguns aspetos, que acharam mais interessantes, relativamente ao quotidiano das monjas clarissas. Na terceira etapa: apresentação de um vídeo multimédia, os alunos deveriam indicar a solução adotada, no séc. XVII, para enfrentar as águas do rio Mondego. Finalmente, na quarta e última etapa: visita às ruínas, os alunos deveriam mencionar o estilo arquitetónico a que pertence o monumento e assinalar com V (Verdadeiro) ou F (Falso) algumas afirmações ali presentes (Anexo XIV – p.145) e, posteriormente (Anexo XV – p.151).

2.6.9 Balanço final da realização da visita de estudo

Após a concretização da visita, seria utilizada uma aula de História de 45 min., para que, os alunos efetuassem a apresentação dos trabalhos de grupo e se realizasse um balanço final da visita, por parte dos alunos (Anexo XVI – p.153) e dos professores (Anexo XVII – p.156), o que permitiria tomar consciência dos aspetos que correram melhor e pior, ao longo da sua concretização, de modo a melhorar no futuro.

Conclusão

Não pretendo resumir o meu trabalho, mas sim destacar alguns aspetos históricos e geográficos que justificam o facto de considerar a sua base – o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – como um monumento histórico, singular, inovador, acolhedor, atrativo e turístico.

Histórico, singular, inovador e acolhedor, pois nele a modernidade supera a tradição e a sua *história não é retilínea*. Desde logo, posso começar pela sua primitiva fundação, que gerou um conflito jurídico, que permite integrá-la na estratégia de oposição do clero tradicional às ordens mendicantes e considerá-la resultado de uma nova forma das mulheres viverem a sua espiritualidade. As dependências anexas ao mosteiro, o paço régio e o hospital foram o cenário do modo como Isabel de Aragão preparou a sua *boa morte*, traduzindo o seu desejo de uma vida espiritual intensa, numa altura em que a procura da salvação, através do despojamento, de jejuns e abstinências, se configurava como gerador de um relação privilegiada com Deus. Da proximidade do rio Mondego, fundamental para justificar a sua implantação, à água das cheias que conduziu ao abandono e ao esquecimento, até ao resgate das águas preconizado pelos sucessivos projetos de restauro e valorização, há uma relação quase que contraditória.

Atrativo e turístico, porque se constitui como polo turístico da cidade de Coimbra, atraindo gente. Deste modo, traço o perfil do visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: é, maioritariamente, mulher, com idade compreendida entre os 15-64 anos, tem grau de estudos de Nível Superior, tem nacionalidade portuguesa, provém, sobretudo, de Coimbra, Aveiro e Lisboa, detém uma profissão dita liberal, que requer Estudos Superiores e aufer, através dela médios/elevados rendimentos, que lhe permite gastar o seu tempo e dinheiro em atividades lúdicas e turísticas. Trata-se de um visitante considerado turista que provém de uma grande variedade de cidades portuguesas, além das referidas, anteriormente, acrescento, a título de exemplo, Lisboa, Rio Maior e Cascais. Obteve conhecimento do mosteiro, através de outras pessoas, talvez, amigos e familiares que vivem na área de localização do mesmo. O principal motivo da sua visita é interesse pessoal. É a primeira vez que visita este mosteiro e acha-o bem conservado. A melhor palavra, que encontra para o definir, é atrativo. Este não é o único monumento que visitará na cidade de Coimbra, irá, também, à Universidade. Quanto à competência dos recursos humanos, deste espaço, considera-os de boa qualidade. Usará as novas Tecnologias de Informação e Comunicação para divulgar o mosteiro, nomeadamente, o *Facebook* e recomendará a visita a este monumento a mais pessoas. O que mais gostou, durante a visita, foi a história do mosteiro, o que menos gostou foi a falta de sinalética e acha que é preciso melhorar a falta de acompanhamento dos visitantes. Estas informações serão muito pertinentes para as entidades envolvidas, na gestão do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, para que desenvolvam estratégias a fim de melhorar o funcionamento do espaço que engloba o Centro Interpretativo e o monumento. Na verdade, deverão ter-se em conta, na minha opinião, as críticas e

sugestões feitas por estes visitantes, pois tratam-se de opiniões diversificadas que visam contribuir para um melhor desempenho deste espaço turístico.

Quanto aos objetivos, deste trabalho, foram cumpridos. Obviamente que, o objetivo – caracterizar o perfil do visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha – foi o que me deu mais labor, pois o trabalho de campo, devido a uma série de adversidades logísticas, foi exigente. Todavia, depois de ver este *trabalho montado*, não estou nada arrependida de não ter desistido e muito orgulhosa do que fiz.

Neste trabalho, procedeu-se, de igual modo, à abordagem de uma temática científico-pedagógica e da sua validação científica, através da aplicação de uma estratégia pedagógica no processo ensino/aprendizagem. O tema escolhido foi a relação entre a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o turismo e a estratégia pedagógica aplicada consistiu numa visita de estudo ao mosteiro, com passagem pela Portagem, realizada no âmbito das disciplinas de História e Geografia do 7.º ano de escolaridade. Os principais motivos, que determinaram a escolha desta estratégia pedagógica, foram promover a interdisciplinaridade, a área de residência dos alunos, desenvolver nos alunos o gosto e a curiosidade pela História e Geografia local, contatar com o património histórico-cultural, desenvolver nos alunos capacidades de observação e de análise crítica do espaço que os rodeia, aprofundar conteúdos programáticos e motivar para a aquisição de novos. Tudo isto permitiria a promoção de um ensino ativo.

Apesar do trabalho exaustivo que tive, é com muito agrado, que reconheço que desenvolvi as minhas capacidades de comunicação oral e escrita, de análise estatística e de conteúdo, de seleção e redação de informação e aumentei o meu conhecimento, graças à diversidade de obras, artigos, *sites*, notícias e fontes que consultei. Espero que este trabalho seja útil para os seus leitores, nas mais variadas temáticas e, que contribua para o desenvolvimento da escrita sobre o turismo de Coimbra, mais concretamente, no que se refere ao magnífico Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. Talvez, no futuro, se vier a lecionar possa colocar a visita de estudo, que planeei em prática e, assim, dar continuidade a este trabalho comparando as opiniões dos visitantes do mosteiro, que analisei, com as dos meus alunos. Daria um interessante trabalho.

Em síntese, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha é um elemento de grande importância em termos históricos e culturais da cidade de Coimbra e, portanto, deve ser desfrutado e divulgado o mais possível. Para mim seria gratificante, se este trabalho pudesse contribuir para a valorização histórico-artística da margem esquerda do Mondego, indispensável à promoção do seu reconhecimento coletivo, fundamental para o justo anseio da sua afirmação na vida cultural e turística da cidade de Coimbra. Não há dúvidas que, a preservação e divulgação do nosso património constituem um benefício que gera atividade turística e esta, por sua vez, produz riqueza e desenvolvimento local, regional e/ou nacional.

Bibliografia

- Abreu, M. M. P. de (1972). As visitas de Estudo no ensino da História. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (6), 145-178.
- Alarcão, J. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Almeida, A. (1998). *Visitas de estudo, concepções didáticas e eficácia na aprendizagem*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Almeida, J. R. & Gómez, A. H. (2014). *Santa Isabel. Rainha de Portugal*. Porto: Caminhos Romanos.
- Andrade, P. de (1993). Sociologia da Viagem: o quotidiano e os seus inter-trajetos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (37), 51-77.
- Andrade, M. F. P. de C. (2011). *In Oboedientia, Sine Proprio, Et In Castitate, Sub Clausura. A Ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII-XIV)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Barca, I. & Gago, M. (2000). De Pequenino se Aprende a Pensar. Formar Opinião na Aula de História e Geografia. *Cadernos Pedagógico-Didáticos*, (23).
- Carrizo, P. G. (ed. lit.) (2008). *Os Santos da Nossa Vida. São Francisco de Assis*. Espanha: Grupo Cofina.
- Carrizo, P. G. (ed. lit.) (2008). *Os Santos da Nossa Vida. Rainha santa Isabel*. Espanha: Grupo Cofina.
- Carvalho, A. (1991). Sair da Escola – Classes de Descoberta. *Revista Aprender*, 13 (1991), 83-84.
- Coelho, M. H. da C. (1992). Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo. *Biblos*, vol. LXVIII, 340-342.

- Coelho, M. H. da C. (1997). O Baixo Mondego – Um Pouco de História. *Cadernos de Geografia*, (16), 55-68.

- Conselho Local de Ação Social de Coimbra (2004). *Rede Social Coimbra | Pré-Diagnóstico Social Concelho de Coimbra*. Câmara Municipal: Coimbra.

- Constância, J. M. (1963). A Didática e o Valor Formativo da Geografia, Algumas Notas Relativas ao Ensino Liceal. *Separata do Centro de Estudos Geográficos*, III (20), 131-137.

- Côrte-Real, A. (2001). *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: novos dados para o seu conhecimento: operação arqueológica 1995-1999*. Coimbra: (s.n.).

- Côrte-Real, A. (coord.). (2008). *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra: Direção-Geral de Cultura do Centro.

- Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do setor do turismo (1990-2000). *Análise Social*, XL (175), 279-295.

- Dias, I. N. (2010). *Turismo Cultural e Religioso no Distrito de Coimbra: Mosteiros e Conventos: Viagem entre o Sagrado e o Profano*. Tese de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Portugal.

- Duarte, A. (1993). *Educação Patrimonial. Guia para Professores, educadores e monitores de museus e tempo livres*. Lisboa: Texto Editora.

- Duarte, A. (1994). *Roteiro do professor: visitas de estudo*. Lisboa: Texto Editora.

- Espinosa, F. (1981). *Antologia de Textos Históricos Medievais*. Lisboa: Sá da Costa.

- Ferreira, C. A. N. F. (2009). *Envelhecimento e lazer: um caminho para a qualidade de vida*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Medicina - Universidade de Coimbra, Portugal.

- Fortuna, C. & Ferreira, C. (1996). O turismo, o turista e a (pós) modernidade. *Centro de Estudos Sociais (CES)*, (80), 2-17.

- Gomes, C. G. S. (2008). Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re) imaginada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (83), 55-78.

- Gomes, C. G. S. (2013). *Cidades e Imaginários Turísticos: Um Estudo Sobre Quatro Cidades Médias da Península Ibérica*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal.

- Gomes, S. A. (1998). As Ordens Mendicantes na Coimbra Medieval: Notas e Documentos. *Lusitânia Sacra*, 2.^a série, tomo X, 149- 215.

- Gonçalves, A. (1994). *Santa Clara: freguesia da margem esquerda do Mondego: Miradouro de Coimbra: um espaço antigo coberto de arte, história e de beleza a toponímia santaclarenses*. Coimbra: Junta de Freguesia de Santa Clara.

- Gonçalves, A. N. (1983). *O tesouro de D. Isabel de Aragão Rainha de Portugal*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

- Lacoste, Y. (2005). *Dicionário de geografia: da geopolítica às paisagens*. Lisboa: Teorema.

- Lalande, M. M. (2000). Clarissas (Ordem de Santa Clara). In M. Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (353-354). Lisboa: Círculo de Leitores.

- Leal, D. F. R. (2010). *As saídas de estudo na aprendizagem da Geografia e da História*. Relatório de Estágio, Mestrado em História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, Faculdade de Letras - Universidade do Porto, Portugal.

- Letria, J. (2010). *Santa Clara das Águas: a história de um mosteiro e de um rio que nunca lhe deu paz*. Coimbra: Águas de Coimbra.

- Lopes, A. I. A. (2012). *O Rio Mondego e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*. Relatório de Estágio, Mestrado em Ensino de História e de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, Portugal.

- Loureiro, A. L. (2009). *Posicionamento estratégico da cidade de Coimbra face a potenciais concorrentes*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro – Portugal.

- Lucena, M. (1994). Potencialidades Didáticas do Património e da História Local. Um Caso para a Margem Esquerda do Tejo. *Cadernos Pedagógico-Didáticos*, (20).

- Macedo, F. P. de (2006). *Santa Clara-a-Velha de Coimbra: singular mosteiro mendicante*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Portugal.

- Manique, A. P. & Proença, M. C. (1994). *Didática da História. Património e História Local*. Lisboa: Texto Editora.

- Maricato, N. A. G. (2012). *O Turismo em Portugal: Tendências e Perspetivas*. Relatório de Estágio, Mestrado em Gestão, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal.

- Marujo, N. & Santos, N. (2012). Turismo, Turistas e Paisagem. *Investigaciones Turísticas*, (4), 35-48.

- Mendes. A. G. & Santos, N. (1999). Os Espaços – Tempos de Lazer na Sociedade de Consumo Contemporânea. *Cadernos de Geografia*, (18), 129-137.

- Moreira, C. C. O. (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento. Competitividade e Gestão Estratégica de Destino*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, Portugal.

- Morgado, J. (2012). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação*. Santo Tirso: De Facto Editores.

- Mourão, T. (2000). *Santa Clara-a-Velha: reflexos do património*. Coimbra: GAAC Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.

- Oliveira, H. (2012). As potencialidades didáticas das visitas des estudo: a perceção dos alunos sobre a aprendizagem desenvolvida. In *XIII Coloquio Ibérico de Geografía – Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*, Santiago de Compostela, 24-27 outubro 2012.

- ParquExpo (2012). Enquadramento no território. In ParquExpo (Eds.), *Coimbra Rio / Área de Reabilitação Urbana. Volume B – Estudos de Caracterização*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- ParquExpo (2012). Caracterização física, ambiente e paisagem. In ParquExpo (Eds.), *Coimbra Rio / Área de Reabilitação Urbana. Volume B – Estudos de Caracterização*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2000). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues, M. da G. (1996-1997). Oficina de património e de preservação e divulgação de património – uma proposta de oferta própria das escolas para a componente técnica/artística dos CSPOPE. *O Ensino da História*, (6/7), 37-41.
- Santos, M. J. A. (2011). *D. Isabel de Aragão, Rainha Santa, 1270(?)–1336*. Vila do Conde: QuidNovi e Autores.
- Santos, N. (2011). Lazer tempo livre e novos consumos. In H. V. Neto & S. L. Coelho (org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*, (83-97). Porto: Universidade do Porto.
- Santos, N. (2014). Turismo e Cidades: Conhecer o Turista para Valorizar a Oferta do Turismo Cultural Urbano. In L. Cunha & R. Jacinto (coord.), *Paisagens e dinâmicas territoriais em Portugal e no Brasil. As Novas Geografias dos Países e Língua Portuguesa*, (451-477). Lisboa: Âncora Editora.
- Simões, J. M. (1993). Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional. *Inforgeo*, 6, 71-82.
- Toipa, H. C. (2009). Três Momentos na Existência do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. *Humanitas*, (61), 225-239.
- Vasconcelos, A. (2008). *Lenda de Inês de Castro*. Coimbra: Alma Azul.

- Ventura, L. (2002). Coimbra Medieval. 1. A gramática do território. In L. Ventura (coord.), *Economia, sociedade e poderes: estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*. Coimbra: V. N. de Gaia Editora Ausência.

WebGrafia

- Agência Lusa (2015). Governo diz que novembro confirma 2014 como “melhor ano de sempre” do turismo (em linha). *DnEconomia Web site*. Acedido janeiro 5, 2015, em http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=4350367&page=-1.

- Barreto, M. (2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9 (20), 15-29. Acedido novembro 17, 2014, em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a01.pdf>.

- Calheiros, F. (2014). Turismo em Portugal: continuar a crescer (em linha). *Jornal Público Web site*. Acedido julho 7, 2015, em <http://www.publico.pt/economia/noticia/turismo-em-portugal-continuar-a-crescer-1659463>.

- Câmara Municipal de Coimbra *Web site*. Acedido dezembro 17, 2014, em <http://www.cm-coimbra.pt>.

- Carvão, S. (2009). Tendências do turismo internacional. *Revista Turismo e Património*, 17-32. Acedido janeiro 11, 2015, em <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/02-Sandra-Carvao-32.pdf>.

- Clube dos Professores Portugueses na Internet *Web site*. Acedido dezembro 26, 2014, em <http://www.netprof.pt/>.

- Confraria Rainha Santa Isabel *Web site*. Acedido junho 29, 2015, em <http://www.rainhasantaisabel.org/index.php>.

- Colégio São Teotónio *Web site*. Acedido julho 1, 2015, em <http://www.steotonio.pt/site/index.php>.

- Cunha, L. (2008). Avaliação do potencial turístico. *Cogitur Journal of Tourism Studies*, 1 (1), 21-39. Acedido janeiro 15, 2015, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/22/5>.

- Gaspar, A. (2015). Coimbra: uma cidade histórica e o lar de uma das universidades mais antigas da Europa (em linha). Guia Viagem *Web site*. Acedido dezembro 21, 2014, em <http://www.guiaviagem.org/coimbra/>.
- *Google Maps Web site*. Acedido dezembro 22, 2014, em <https://www.google.pt/maps>.
- Instituto Nacional de Estatística *Web site*. Acedido dezembro 9, 2014, em <http://www.ine.pt>
- Jornal de Notícias (2014). Portugal eleito como melhor país para visitar (em linha). *Jornal de Notícias Web site*. Acedido janeiro 5, 2015, em <http://www.jn.pt/Tendencias/Locais/Interior>.
- Nunes, A., Almeida, C., Nolasco, C. (2013). *Metas Curriculares 3º Ciclo do Ensino Básico (7º, 8º e 9.º anos) Geografia*. Ministério da Educação e Ciência *Web site*. Acedido novembro, 22, 2014, em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_geog_eb.pdf.
- Nunes, L. A. (s.d.) Introdução ao Estudo da Comunidade Histórica do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (em linha). *Academia.edu Web site*. Acedido maio 12, 2015, em http://www.academia.edu/1089405/Introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_Estudo_da_Comunidade_Hist%C3%B3rica_do_Mosteiro_de_Santa_Clara-a-Velha
- Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO *Web site*. Acedido junho 29, 2015, em <https://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintroP.asp>.
- Portal CREA-SP *Web site*. Acedido junho 22, 2015, em <http://www.creasp.org.br/>.
- Ramôa, J. (2010). Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade (em linha). *Revista de História e Teoria das Ideias Web site*. Acedido maio 17, 2015, em <https://cultura.revues.org/356>.
- Ribeiro, Ana Isabel, Nunes, João Paulo Avelãs & Cunha, Pedro José Paiva da. (2013). *Metas Curriculares de História 7.º e 8.º anos do 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Ministério da Educação e Ciência *Web site*. Acedido maio 23, 2015, http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf

- Rodrigues, A. (s.d.). *Enfoque Geográfico do Espaço Turístico – Algumas Reflexões*. Acedido em novembro 4, 2014, em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Teoriaymetodo/Metodologicos/01.pdf>.
- Turismo de Coimbra *Web site*. Acedido janeiro 17, 2014, em <http://turismodecoimbra.pt/company/mosteiro-de-santa-clara-a-velha/>
- Tvi 24 (2014). Turismo em Portugal conquistou o triplo dos prémios em 2013 (em linha). *Tvi 24 Web site*. Acedido janeiro 5, 2015, em <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/lisboa/turismo-em-portugal-conquistou-o-triplo-dos-premios-em-2013>).
- União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas *Web site*. Acedido dezembro 22, 2014, em <http://www.uf-santaclaracasteloviegas.pt/>

Fontes

- *Fontes Franciscanas II. Santa Clara de Assis. Escritos – Biografias – Documentos*. (1996). Braga: Editorial Franciscana.
- Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. (2012). *Relatório de Atividades – 2012 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: Santa Clara.
- Mosteiro de Santa Clara-a-Velha. (2013). *Relatório de Atividades – 2013 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha*. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: Santa Clara.

Anexos

Caraterização do Colégio São Teotónio

O Colégio São Teotónio foi fundado, em 1963, e localiza-se na Rua do Brasil, na cidade de Coimbra. Em março de 1960, o Bispo de Coimbra nomeou por decreto uma comissão incumbida de estudar a criação de um Colégio, em Coimbra, em que a educação fosse ministrada sob a orientação e fiança da Igreja. Surge, então, em janeiro de 1963, a São Teotónio, Sociedade de Ensino, Cultura e Educação Cristã, SA, procedendo-se em julho, desse mesmo ano, à escritura de compra dos terrenos, onde viria a ser implantado o edifício. Tendo como Diretor D. Eurico Dias Nogueira, o Colégio São Teotónio iniciou a sua atividade em outubro de 1963, sob a proteção do primeiro Santo português, uma figura ligada ao passado da cidade de Coimbra.

Trata-se de uma escola católica a lecionar o currículo oficial sob inspiração do Evangelho de Jesus Cristo. De acordo com o Projeto Educativo, (Colégio São Teotónio *Web site*, em <http://www.steotonio.pt/site/index.php>) esta escola identifica-se com os seguintes aspetos:

- Preocupação pela qualidade da educação, formando a pessoa toda, numa perspetiva integral, com um particular ênfase na sua dimensão espiritual;

- Formação dos seus alunos nos valores éticos, na cultura humanista, na qualidade da relação comunitária, no ideal cristão ultrapassando a visão redutora do relativismo moral e jurídico que corroem o sentido de uma cidadania responsável;

- Qualidade da relação entre todos os elementos da escola – educadores, alunos e pais -, que procura superar o individualismo e as dificuldades de relação interpessoal que marcam a sociedade contemporânea, educando pela proximidade relacional, pela dedicação e corresponsabilidade;

O Colégio dispõe de todos os níveis de ensino não superior, concentrando num só edifício uma oferta educativa diversificada e completa:

- Jardim de Infância ou pré-escolar recebe crianças dos 3 aos 5 anos de idade, constituindo 3 grupos distintos, em função do ano de nascimento. Num ambiente tranquilo, o Colégio conta com uma equipa de 3 Educadoras e 3 Auxiliares empenhadas num acompanhamento constante e atento, capaz de estimular o desenvolvimento integral das crianças;

- 1.º Ciclo, configurado por uma identidade própria, o Projeto do 1.º Ciclo desenvolve-se segundo os princípios e valores orientadores do currículo nacional e do ideário do Colégio, tendo em vista a aquisição e o desenvolvimento das competências previstas para este nível de ensino, mediante um rico Plano de Atividades e Projetos inovadores;

- 2.º Ciclo, concretizando o ideário do Colégio e regido pelos princípios e valores orientadores do currículo do Ensino Básico, o Projeto do 2.º Ciclo visa a aquisição e o desenvolvimento das

competências previstas para este nível de ensino. Um diversificado Plano de Atividades concretiza, anualmente, um projeto educativo sólido e coerente, de que resulta o sucesso escolar.

- 3.º Ciclo, um diversificado Plano de Atividades concretiza, anualmente, um projeto educativo sólido e coerente, de que resulta o sucesso escolar, traduzido numa excelente abordagem do ensino secundário;



- Secundário, o objetivo fundamental do ensino secundário é a preparação adequada para o ensino superior, nos seus diferentes cursos.

- Ensino Profissional, os cursos profissionais são percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação ao mundo profissional. Tendo em conta o perfil pessoal do aluno, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local, no domínio das artes do espetáculo.

Ao dispor dos alunos, o Colégio oferece uma grande diversidade de atividades científicas e ambientais, a título de exemplo: o Clube Ciência e Saúde para alunos do 2.º e 3.º Ciclos que pretendam, através da Ciência conhecer melhor o mundo que nos rodeia, desenvolver pequenos projetos experimentais utilizando o método científico, utilizar a sala como laboratório e aprofundar os seus conhecimentos no âmbito da saúde individual e comunitária e a Escola de Judo que tem como objetivo principal a formação dos seus atletas, não só na área desportiva, mas também nas suas vidas pessoais. Para que esse desenvolvimento aconteça, todos os anos são realizadas diversas atividades lúdicas, desportivas e sociais. Estágios, intercâmbios com alunos de outras escolas, competições, eventos sociais, viagens, simpósios, ações de formação etc. Mas, o Colégio São Teotónio brinda, também, os seus alunos com atividades culturais e recreativas, tais como: o Clube de Escrita e Leitura Criativa que é um espaço onde os alunos podem ler de forma descontraída, dialogar sobre as leituras e escrever narrativas, poemas e outros textos de temas variados e o Clube de Artes que pretende ser um espaço aberto ao contato com a linguagem plástica. Desenvolver um espírito experimental, contemplando os seus modos de ser, de formar e de aparecer, onde se criam plenas condições para a produção expressiva e para a intervenção no ambiente humano, através do ato artístico (Colégio São Teotónio *Web site*, em <http://www.steotonio.pt/site/index.php>).

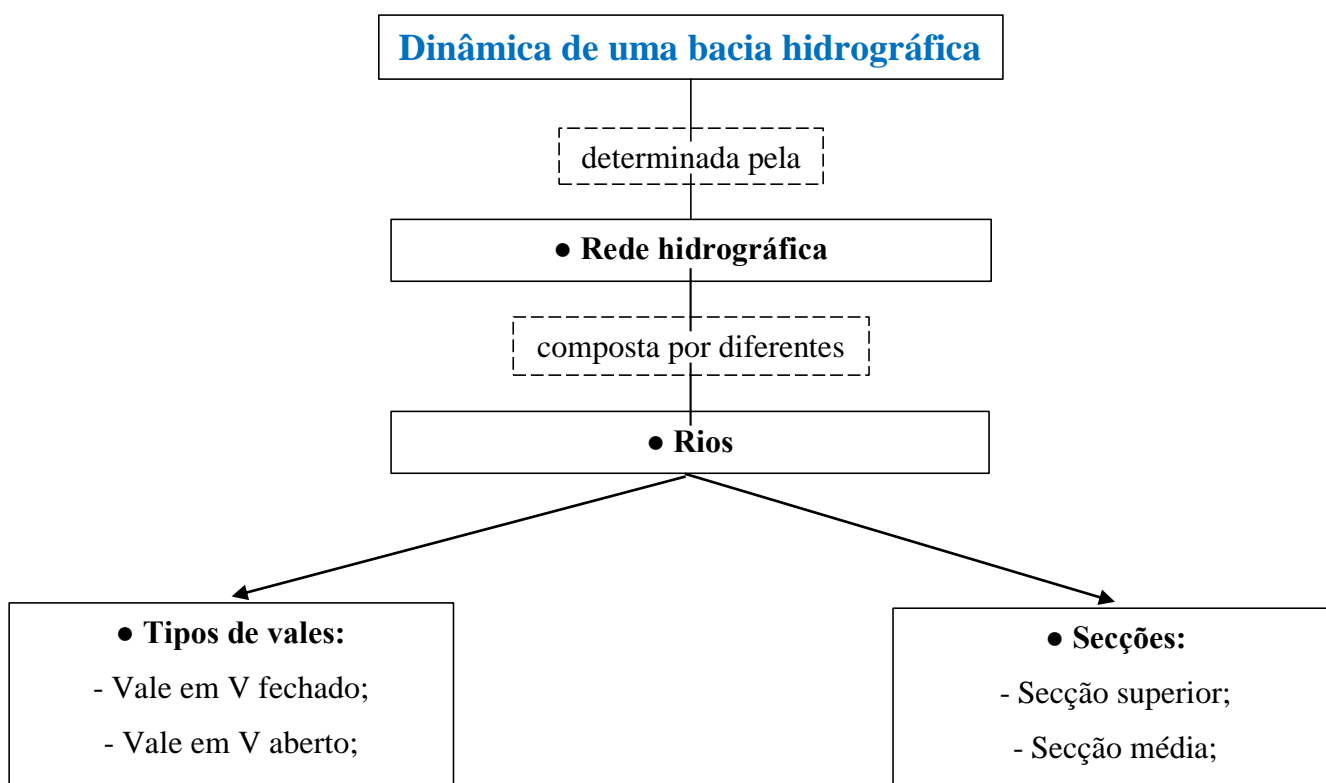
É de destacar que, para além do apoio específico/especializado dado pelas Técnicas Superiores, em gabinetes próprios, no Colégio funciona o apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais, como também, um gabinete destinado ao serviço de psicologia e orientação. A escola apresenta um bar, uma cantina, uma reprografia, uma biblioteca, uma sala de professores, um elevador, um ginásio, vários gabinetes, entre outros espaços que permitem o desenvolvimento das atividades próprias de uma comunidade escolar.

Planificação a curto prazo: aula de Geografia 7.º ano, turma X

	<u>Geografia</u>	
	Plano de Aula Nº 3 (15-05-2015)	
	Duração: 90 min.	
	Domínio 1 – O Meio Natural.	
	Subdomínio 3 – Dinâmica de uma bacia hidrográfica.	
Ano: 7º ano; Turma: X; Ano letivo: 2014/2015.		

▪ **Sumário previsto:** Dinâmica de uma bacia hidrográfica: distinção entre rede e bacia hidrográficas.

▪ **Esquema concetual:**



▪ **Metas Curriculares:**

O Meio Natural

A dinâmica de uma bacia hidrográfica

1. Compreender conceitos relacionados com a dinâmica de uma bacia hidrográfica
 1. Distinguir rede hidrográfica de bacia hidrográfica.
 2. Definir caudal.

▪ **Novos conceitos:** rio, afluente, subafluente, leito, caudal, ciclo hidrológico, rede hidrográfica, bacia hidrográfica, interflúvio,

▪ **Articulação de conteúdos:**

- **Procedimentais:** expressão oral e escrita, utilização de vocabulário adequado, observação direta e indireta, leitura e interpretação de documentos...
- **Atitudinais:** atenção, curiosidade, empenho, organização, perspicácia, reflexão, cooperação, respeito, sensibilidade, espírito de trabalho, comunicabilidade, empenho...

▪ **Estratégias/Atividades:**

- A aula iniciar-se-á com a leitura da Oração do dia, a chamada dos alunos e o registo do sumário.
- De seguida, a docente registará quem não fez o TPC e perguntará se há dúvidas, se existirem, proceder-se-á ao seu esclarecimento.
- Depois, far-se-á um jogo que se designa “Quem sou eu?”, através do qual os alunos terão a oportunidade de recordar alguns rios, a nível mundial. Este jogo consiste no seguinte: com base no mapa intitulado “Planisfério da rede hidrográfica” presente nas páginas 146 e 147 do manual e nas pistas fornecidas pela docente, os alunos terão que adivinhar de que rios se tratam (estratégia de motivação).

- Como nesta aula, os alunos terão de assimilar muitos conceitos, a docente distribuirá um Diário de Bordo, por cada aluno, que contém os conceitos relativos ao tema principal – Dinâmica de uma bacia hidrográfica. É, precisamente neste, que os alunos, de seguida, escreverão as definições de rio, leito e caudal, depois de, devidamente, explicados pela docente, a partir de uma apresentação em *Power Point*.

- De seguida, a partir de discurso vertical e horizontal, a docente escreverá algumas ideias que justificam a importância dos rios, no quadro negro. Os alunos deverão passá-las para os seus Cadernos Diários. Seguidamente, a docente mostrará um vídeo intitulado “VisioKids – O ciclo da água”, de modo que, os alunos percebam que os rios são elementos fundamentais, também, para a circulação de água na Terra, permitindo o equilíbrio do sistema global, uma vez que, fazem parte do ciclo da água.

- A partir da apresentação em *Power Point*, a docente explicará a distinção entre rede e bacia hidrográficas e os alunos deverão passar estas definições para os seus Diários de Bordo. Depois, a docente pedirá aos alunos que pintem e construam a legenda do mapa com as bacias hidrográficas dos principais rios nacionais e internacionais, que atravessam Portugal Continental, presente no Diário de Bordo. Desta forma, os alunos tomam contato com a dimensão das diferentes bacias hidrográficas, que atravessam o nosso país.

- Aproveitando a atividade anterior e partindo para uma realidade geográfica mais próxima, os alunos terão que delimitar, na bacia hidrográfica do rio Mondego (presente no Diário de Bordo), o rio principal, afluentes, subafluentes, interflúvio, identificar o nome de um afluente da margem esquerda e da margem direita deste rio e mencionar uma localidade, situada no rio Mondego a montante de Coimbra e outra a jusante da cidade (estas últimas questões devem ser respondidas nos Cadernos Diários).

- Por fim, a partir de discurso vertical e horizontal, a docente escreverá um esquema, como forma de resumo da matéria lecionada, no quadro negro, que os alunos passarão para os seus Cadernos Diários.

Nota: O mapa da bacia hidrográfica do rio Mondego será colado pelos alunos nos Cadernos Diários.

▪ **Materiais e recursos:** Computador; Quadro interativo; Quadro negro; Manual *Geografia 7.º ANO GPS7*; Caderno Diário; Lápis de carvão; Borracha; Lápis de cor; Cola; Folhas de papel que servem de suporte às fichas de trabalho.

▪ **Bibliografia:**

- Câmara, A., Ferreira, C., Silva, L., Alves, M., Brazão, M. (2013). *Orientações Curriculares 3º Ciclo Geografia*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

- Ensina RTP “VisioKids – O ciclo da água” *Web site*. Acedido maio 8, 2015, em <http://ensina.rtp.pt/artigo/visiokids-o-ciclo-da-agua/>

- Firmino, T. (2002). Bacia hidrográfica do Mondego retratada dos pés à cabeça (em linha). *Jornal Público Web site*. Acedido maio 8, 2015, em <http://www.publico.pt/ciencias/jornal/bacia-hidrografica-do-mondego-retratada-dos-pes-a-cabeca-167585>

- Gomes, A., Boto A., Lopes, A., Pinto, H. (2012). *Fazer Geografia 3.0. Geografia 7.º Ano*. Porto Editora.

- Grée, A. (1969). *Os rios*. Lisboa: Editorial Verbo.

- Nunes, A., Almeida, C., Nolasco, C. (2013). *Metas Curriculares 3º Ciclo do Ensino Básico (7º e 8º anos) Geografia*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

- Ribeiro, E., Lopes, R. T., & Custódio, S. (2014). *Geografia 7.º ANO GPS7*. Porto: Porto Editora.

▪ **Reflexão crítica:**

- *Power Point* utilizado:



Os Rios

• Hello! 😊

- Sou o segundo rio mais longo dos Estados Unidos;
- Nasci no lago Itasca e percorro parte dos Estados Unidos até ao Golfo do México;
- Já fiz parte da vida de alguns desenhos animados;

América do Norte: Rio Mississippi

• Oi cara! 😊

- Tenho um percurso de quase 7000 km;
- Desço dos picos dos Andes peruanos até ao oceano Atlântico;
- Sou alimentado pela água das chuvas e pelo degelo dos Andes;
- Represento um quinto da água doce do mundo.

América do Sul: Rio Amazonas

• Pri-vet! 😊

- Nasci apenas a cerca de 225 metros de altitude no planalto de Valdai, no norte da Rússia;
- Tenho 3688 quilómetros de comprimento;
- Desaguio no mar Cáspio;
- Sou o maior rio da Europa.

Europa: Rio Volga

Quem sou EU?

- Olá! 😊
- Percorro 9 países:
 - Quênia;
 - República Democrática do Congo;
 - Etiópia;
- Desaguou no Mar Mediterrâneo;
- Sou o maior rio do mundo.



África: Rio Nilo

Quem sou EU?

- Ní Hào! 😊
- Foi graças a mim que a civilização chinesa se iniciou;
- As minhas margens são férteis, de bom pasto e retiram daqui importantes minerais;
- Percorro quase todo o território chinês fazendo zig-zag até à minha foz no mar de Bohai;



Ásia: Rio Amarelo

Quem sou EU?

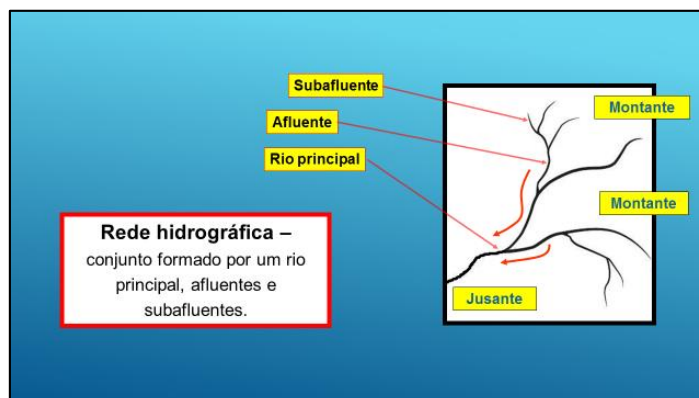
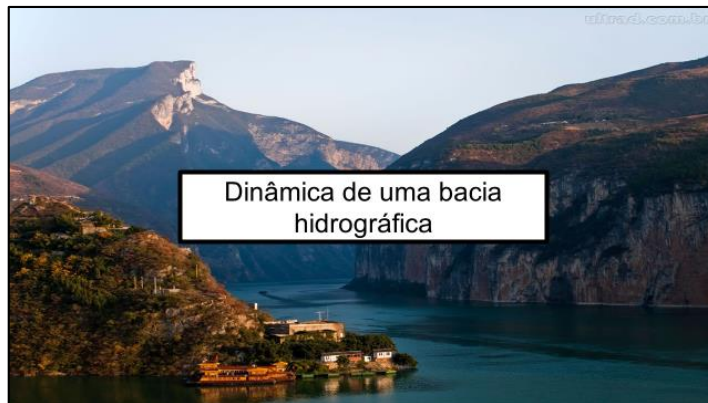
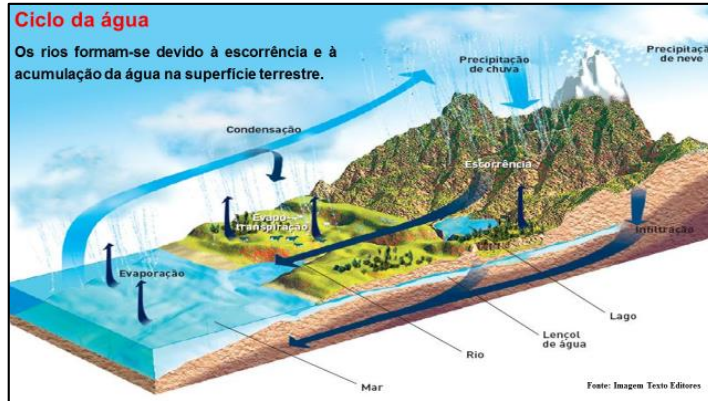
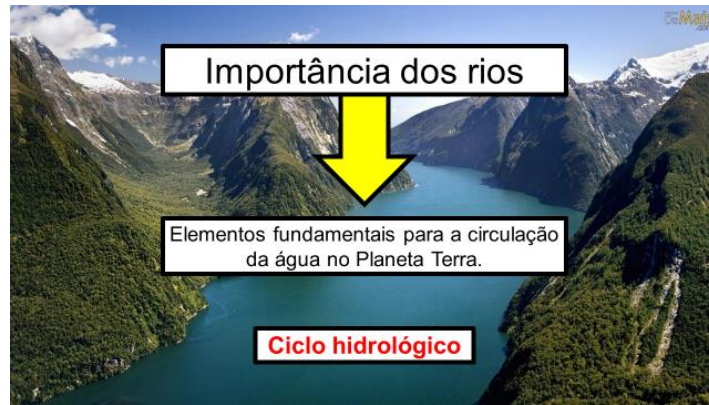
- Buon Giorno! 😊
- Sou o terceiro maior rio australiano;
- Tenho uma extensão de 1390 Km;
- Ahhhh, esta pista, talvez, vos ajude: sou um grande tributário do rio Murray.

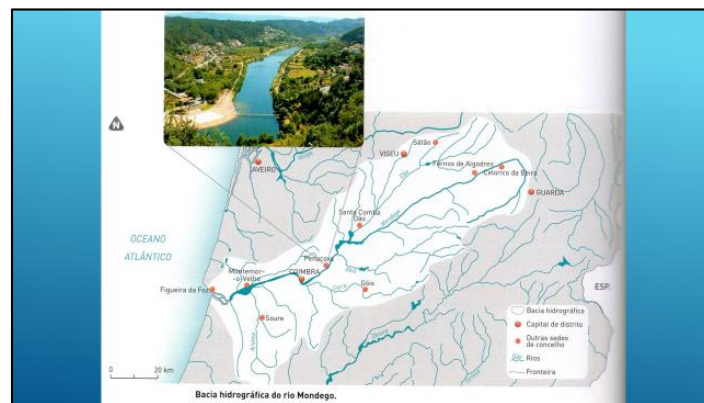
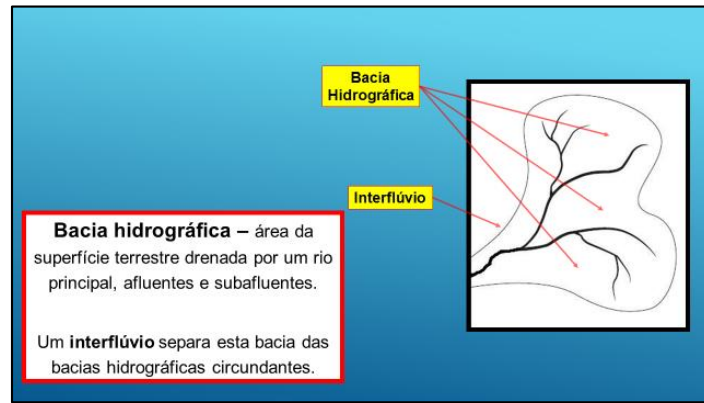


Oceânia: Rio Darling

Mas, será que sabem, o que é um rio?

- Curso de água que corre num **LEITO** escavado e alargado por si.
- LEITO** - superfície coberta pela **ÁGUA** de um rio.
- CAUDAL** - quantidade de água de um rio que passa numa secção do seu leito.





• **Diário de Bordo:**

Diário de Bordo



Geografia

Dinâmica de uma bacia hidrográfica

► Conceitos importantes a reter:

Rio: _____

Ciclo hidrológico: _____

Leito: _____

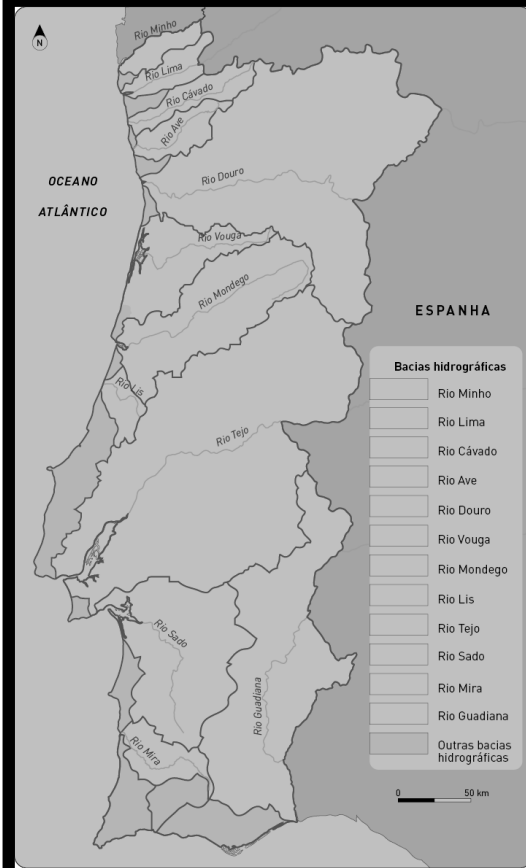
Caudal: _____

Rede hidrográfica: _____

Bacia hidrográfica: _____

Interflúvio: _____

Mapa das bacias hidrográficas dos principais rios nacionais e internacionais de Portugal



Fonte: *Fazer Geografia 3.0* Porto Editora.

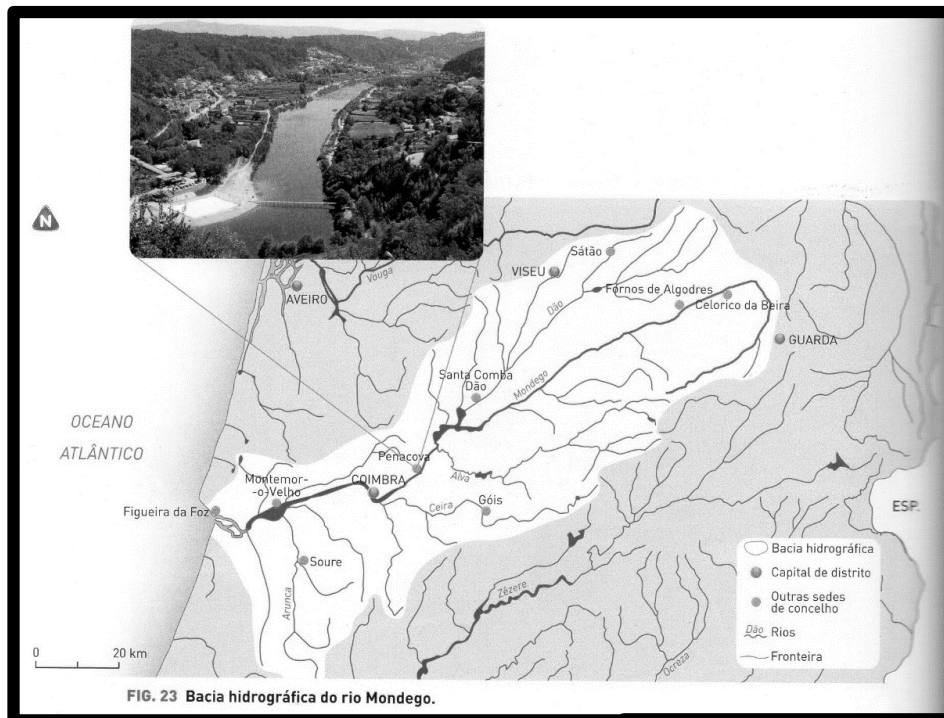



FIG. 23 Bacia hidrográfica do rio Mondego.

Fonte: *GPS7* Porto Editora

Planificação a curto prazo: aula de História 8.º ano, turma Y



CST
colégio
são teotónio

História

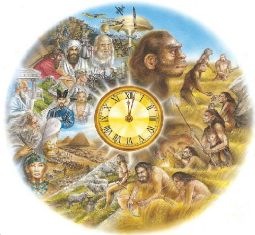
Plano de Aula Nº 4 (01-05-2015)

Duração: 90 min.

Domínio 3 – O arranque da “Revolução Industrial” e o triunfo dos regimes liberais conservadores.

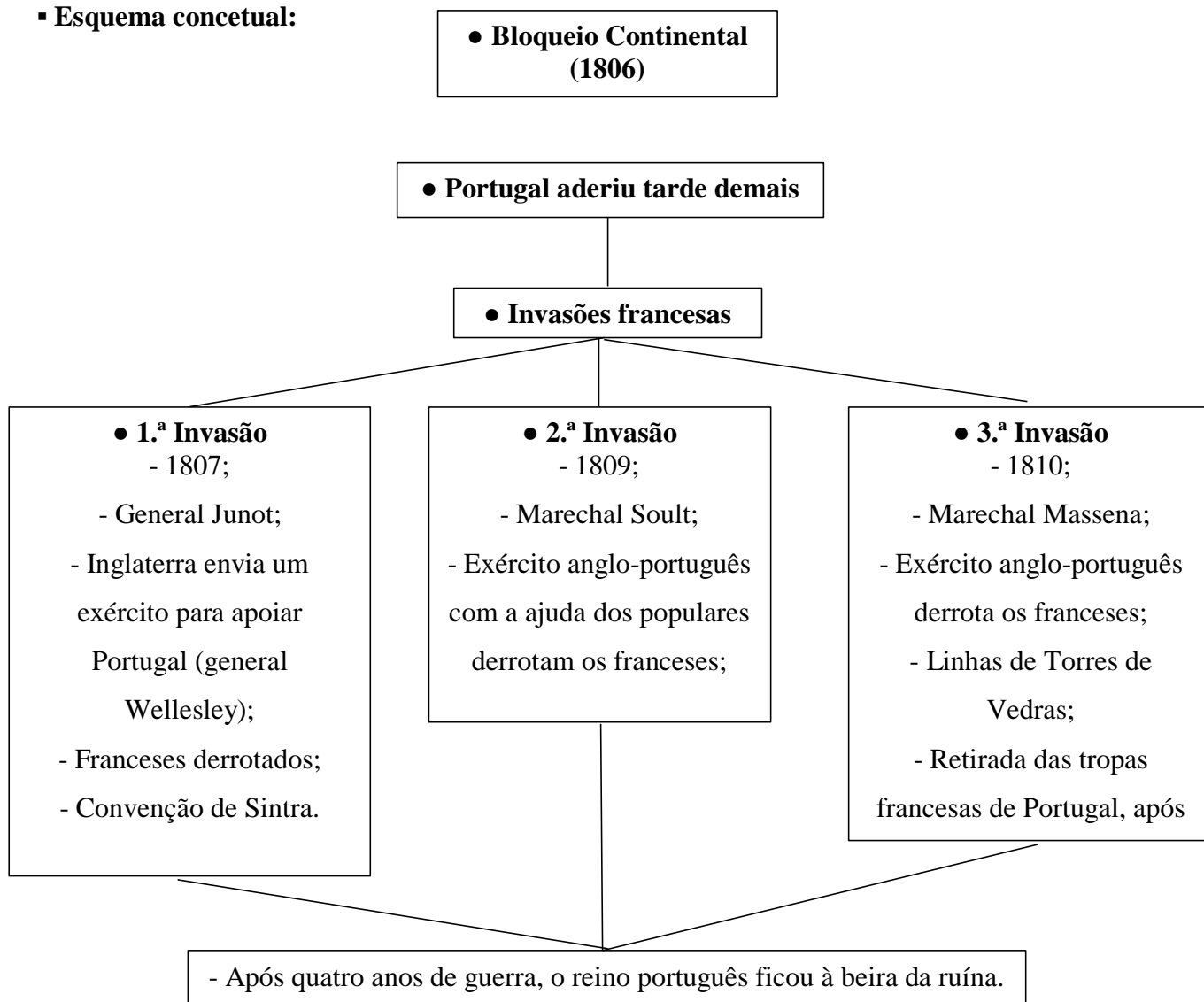
Subdomínio 3.2 – Revoluções e Estados liberais conservadores.

Ano: 8º ano; Turma: Y; Ano letivo: 2014/2015.



▪ **Sumário previsto:** O Bloqueio Continental e as invasões francesas a Portugal.

▪ **Esquema concetual:**



▪ **Metas Curriculares:**

**O arranque da “Revolução Industrial” e
o triunfo dos regimes liberais conservadores**

Revoluções e Estados liberais conservadores

1. *Conhecer e compreender a Revolução Americana e a Revolução Francesa*
 5. Descrever as principais etapas da Revolução Francesa.

2. *Conhecer e compreender a evolução do sistema político em Portugal desde as Invasões Francesas até ao triunfo do liberalismo após a guerra civil*
 1. Apresentar a situação política portuguesa imediatamente antes e durante o período das Invasões Francesas, com destaque para a retirada da Corte para o Rio de Janeiro e para a forte presença britânica.

▪ **Novos conceitos:** Bloqueio Continental, Invasões Francesas a Portugal.

▪ **Articulação de conteúdos:**

- Procedimentais: expressão oral e escrita, utilização de vocabulário adequado, observação direta e indireta, leitura e interpretação de documentos...

- Atitudinais: atenção, curiosidade, empenho, organização, perspicácia, reflexão, cooperação, respeito, sensibilidade, espírito de trabalho, comunicabilidade, empenho...

▪ **Materiais e recursos:** Computador; Quadro interativo; Manual *O fio da História*; Caderno Diário; Quadro negro; Cartolinas, nas quais, cada grupo de alunos trabalhará; Jogo: *Puzzle*.

▪ **Estratégias/Atividades:**

- Aquando da entrada dos alunos na sala de aula, a docente organizará, de imediato, três grupos de trabalho.

- Depois, de devidamente organizados, a docente procederá à chamada dos alunos e ao registo do sumário.

▪ **Estratégias/Atividades:**

- De seguida, far-se-á uma breve revisão da matéria lecionada na última aula, através de discurso vertical e horizontal.

- A partir de uma apresentação em *Power Point*, a docente explicará o Bloqueio Continental. Aquando desta explicação, pedirá aos alunos que observem o mapa intitulado “O Bloqueio Continental” presente na p.168 do manual.

- Recorrendo novamente, à apresentação em *Power Point*, a docente explicará a ida do rei D. João VI e da corte para o Rio de Janeiro e pedirá a um aluno que leia, em voz alta, um excerto presente naquela apresentação e retirado da Coleção *Quadros da História de Portugal*, para que os alunos tomem conhecimento das motivações de D. João VI (os alunos serão interrogados sobre o conteúdo do excerto).

- Posteriormente, a docente pedirá a três alunos que leiam, em voz alta, o texto, presente na p. 169 do manual, sobre as três invasões francesas a Portugal, respetivamente. Desta forma, todos os alunos tomam um primeiro contacto com as mesmas.

- De seguida, a docente distribuirá por cada grupo de trabalho, uma folha, em *Word*, que contém vários acontecimentos das três invasões francesas a Portugal. Cada grupo de trabalho terá que registar os acontecimentos pertencentes a cada uma das invasões (1.^a, 2.^a ou 3.^a), com base no que ouviu ler, anteriormente, e um pouco em cultura geral. Depois, verificar-se-á quem acertou mais desta forma: o primeiro grupo corrigirá o registo do segundo, o segundo grupo corrigirá o registo do terceiro e, finalmente, o terceiro grupo corrigirá o registo do primeiro. O grupo de trabalho, que mais acertou, terá a oportunidade de escolher de entre um molho de cartas de Puzzle (peças essas criadas por mim com destino a este jogo) com que invasão (1.^a, 2.^a ou 3.^a ficará para, de seguida, trabalhar sobre a mesma. Cada grupo de trabalho, já com as suas respetivas peças, terá de montar 3 puzzles cada um. Depois de montarem, a docente dará a cada um deles, uma cartolina com várias imagens e várias questões sobre cada uma das invasões. Com base na informação contida nas peças dos Puzzles, os alunos terão que responder às questões presentes nas cartolinas. Enquanto tal acontece, a docente circulará, pela sala de aula, para prestar auxílio a cada um dos grupos.

▪ **Estratégias/Atividades:**

- Por fim, a partir de discurso vertical e horizontal, far-se-á um resumo da matéria lecionada na aula de hoje.

Nota: Os trabalhos realizados, por cada grupo, serão colocados no painel de cortiça, que se encontra ao fundo da sala.

▪ **Bibliografia:**

- Belo, Filomena. (2001). *A revolução francesa*. Lisboa: Quimera Editores.

- Correia, R., Santos, C. (1989). *Quadros da História de Portugal*. Sociedade Industrial Gráfica, LDA.

- Fernandes, P. J. (2011). *As invasões francesas e a corte no Brasil*. Alfragide: Caminho.

- Ministério da Educação. (2013). *Organização Curricular e Programas*. Volume I, Ensino Básico, 3.º Ciclo. Lisboa: Ministério da Educação e da Ciência.

- Oliveira, A. R., Cantanhede, F., Catarino, I., Gago, M., Torrão, P. (2012). *O fio da História*. 8.º Ano. Lisboa: Texto Editores.

- Ribeiro, A. I., Nunes, J. P. A. & Cunha, P. J. P. da. (2013). *Metas Curriculares de História 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

▪ **Reflexão crítica:**

- *Power Point* utilizado:

As Invasões Napoleónicas de Portugal (1807-1811)

Em 1789, iniciara-se, em França, a grande revolução liberal



5.^a fase -
Consulado



Poucos anos depois, em 1804, Napoleão proclamou-se:
- **IMPERADOR** dos Franceses.



Em 1805, na batalha de Trafalgar, os ingleses alcançaram uma importante vitória contra os Franceses.

1 - Perante a superioridade naval da Inglaterra;

2 - Pelo facto de aquela continuar a oferecer resistência;

Napoleão decreta, em 1806,

o **BLOQUEIO CONTINENTAL**

procurando com isso asfixiá-la economicamente.



Portugal, aliado de Inglaterra, demorou a cumprir o Bloqueio Continental e Napoleão ordenou a invasão do território português.



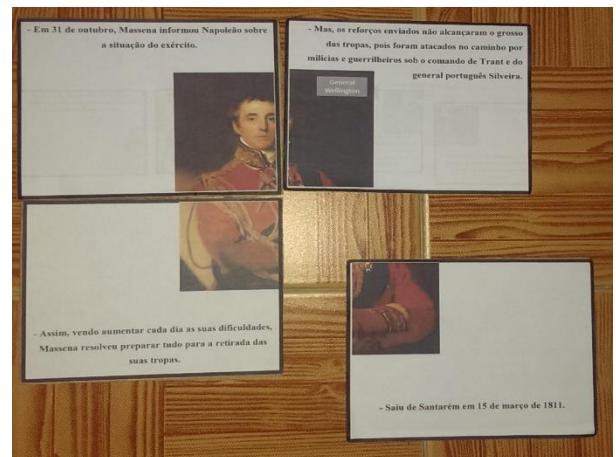
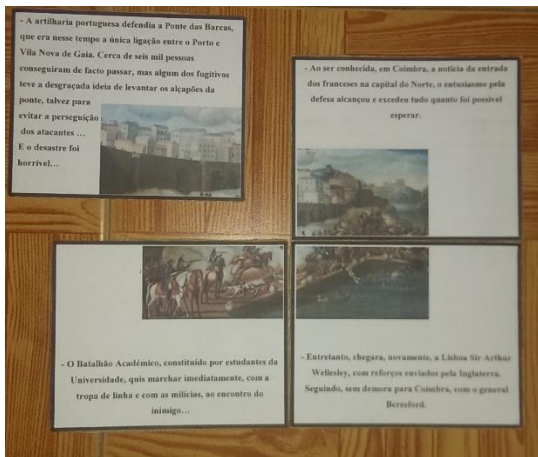
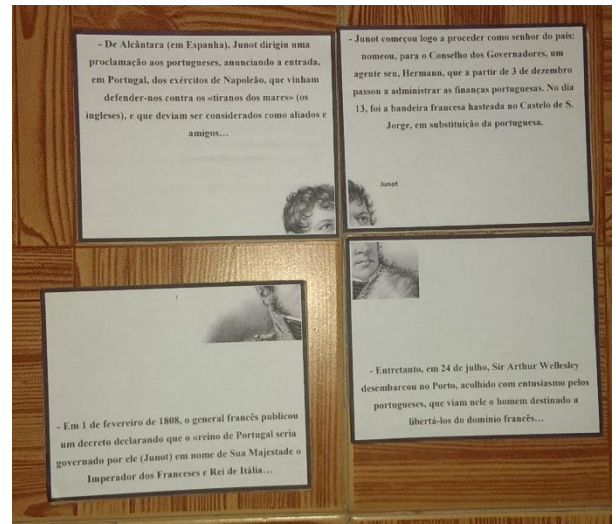
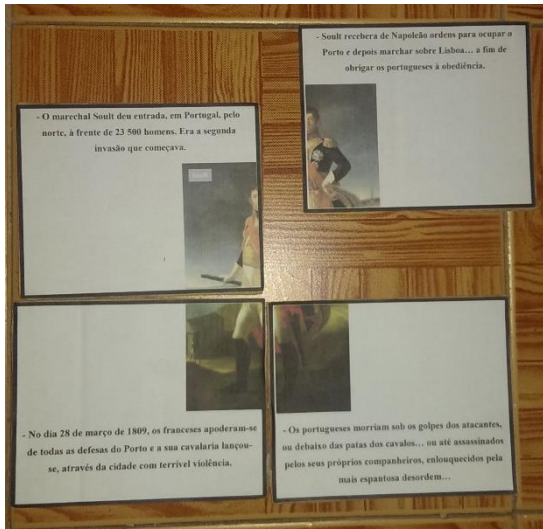
No dia 29 de novembro de 1807, a família real portuguesa embarcou para o Brasil.

«Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei de Itália, e as mesmas se dirigem a esta capital.

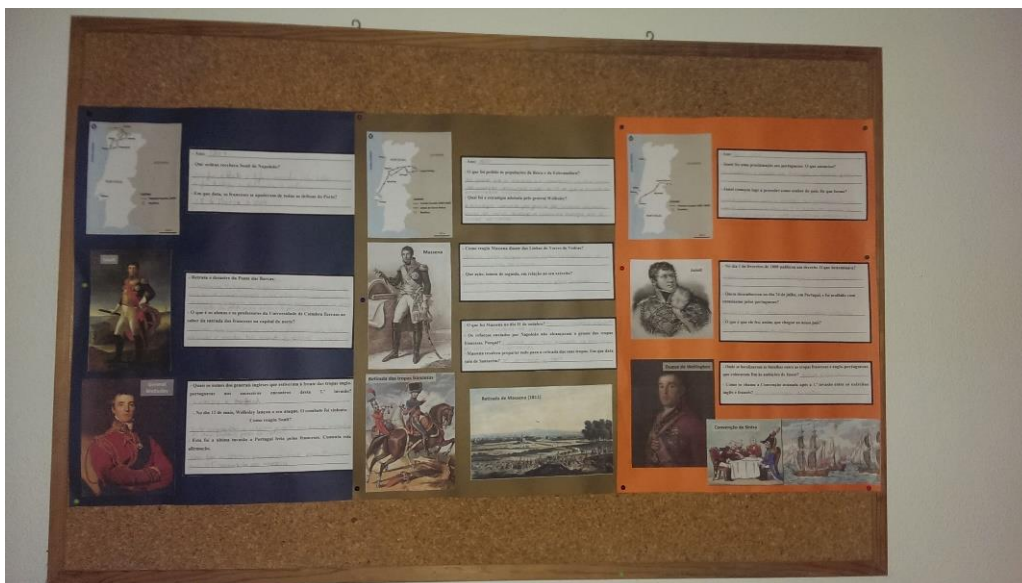
Querendo eu evitar as funestas consequências, que se devem seguir a uma defesa que seria mais nociva do que proveitosa, servindo só para derramar sangue em prejuízo da humanidade, e conhecendo igualmente que a invasão se dirige muito particularmente contra a minha real pessoa e que os meus leais vassallos serão menos inquietados ausentando-me eu deste reino, tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassallos, partir, com a rainha minha senhora, e com toda a real família, para os Estados da América, estabelecendo-me na cidade do Rio de Janeiro, até à paz geral.»

Coleção Quadros da História de Portugal, p. 18

● Jogo: *Puzzle*



● Resultado dos trabalhos de grupo expostos na sala de aula: 1ª, 2ª e 3ª invasões francesas a Portugal



Teste de Avaliação 7.º ano, Turma X



TESTE DE AVALIAÇÃO 7º X

HISTÓRIA

8 de maio de 2015

Duração do teste: 90 minutos

Lê atentamente as perguntas antes de responderes. Não te esqueças de elaborar respostas tendo em conta os conteúdos, a estrutura frásica, a ortografia e caligrafia e integrar sempre os documentos nas tuas respostas.

GRUPO I

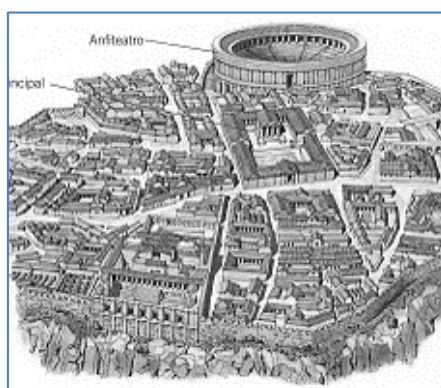


Fig. 1 Reconstituição da cidade de Conímbriga

1. Conímbriga era uma cidade com muitas semelhanças a Roma. **Explica** porque é que isso pode ser considerado um fator de romanização.

Doc. 1

"Eis o procedimento que tenho adotado em relação àqueles que no meu tribunal se apresentaram como cristãos. Perguntei-lhes se eram cristãos. Aos que afirmaram, fiz-lhes a mesma pergunta uma segunda vez e uma terceira, e ameacei-os com o suplício. Como persistiram, mandei-os executar. [...] Uma multidão de gente de todas as idades, de todas as classes, de todos os sexos é e será todos os dias implicada nesta acusação."

Carta de Plínio ao imperador Trajano

2. Como sabes, muitos dos seguidores de Cristo viriam a perder a vida. **Enumera** duas razões que levaram à perseguição dos Cristãos pelas autoridades romanas.

3. **Refere** três motivos que justifiquem a rápida difusão do Cristianismo.

4. Os nomes dos imperadores Constantino e Teodósio encontram-se relacionados com o triunfo definitivo do Cristianismo no mundo romano. **Explica** porquê.

GRUPO II

Doc. 2

Os Normandos chegaram à zona de Ruão e, lançando por toda a parte o furor da pilhagem e das chamas, submeteram à carnificina e ao cativoiro os monges e o povo. Sem respeito pelos lugares sagrados nem pelas relíquias dos santos, saquearam e incendiaram os conventos. Antes de partirem, exigiram aos aterrorizados sobreviventes grandes quantias de dinheiro.

Anais de Saint-Bertin

5. Além dos normandos, refere que outros povos conquistaram a Europa durante a segunda vaga de invasões.

6. Localiza no tempo a segunda vaga de invasões.



Fig. 2 - Elementos da sociedade medieval

7.1. Identifica o grupo social apresentado na figura.

7.2. Indica se era considerado um grupo social privilegiado e justifica a tua resposta.

Doc. 3

Importa que [...] o vassalo forneça fielmente ao seu senhor conselho e ajuda se quer parecer digno do fundo que recebeu e respeitar a fidelidade que jurou. O senhor deve igualmente fornecer as mesmas coisas ao vassalo. Se o não fizer, será acusado de má-fé, da mesma forma que o vassalo que faltar aos seus deveres, será culpado de perfídia e de perjúrio.

Carta do bispo Fulbert de Chartres ao duque da Aquitânia. 1020

8. Tendo por base o documento 3, indica os deveres que o vassalo deve para com o seu suserano.

Doc. 4

A Abadia [...] possui três grandes extensões de terra de cultivo [...]. Há nesse domínio doze mansos [...]. Todos os homens sujeitos ao poder da abadia devem dois dias de corveia no prado [...].

Documentos da Abadia de Saint-Vanne de Verdun, séc. XI

9.1. Explica o significado da palavra sublinhada no documento.

9.2. Indica se neste território poderia ser aplicado o imposto "banalidade" e justifica a tua resposta.

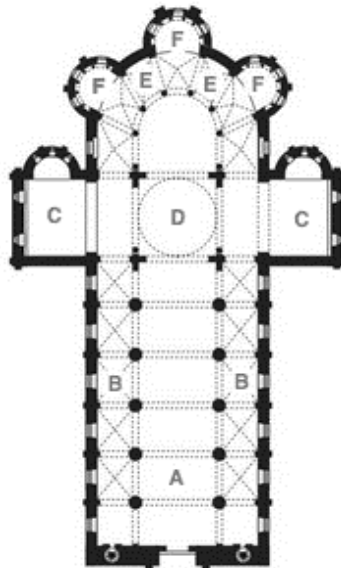


Fig. 3 - Planta de uma igreja do século XII

10. **Faz** a legenda da figura apresentada.

GRUPO III

Doc. 5

Cinco vezes por dia o pregoeiro chama os fiéis à oração:

“Allah é grande [dito quatro vezes].

Eu afirmo que não existe outro deus, salvo Allah [duas vezes].

Eu afirmo que Maomé é o mensageiro de Allah [duas vezes].

Vinde às orações [duas vezes].

Vinde à salvação [duas vezes].

Não há qualquer outro deus, salvo Allah.”

11.1. **Identifica**, no documento 5, dois pilares da religião islâmica.

11.2. **Refere** quais são os restantes pilares desta mesma religião.

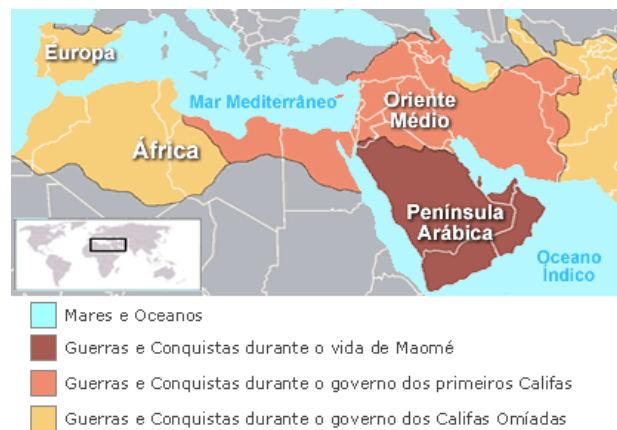


Fig. 4 - A expansão islâmica

12.1. **Localiza** no tempo o início da expansão islâmica.

12.2. **Aponta** os motivos que justificam a expansão islâmica iniciada no século VII.

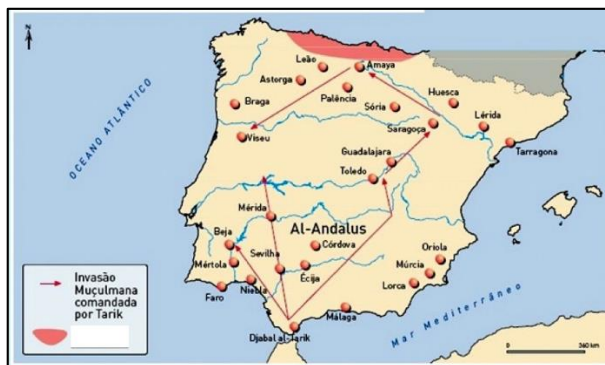


Fig. 5 - A presença islâmica na Península Ibérica

13. **Identifica** a região onde se refugiaram os cristãos aquando da invasão árabe da Península Ibérica.

Doc. 6

D. Afonso VI, rei de Leão, deu a D. Henrique a sua filha, D. Teresa, em casamento [...] e fez-lhe a doação de todo o Condado Portucalense, com a condição de que o Conde o servisse sempre e participasse nas suas cortes e respondesse ao seu chamamento.

De Crónica dos *Cinco Reis*

14. **Explica** a formação do reino de Portugal, integrando-a no processo de reconquista cristã da Península Ibérica. Deves abordar os seguintes aspetos:

- processo de reconquista cristã;
- papel dos cruzados;
- etapas da formação de Portugal.

Professora: Sílvia Oliveira

Bom trabalho!

Correção do Teste de Avaliação 7.º ano, Turma X



PROVA DE HISTÓRIA

8 de maio de 2015

ANO: 7º X

QUESTÃO	CORREÇÃO	COTAÇÃO
1.	A resposta é livre mas os alunos devem referir que a existência do mesmo tipo de edifícios e semelhante organização urbanística vem permitir uma sensação de proximidade face à capital do Império.	4
2.	Os alunos devem identificar duas entre as seguintes hipóteses: - os cristãos recusavam-se a prestar culto ao Imperador; - devido à mensagem de igualdade pregada pelo Cristianismo; - devido à mensagem monoteísta.	4
3.	Os alunos devem identificar três de entre as seguintes hipóteses: - mensagem de paz, tolerância e igualdade de todos aos olhos de Deus; - elementos de união cultural do Império, tal como o latim, as leis ou a administração; - facilidade de circulação de pessoas e de ideias através da boa rede de estradas; - dispersão de judeus por todo o Império; - a destruição da cidade de Jerusalém e conseqüente dispersão de cristãos por todo o Império.	6
4	A resposta é livre mas os alunos devem relacionar o Imperador Constantino com o Édito de Milão, de 313, que permite liberdade de culto no Império e o Imperador Teodósio com o Édito de Salónica, de 380, que obriga os romanos a optarem pelo Cristianismo.	6
5.	Para além dos Normandos (ou vikingos) invadiram a Europa na mesma altura os muçulmanos e os húngaros.	6
6.	A segunda vaga ocorreu no século VIII.	3
7.1	O grupo social representado na figura é o da nobreza	3
7.2	Este grupo era privilegiado pois não tinha quaisquer deveres, para além da sua função militar e tinha muitos privilégios, como a recolha de impostos, a possibilidade de aplicar justiça nos seus domínios e o facto de ter um tribunal próprio para julgar os crimes por si cometidos.	6
8	O vassalo deve: - conselho; - se necessário, dinheiro; - auxílio militar.	6
9.1	Mansos são os terrenos arrendados pelos camponeses ou pelos servos aos senhores feudais e fazem parte de um domínio senhorial.	5
9.2	Sim, poderia ser aplicado o imposto "banalidade", uma vez que este é a obrigatoriedade de os camponeses que arrendam mansos terem de utilizar as infraestruturas do domínio do senhor (lagar, forno, moinho, entre outros).	6
10	A- Nave central B- naves laterais C- Transepto D- Cruzeiro E- Deambulatório F- absidiolo	3

11.1	Os dois pilares a que o documento se refere são a oração 5 vezes por dia (virados para Meca) e a proclamação de que há apenas um deus, Alá, e que Maomé é o seu profeta.	4
11.2	Os outros três princípios são: - peregrinação, pelo menos uma vez na vida, a Meca; - jejum durante o mês do Ramadão; - prática da esmola. (Nota: pode ser cotada na totalidade desde que entre as duas questões estejam referidos os 5 princípios da fé islâmica)	6
12.1	A expansão islâmica começou em 634.	3
12.2	Os motivos eram a expansão da fé islâmica, a procura de terras férteis e o interesse em dominar as rotas comerciais que ligavam o ocidente ao oriente.	6
13	A região era as Astúrias.	3
14.	Os alunos devem explicar: - reconquista cristã: movimento iniciado em 718 (Covadonga) pelos cristãos refugiados nas Astúrias para retoma do território conquistado pelos muçulmanos. (3,5 pontos) - cruzados: cavaleiros que combatiam os infiéis e que vêm para a Península ajudar nesse mesmo combate. Exemplo: Primos Henrique e Raimundo da Borgonha. (3,5 pontos) - formação de Portugal: atribuição do Condado Portucalense a D. Henrique em 1096; Batalha de São Mamede em 1128, vitória de D. Afonso Henriques na luta contra a mãe, D. Teresa, importante pois é o início do governo de D. Afonso H.; 1139, batalha de Ourique com vitória de D. Afonso Henriques contra os muçulmanos, importante para confirmar perante outros países a ação contra os muçulmanos; 1143, Tratado de Zamora, onde Afonso VII reconhece a independência de Portugal; 1179, Bula <i>Manifestis Probatum</i> , onde o Papa reconhece a independência de Portugal; 1149, conquista definitiva do Algarve com D. Afonso III; 1297, Tratado de Alcanises, entre Portugal e Castela, definindo as fronteiras de Portugal. (8 pontos)	15
Língua Portuguesa		5

Caraterização das turmas

Para além do 7.º ano, o núcleo de estágio lecionou numa turma do 8.º ano e noutra do 9.º ano. De seguida, apresento-vos a caraterização de cada turma:

- 8.º ano, turma Y é constituída por 26 alunos, sendo 15 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. A média de idades da turma é de 13 anos e os alunos são residentes, na sua maioria, na cidade de Coimbra, à exceção de 6, que residem nos concelhos do Barreiro, Sintra, Lousã, Condeixa-a-Nova, Vagos e Penela. No que diz respeito à nacionalidade, todos os alunos são portugueses, somente um é angolano. Dos 26 alunos, unicamente, 4 são internos. Quanto à situação laboral dos pais/encarregados de educação: 1 está desempregado, 1 está reformado, 3 afirmam estar noutra situação, mas não detalham, 6 não respondem e 39 estão empregados. No que confere, às suas habilitações académicas: 1 tem Doutoramento, 2 não respondem, 2 têm o Ensino Básico (2.º Ciclo), 3 têm Mestrado, 7 têm o Ensino Básico (3.º Ciclo), 7 têm outras habilitações académicas, mas dizem quais e 20 têm Licenciatura.

- 9.º ano, turma Z é constituída por 25 alunos, sendo 14 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. A média de idades da turma é de 14 anos e os alunos são residentes, na sua maioria, na cidade de Coimbra, à exceção de 6, que residem nos concelhos de Penacova, Lousã e Miranda do Corvo (2), Condeixa-a-Nova (2). Quanto à nacionalidade, todos os alunos são portugueses, só um é angolano. Dos 25 alunos, apenas, um é interno. No que diz respeito à situação laboral dos pais/encarregados de educação: 1 não responde, 1 reformado, 2 desempregados e 43 empregados. No que concerne, às suas habilitações académicas: 1 tem Mestrado, 1 tem Doutoramento, 2 têm o Ensino Básico (2.º Ciclo), 3 não respondem, 3 têm Bacharelato, 4 asseguram que têm outras habilitações académicas, mas não especificam, 8 têm Licenciatura, 13 têm o Ensino Básico (3.º Ciclo) e 13 têm Secundário.

Como se percebe, as caraterizações das turmas, que faço, é um pouco escassa, uma vez que, as informações fornecidas, pelo Colégio, aos professores estagiários sobre as turmas, em questão, não foram muitas. No entanto, gostaria de ter aqui apresentado outros dados interessantes, como por exemplo, o número de retenções, as disciplinas favoritas dos alunos, a distância de casa à escola (Km), modo de deslocação para a escola, tempo diário passado ao computador/internet, número de alunos com apoio no estudo, as atividades extracurriculares a que se dedicam fora do recinto escolar, as disciplinas onde apresentam mais dificuldades, mas tal não foi possível.

Atividades desenvolvidas no Colégio São Teotónio



Visita de estudo – Ganfei.



Exposição: Visita de estudo – Ganfei.



Clube “vem descobrir PATRIMÓNIO” –
Museu Nacional Machado de Castro.



Clube “vem descobrir PATRIMÓNIO” –
Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.



Clube “vem descobrir PATRIMÓNIO” –
Igreja de Santa Cruz.



Comemoração do Dia dos Direitos Humanos.



Comemoração do Dia dos Direitos Humanos.



Comemoração do Dia 25 de abril de 1974.



Comemoração do Dia 25 de abril de 1974.



Comemoração do Dia da Europa.



Comemoração do Dia da Europa.

Fotografias do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha



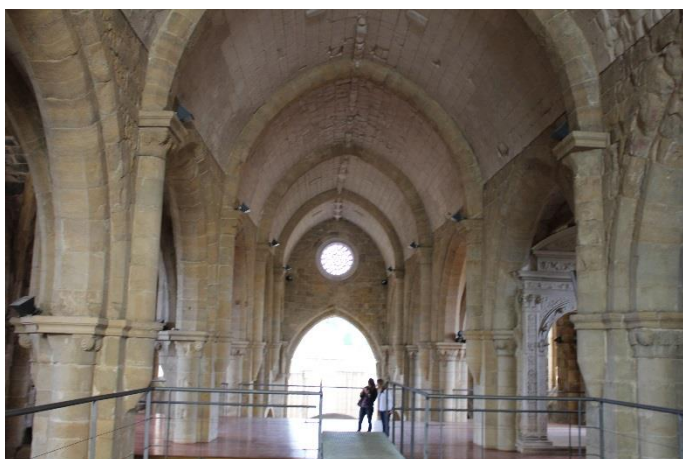
Claustro a descoberto no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Fonte: Fotografia de Sílvia Oliveira (2015).



Claustro subterrado debaixo do manto de relva, no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Fonte: Fotografia de Sílvia Oliveira (2015).



Estruturas de madeira e metálica no interior do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Fonte: Fotografia de Sílvia Oliveira (2015).



Centro Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Fonte: Fotografia de Sílvia Oliveira (2015).

Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras
Seminário de Geografia
Sílvia Margarida Cascão de Oliveira

O Passado Histórico e o Presente Turístico do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

O presente inquérito por questionário integra-se num estudo de âmbito científico que está a ser desenvolvido com o objetivo de caracterizar o perfil do visitante do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

As suas respostas serão objeto de tratamento conjunto, como é comum em estudos desta natureza, estando assegurada a confidencialidade e o anonimato.

Basta assinalar com um X as suas respostas.

I – Dados pessoais

1. Sexo

Feminino	Masculino
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. Faixa etária

0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 ou + anos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Nível de ensino

Sabe ler e escrever, mas não possui nenhum grau de ensino	<input type="checkbox"/>
1.º Ciclo (4.ª classe)	<input type="checkbox"/>
2.º Ciclo (Ciclo preparatório/6.ª classe)	<input type="checkbox"/>
3.º Ciclo (9.º ano/5.º ano do Liceu/Escola Técnico Profissional)	<input type="checkbox"/>
12.º ano (7.º ano do Liceu)	<input type="checkbox"/>

Bacharelato	
Licenciatura	
Pós-graduação/Mestrado	
Doutoramento	
Outro? Qual?	

4. Qual a sua origem geográfica (país, cidade e concelho)?

5. Qual a sua profissão atual?

6. Qual o seu papel?

Turista (pessoa que se desloca para um país ou lugar fora do seu ambiente habitual, por mais de um dia, para fins pessoais ou profissionais, por um período de tempo consecutivo que não ultrapassa um ano)	
Visitante (pessoa que se dedica a um conjunto de atividades de livre vontade, após concluir as obrigações profissionais, familiares e sociais)	

II – Comunicação Externa

1. Como teve conhecimento do mosteiro?

Cartazes/Panfletos	
Site/Blogue do Mosteiro	
Redes Sociais	
Imprensa	
TV/Rádio	
Posto de Turismo	
Outras pessoas	
Outro? Qual?	

2. Qual o principal motivo da sua visita?

Interesse pessoal	
Visita de estudo	
Investigação	
Exposições	

Circuitos turísticos	
Fotografia	
Lazer/Férias	
Outro? Qual?	

III - Perceções e representações

1. É a primeira vez que visita este mosteiro?

Sim	
Não	

2. Acha que o mosteiro está bem conservado?

Sim	
Não	

3. Qual a melhor palavra, que encontra, para definir este espaço?

Inovador	
Atrativo	
Acolhedor	
Seguro	
Outra? Qual?	

4. Este é o único monumento que visitará na cidade de Coimbra?

Sim	
Não	

4.1 Se não, quais os outros?

5. Qual a sua opinião quanto à competência dos recursos humanos deste espaço (rececionista, guia...)?

Muito má	
Má	
Nem má/nem boa	
Boa	
Muito boa	

Não sabe	
Não responde	

6. Usará as novas tecnologias de informação e comunicação para divulgar este Mosteiro?

Sim	
Não	

6.1 Se sim, quais?

7. Recomendaria a visita a este Mosteiro?

Sim	
Não	

8. O que mais gostou nesta visita?

8.1 Porquê?

9. O que menos gostou nesta visita?

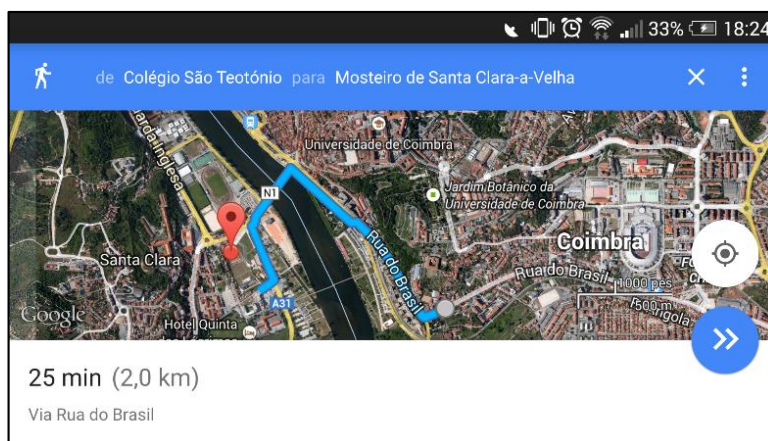
9.1 Porquê?

10. O que é preciso melhorar?

Obrigado pela sua colaboração!

Itinerário da visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

A visita de estudo realizar-se-ia no período da tarde, tendo o seu início às 15h30, com a saída da escola em direção à Portagem.



Percurso pedonal: Colégio São Teotónio ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

Fonte: *Google Maps*, 2015.

- Portagem: neste local, os alunos relembrariam as noções de turismo, turista e lazer, escrevendo-as no Guião da Visita de Estudo, bem como, os diferentes tipos de turismo. Este local de paragem foi escolhido, especialmente, porque cada vez mais, se veem por aqui turistas a deslumbrar Coimbra. Depois, seria concedido aos alunos um pequeno intervalo para descansarem um pouco e lancharem, até porque todo o percurso desta visita será feito a pé. Como se sabe, na concretização de uma visita de estudo a sua componente lúdica não deverá ser esquecida e, portanto, seria importante a realização de um pequeno intervalo, pois tratando-se de alunos de 7.º ano se tal não ocorresse, dificilmente, seria possível obter da sua parte a atenção desejada na segunda parte da visita de estudo. De seguida, deslocar-nos-emos em direção ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

- Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: a visita a este mosteiro permitiria aos alunos tomar conhecimento da história do primeiro mosteiro mendicante feminino de Coimbra, segundo o exemplo do modelo de clausura da Ordem de Santa Clara. De igual modo, possibilitaria que fossem conhecidas as consequências da sua localização geográfica na margem esquerda do rio Mondego que condicionou a sua existência e levou ao seu abandono, no século XVII, em função do seu estado de ruína e degradação que as águas do Mondego e o seu progressivo assoreamento proporcionaram.

A visita a este mosteiro far-se-ia percorrendo 4 etapas:

- **Visualização de um documentário no auditório**: a sua visualização permitiria aos alunos tomar contato com a história do mosteiro, no qual é focado as suas duas fundações, o modo de vida de clausura das clarissas e a necessidade do abandono do espaço para o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova.

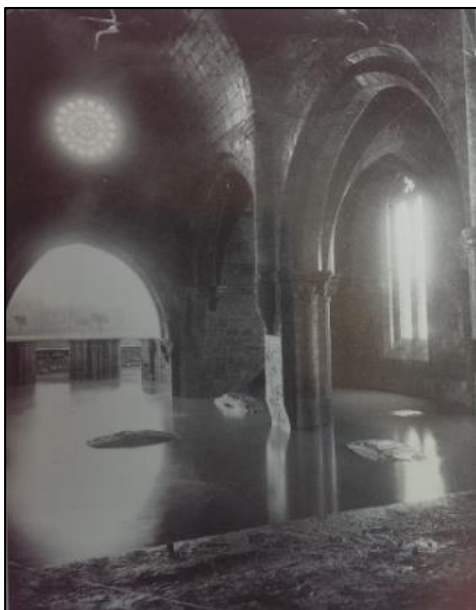
- **Exposição “Freiras e Donas de Santa Clara: arqueologia da clausura”**: nesta passagem pela exposição, os alunos poderiam tomar contato com a vivência conventual, através da observação dos artefactos resultantes das escavações arqueológicas e dos painéis explicativos.

- **Apresentação de um vídeo multimédia**: a partir do qual, os alunos teriam a oportunidade de visualizar uma maquete reconstitutiva do mosteiro, isto é, como é que ele era e como ficou, devido à invasão pelas águas do rio Mondego.

- **Visita às ruínas**: esta permitiria, aos alunos, conhecer a igreja, o claustro e outras dependências monásticas. Assim, realizar-se-ia uma viagem pela arquitetura dos séculos XIV a XVII.

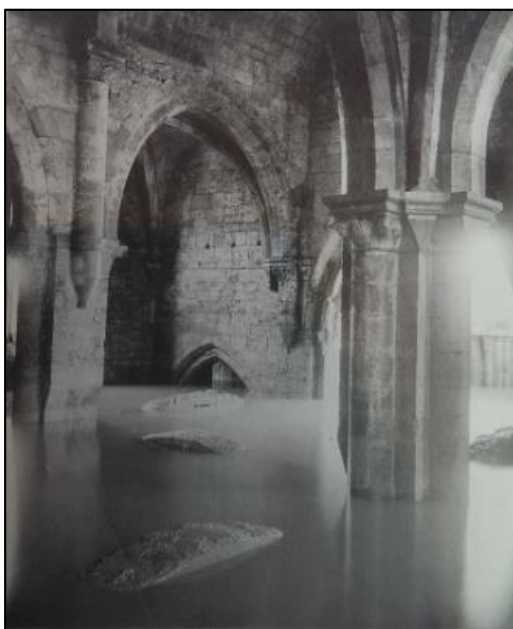
Após o fim da visita ao mosteiro, regressaríamos a pé em direção à escola.

Aula de apresentação da visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha sofre com as cheias do rio Mondego.

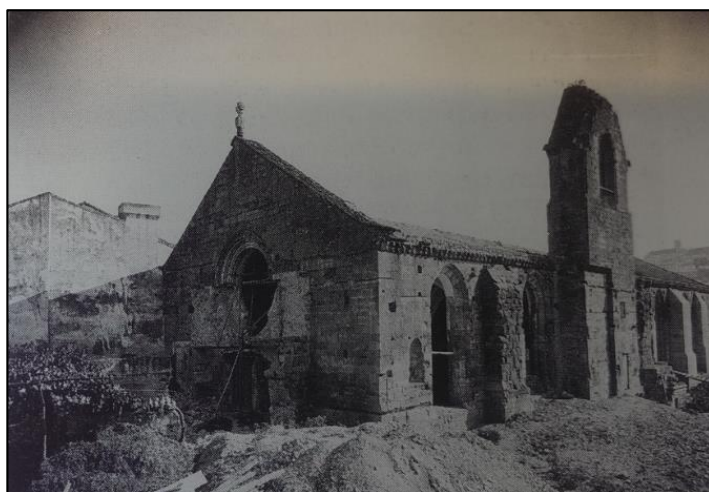
Fonte: Mourão, 2000, p.49.



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha sofre com as cheias do rio Mondego.

Fonte: Mourão, 2000, p.25.

“Era uma vez um rio que gostava muito de ser como era, umas vezes sereno e constante, outras vezes caudaloso e ameaçador. Tudo dependia da época do ano e da quantidade de chuva que caía. Esse rio elegeu uma cidade para ser sua amiga, confidente e até namorada. Essa cidade chama-se Coimbra e não pode contar-se a história de um sem se contar a do outro” (Letria, 2010, s.p.)



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha abandonado.

Fonte: Mourão, 2000, p.45.



Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: fase inicial das escavações, 1996.

Fonte: Côte-Real, 2008, p.75.



P PORTUGAL ECONOMIA MUNDO DESPORTO CULTURA-ÍPSILON TECNOLOGIA CIÊNCIA OPINIÃO MULTIMÉDIA MAIS

TÓPICOS **Turismo em Portugal: continuar a crescer**

Os últimos números que conhecemos são animadores: ao longo de 2013, crescemos nas taxas de ocupação, nos visitantes e nas receitas médias, conquistamos mais do triplo dos prémios do que no ano anterior e, segundo um estudo recente da Intercampus para o Turismo de Portugal, o nível de satisfação dos turistas que nos visitam e a vontade de regressar ultrapassa a barreira dos 90%.

O número de turistas estrangeiros a procurar Portugal cresceu significativamente na última década, registando-se um aumento superior a 2,5 milhões de pessoas entre 2004 e 2013.

Fonte: Calheiros, F. (2014). Turismo em Portugal: continuar a crescer (em linha). *Jornal Público Web site*. Acedido julho 7, 2015, em <http://www.publico.pt/economia/noticia/turismo-em-portugal-continuar-a-crescer-1659463>.



Planificação da visita de estudo

● **Tema:** Visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

● **Objetivos gerais:**

- Promover a interdisciplinaridade;
- Motivar para a aquisição de conhecimentos;
- Consolidar conhecimentos adquiridos;
- Transformar conteúdos programáticos em *realidades palpáveis*, com vista a uma motivação para o seu estudo e facilitar a sua compreensão;
- Fomentar o espírito de observação, de interpretação e de análise crítica;
- Desenvolver competências cognitivas e socio afetivas nos alunos;
- Proporcionar o desenvolvimento de um ensino ativo nas disciplina de História e Geografia;
- Proporcionar o enriquecimento cultural dos alunos;
- Promover a amizade e o convívio entre alunos e professores;
- Aprofundar relações interpessoais.

● **Objetivos específicos (História):**

- Aprofundar conhecimentos relativos aos conteúdos programáticos de História de 7.º ano:
 1. Conhecer e compreender as principais expressões da religião, cultura e artes do século XII ao XIV;
 2. Reconhecer o aparecimento das ordens mendicantes e de movimentos heréticos como expressão de descontentamento relativamente à ostentação do alto clero;
 3. Caraterizar as expressões culturais irradiadas a partir dos mosteiros, salientado, contudo, a sua coexistência com expressões culturais de matriz popular;
- Desenvolver nos alunos o gosto pela História local.
- Promover o conhecimento e a valorização do património histórico-cultural: Mosteiro de Santa Clara-a-Velha;
- Contatar com vestígios materiais que permitam compreender o modo de vida dos nossos antepassados;
- Aprofundar conhecimentos sobre a história da cidade de Coimbra;
- Conhecer a história do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

● **Objetivos específicos (Geografia):**

- Motivar os alunos para a aprendizagem de conhecimentos relativos aos conteúdos programáticos de Geografia de 8.º ano – O Turismo:

1. Definir turismo;
2. Caracterizar as principais formas de turismo: balnear, de montanha, cultural, religioso, termal, de negócios, em espaço rural, de aventura, radical, de natureza;
 - Desenvolver nos alunos o gosto pela Geografia local;
 - Saber pensar o espaço que nos rodeia;
 - Reconhecer os motivos que levaram ao abandono do mosteiro no século XVII.

● **Objetivos específicos (Educação Visual):**

- Executar cartazes.

● **Objetivos específicos (Português):**

- Utilizar procedimentos para clarificar, registar, tratar e reter a informação, em função de necessidades de comunicação específicas;
- Identificar ideias-chave;
- Tomar notas;
- Solicitar informação complementar;
- Recorrer à escrita para assegurar o registo e o tratamento de informação ouvida ou lida;
- Utilizar a escrita para estruturar o pensamento e sistematizar conhecimentos.

● **Descrição da atividade:**

- Portagem: noções de turismo, turista, lazer, turismo balnear, religioso, radical, cultural, de negócios e termal.
- Mosteiro de Santa Clara-a-Velha:
 - a) Visualização de um documentário no auditório, que permitirá aos alunos tomar contato com a história do mosteiro, no qual é focado as suas duas fundações, o modo de vida de clausura das clarissas e a necessidade do abandono do espaço para o Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, no séc. XVII.
 - b) Exposição “Freiras e Donas de Santa Clara: arqueologia da clausura”: nesta passagem pela exposição, os alunos poderão tomar contato com a vivência conventual, através da observação dos artefactos resultantes das escavações arqueológicas e dos painéis explicativos.
 - c) Apresentação de um vídeo multimédia: a partir do qual, os alunos terão oportunidade de visualizar uma maquete reconstitutiva do mosteiro, isto é, como é que ele era e como ficou, devido à invasão das águas do rio Mondego.
 - d) Visita às ruínas arqueológicas da igreja, claustro e outras dependências monásticas. Assim, realizar-se-á uma viagem pela arquitetura dos séculos XIV a XVII.

Colégio São Teotónio
Planificação da visita de estudo

Declaração de autorização

Eu _____, Encarregado de Educação do aluno _____, n.º ____ do 7.º Ano, Turma _____, do Colégio São Teotónio, declaro que tomei conhecimento da visita de estudo a realizar ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha no dia 15 de maio de 2015. A acompanhar esta declaração de autorização segue informação sobre as condições da visita, que deverá merecer da sua parte uma leitura atenta.

Preencha, assinalando com um **X**:

- Autorizo o meu educando a participar ____
- Não autorizo o meu educando a participar: ____

Nota: se o Sr(a). Encarregado(a) de Educação achar conveniente poderá deixar o seu contato pessoal para que possamos informá-lo de qualquer situação que possa ocorrer.

Contato (telefone e/ou telemóvel): _____

• **Visita de estudo:**

- Está integrada no Plano de Atividades do Colégio.
- Promove o desenvolvimento de várias disciplinas de ensino.

• **Objetivos da visita:**

- Promover a interdisciplinaridade;
- Conhecer e compreender as principais expressões da religião, cultura e artes do século XII ao XIV;
- Reconhecer o aparecimento das ordens mendicantes e de movimentos heréticos como expressão de descontentamento relativamente à ostentação do alto clero;
- Caracterizar as expressões culturais irradiadas a partir dos mosteiros, salientado, contudo, a sua coexistência com expressões culturais de matriz popular;
- Definir turismo;

- Caracterizar as principais formas de turismo: balnear, de montanha, cultural, religioso, termal, de negócios, em espaço rural, de aventura, radical, de natureza;
- Proporcionar momentos de convívio entre alunos e entre estes e os professores.

● **Observações:**

- O custo total da visita é de 2,5 euros (entrada no mosteiro)
- É, absolutamente, necessário o cumprimento rigoroso dos horários;
- Os possíveis danos materiais causados pelos alunos são da total responsabilidade dos Encarregados de Educação;
- O mau comportamento dos alunos, durante a visita, será alvo de procedimento disciplinar;
- Os alunos devem vir munidos de um pequeno lanche (água, sandes, fruta ou outros alimentos simples e de fácil transporte).
- Os alunos devem trazer calçado que seja confortável para andar;
- Os alunos devem trazer consigo elementos de identificação como o BI ou Cartão de Cidadão;
- Os alunos não devem trazer consigo grandes quantidades monetárias.

Data: __ - __ - __

Professores responsáveis: Sílvia Oliveira (professora estagiária).

Guião da visita de estudo, ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, para os alunos

Tema: O turismo e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

● Itinerário da visita	● Normas a cumprir durante a visita de estudo
<ul style="list-style-type: none">- 15h30 – Partida do Colégio;- 16h00 – Chegada à Portagem;- 16h30 – Mosteiro de Santa Clara-a-Velha;- 17h30 - Regresso ao Colégio.	<ul style="list-style-type: none">- Ser pontual;- Tirar o máximo proveito da visita, estando atento ao que se vai ver e ouvir;- Respeitar todos os locais a serem visitados;<ul style="list-style-type: none">- Não colocar lixo no chão;- Tratar com respeito todas as pessoas com quem se contatar durante a visita de estudo;- Tomar atenção a todas as indicações feitas ao longo da visita de estudo;<ul style="list-style-type: none">- Não se afastar do grupo.

● 1.ª Paragem: Portagem

1. Lê o seguinte texto.

Coimbra é uma cidade histórica, monumental, patrimonial, académica, universitária e agora turística, uma das principais atrações da atualidade, não há dúvidas.

Fonte: Gomes, C. G. S. (2008). Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re) imaginada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (83), 55-78.



1.1 Define:

- Turismo: _____
- Lazer: _____
- Turista: _____

1.2 O turismo é um fenómeno complexo e, em função das suas motivações, é possível identificar várias formas de turismo. Liga cada imagem ao respetivo tipo de turismo.



- Turismo radical ●
- Turismo termal ●
- Turismo balnear ●
- Turismo religioso ●
- Turismo de negócios ●
- Turismo cultural ●



2. **Lê** o seguinte texto.

Esta é a regra e a vida dos frades menores (...).
Proíbo estritamente a todos os irmãos de aceitarem
dinheiro ou propriedades (...). Os que trabalharem,
trabalarão com fidelidade e devoção (...). Os irmãos
não terão nada de próprio, mas como peregrinos e
estrangeiros neste mundo, servindo o Senhor em
pobreza e humildade, sigam pedindo esmolas.

Fonte: Espinosa, F. (1981). *Antologia de Textos Históricos
Medievais*. Lisboa: Sá da Costa.



2.1 **Partindo** do texto e **tendo em conta** o que apreendeste nas aulas, **preenche** os espaços em branco.

O crescimento das _____ e a acumulação de riqueza pela Igreja levaram muitos membros do _____ a viver de forma luxuosa, afastando-se da pureza espiritual e dos ideais de simplicidade, pobreza e amor ao próximo de que deveriam ser exemplo. Esta situação levantou muitas _____ por parte dos cristãos e contribuiu para um movimento de _____ da Igreja. Neste contexto surgiram novas ordens religiosas que viviam da caridade pública, as chamadas _____: a dos _____ fundada por S. Francisco de Assis, em 1209, e a dos _____, fundada por S. Domingos de Gusmão, em 1215. Os frades menores recusavam todo o tipo de riqueza e defendiam o retorno ao espírito de humildade e de pobreza. Por isso, viviam das _____ e do seu _____. Os monges instalaram-se, sobretudo, nas _____ para terem um maior contato com as _____ e dedicavam-se à pregação do _____, ao ensino e à ajuda ao próximo.

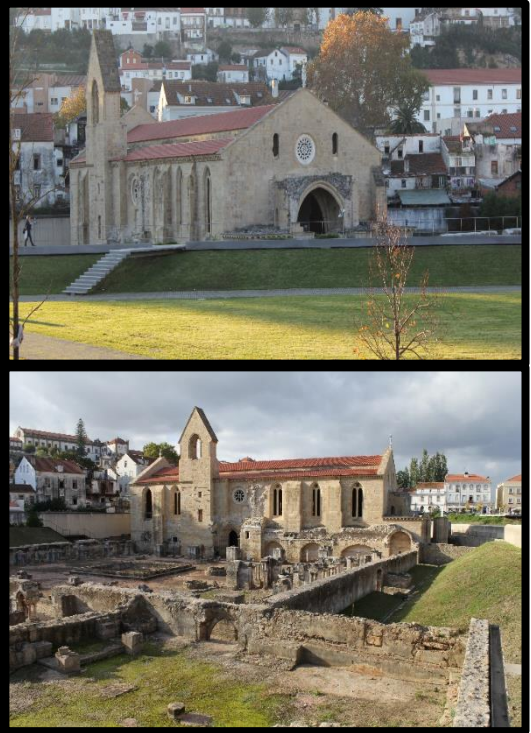


Santa Clara quis seguir S. Francisco na prática da **pobreza** e da **humildade**.

● 2.ª Paragem: Mosteiro de Santa Clara-a-Velha

Fundado, em 1283, por D. Mor Dias, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra foi entregue às freiras clarissas pouco depois. Dona Isabel de Aragão, a Rainha Santa Isabel, interessou-se pelo convento, entretanto extinto e, mandou construir novos edifícios em estilo gótico. O Mosteiro cedo foi palco das inundações provocadas pelo rio Mondego e alvo de adaptações arquitetónicas, devido a esta circunstância. Finalmente, em 1677, as freiras mudaram-se para um novo edifício, construído num lugar mais elevado, passando o primitivo a ser chamado Santa Clara-a-Velha.

Fonte: Santos, M. J. A. (2011). *D. Isabel de Aragão, Rainha Santa, 1270(?) - 1336*. Vila do Conde: QuidNovi e Autores.



Nota 1: neste local, a visita dividir-se-á em quatro fases. Deverás em cada um deles, responder às questões que te apresento de seguida.

1.º - Visualização de um documentário no auditório:

1.1. Escreve o nome da primeira fundadora do mosteiro?

1.2. O mosteiro acabou por ser extinto, devido a uma série de conflitos, mas houve alguém importante da História de Portugal, que se interessou por ele. Escreve o nome da segunda fundadora.

2.º - Exposição “Freiras e Donas de Santa Clara: arqueologia da clausura”:

2.1. **Menciona** alguns dos aspetos, que achaste mais interessantes, em relação ao quotidiano das monjas clarissas.

3.º - Apresentação de um vídeo multimédia;

3.1. Ao longo do tempo, o Mosteiro foi sendo invadido pelas águas do rio Mondego. **Indica** a solução adotada no séc. XVII?

4.º - Visita às ruínas:

Igreja

Em estilo gótico de transição, o templo foi erigido como espaço interno dividido em três naves e sete tramos, sem transepto, com uma parede central a separar a área do coro (de acesso restrito às clarissas) da igreja (onde o sacerdote celebrava na presença de leigos).

Claustro

O conjunto monástico organiza-se e articula-se em redor do claustro, espaço onde as monjas circulavam, oravam e meditavam, liam e se recreavam, podendo fazê-lo nas galerias abobadadas ou no pátio central. É um claustro de dimensões superiores ao normal, uma vez que, tem 54 metros de comprimento (o do Mosteiro de Alcobaça, considerado o maior claustro gótico do País, tem apenas 51 metros de comprimento).

Fonte: Côrte-Real, A. (coord.). (2008). *Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra: Direção-Geral de Cultura do Centro.

4.1. **Indica** o estilo arquitetónico a que pertence este monumento?

4.2 **Assinala** com **V** (Verdadeiro) ou **F** (Falso) as seguintes afirmações.

- No século XII, surgiu em França, pelas mãos do abade *Suger* de Saint-Denis, um novo estilo artístico – o Românico. ____
- O nascimento do estilo Gótico está, intimamente, ligado à renovação económica e urbana que marcou o Ocidente, no século XII, à afirmação da burguesia e a uma nova conceção do Homem, do mundo e de Deus. ____
- A arquitetura gótica é pouco decorada com baixos e altos-relevos e estátuas. ____
- As catedrais de *Reims* (França) e *Colónia* (Alemanha) são exemplares da arquitetura gótica europeia. Estas tornaram-se menos realistas e naturalistas do que no românico, ou seja, perderam em expressividade e humanismo. ____

Guião para o trabalho de grupo a realizar pelos alunos

• O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e o turismo.

1. **Lê** o seguinte texto.

A incorrupção do corpo, associada ao relato dos milagres, apressou, com toda a certeza, a entrada da rainha D. Isabel no livro dos Santos da Igreja Católica.

Fonte: Santos, M. J. A. (2011). *D. Isabel de Aragão, Rainha Santa, 1270(?) - 1336*. Vila do Conde: QuidNovi e Autores.

1.1 **Elabora** uma pesquisa sobre as lendas associadas ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e à Rainha Santa Isabel.

2. **Lê** o seguinte texto.

O Património é um legado dos tempos passados, que temos obrigação de preservar, na medida do possível e legar aos vindouros, de preferência enriquecido e melhor conhecido.

Fonte: Adaptado de <http://www.creasp.org.br/>.

2.1 **Define** património cultural.

2.2 **Explica** em que medida é que o património cultural pode potencializar o turismo.

2.3 **Classifica** o tipo de turismo praticado no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha.

2.3 Imagina que és um turista e que visitaste o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha nas férias do Verão.

Responde a este mini-inquérito:

1. Achas que o mosteiro está bem conservado?

Sim	
Não	

2. Este é o único monumento que visitarias na cidade de Coimbra?

Sim	
Não	

2.1 Se não, quais os outros?

3. Usarias as novas tecnologias de informação e comunicação para divulgar este mosteiro?

Sim	
Não	

3.1 Se sim, quais?

4. Recomendarias a visita a este mosteiro?

Sim	
Não	

5. O que mais gostaste nesta visita?

6. O que menos gostaste nesta visita?

7. O que achas que é preciso melhorar no espaço visitado?

Nota 1: Todos os grupos de trabalho deverão realizar cartazes com imagens e a informação pretendida neste Guião. Poderás consultar o *site* <http://www.rainhasantaisabel.org/index.php> da Confraria Rainha Santa Isabel para conheceres algumas lendas da padroeira de Coimbra e o *site* <https://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintroP.asp> Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, que te ajudará a responderes às questões do exercício n.º 2.

Nota 2: Todos os trabalhos serão apresentados à turma e expostos na biblioteca da escola.

Nota 3: Todos os trabalhos de grupo serão alvo de avaliação por parte da professora.

Avaliação da visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (alunos)

1. Objetivos:

- a) Promover a avaliação das atividades desenvolvidas;
- b) Desenvolver o espírito crítico;
- c) Ser capaz de dar uma opinião fundamentada.

2. Estruturação do inquérito:

Nota: Assinala com um X a tua opção (1 corresponde a mau e 5 a excelente).

1. Qual a tua opinião acerca da organização da visita?

1	2	3	4	5

2. Como classificas o percurso feito durante a visita?

1	2	3	4	5

3. Como classificas as atividades realizadas?

1	2	3	4	5

4. Classifica cada uma das paragens realizadas.

a) Paragem 1 (Portagem)

1	2	3	4	5

b) Paragem 2 (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha)

1	2	3	4	5

5. Qual a atividade que mais gostaste de fazer? (Assinala apenas uma opção)

a) Atividade 1: ____ b) Atividade 2: ____

6. Indica o aspeto que mais tenhas gostado nesta visita.

7. Indica o aspeto que menos gostaste.

8. Gostarias de fazer mais visitas de estudo deste tipo? (assinala uma opção)

Sim	Não

8.1. Porquê?

9. Classifica, globalmente, a visita de estudo?

1	2	3	4	5

Avaliação da visita de estudo ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (professores)

1. Objetivos:

- a) Promover a avaliação das atividades desenvolvidas;
- b) Identificar os pontos fortes e os pontos fracos inerentes à organização/realização da visita de estudo.

2. Estruturação do inquérito:

Nota: Assinale com um X a sua opção (1 corresponde a mau e 5 a excelente).

1. Quanto à organização da visita:

1	2	3	4	5

2. No que respeita às atividades realizadas pelos alunos:

1	2	3	4	5

3. Classificação das atividades no que respeita ao contributo para o desenvolvimento das aprendizagens:

a) Paragem 1 (Portagem)

1	2	3	4	5

b) Paragem 2 (Mosteiro de Santa Clara-a-Velha)

1	2	3	4	5

4. Indique o ponto fraco desta visita: _____

5. Indique o ponto forte desta visita: _____

6. Quanto ao itinerário efetuado:

1	2	3	4	5

7. No que respeita ao cumprimento dos alunos:

1	2	3	4	5

8. No que respeita ao comportamento dos alunos:

9. No que respeita ao contributo dos professores:

1	2	3	4	5

10. Classifique, globalmente, a visita de estudo:

1	2	3	4	5

Assinatura dos professores:

Data: ____ - ____ - ____